

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

MARIANE COSTA MOREIRA

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O PROCESSO DE SUPERVISÃO:
aprendizagem e conhecimento**

**FRANCA
2018**

MARIANE COSTA MOREIRA

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O PROCESSO DE SUPERVISÃO:
aprendizagem e conhecimento**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nayara Hakime Dutra
Oliveira

**FRANCA
2018**

Moreira, Mariane Costa.

Estágio supervisionado e o processo de supervisão : aprendizagem e conhecimento / Mariane Costa Moreira. – Franca : [s.n.], 2018.

136 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Nayara Hakime Dutra Oliveira.

1. Serviço social - Orientação profissional. 2. Programas de estágio. 3. Assistentes sociais. I. Título.

CDD – 361.007

MARIANE COSTA MOREIRA

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O PROCESSO DE SUPERVISÃO:
aprendizagem e conhecimento**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof^a. Dr^a. Nayara Hakime Dutra Oliveira

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, ____ / ____ 2018.

Dedico esse trabalho aos meus pais José Lázaro e Vânia e ao meu marido Thales que mais uma vez souberam compreender e respeitar meus caminhos escolhidos, pois compartilharam das minhas preocupações, angústias, da luta contra o tempo, mas souberam me apoiar e incentivar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, que me proporcionou atravessar este caminho com perseverança, que me deu forças na hora do desespero e das angústias, foi Ele que segurou em minhas mãos nas horas mais difíceis e passou serenidade para meu coração.

Aos meus pais Vânia e José Lázaro pelo apoio e amor incondicional. Sem vocês eu não conseguiria tornar o ser humano que sou. Obrigada por sempre torcerem por mim e por me colocar sempre nas orações. Ao meu irmão Matheus pela força e orientação sempre.

Ao meu marido Thales Marques, que me acompanhou nessa trajetória me apoiando e incentivando, principalmente nos dias conturbados para a finalização dessa dissertação. Obrigada pelo respeito, companheirismo e confiança.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Nayara Hakime que me apoiou e acolheu no curso de mestrado. Obrigada pela compreensão diante tantos momentos abalados.

Aos amigos do mestrado que proporcionaram experiências e conhecimentos a fim de enriquecer minha trajetória na formação profissional.

Em especial à Tatiane, amiga que conquistei no mestrado, que esteve presente desde o início compartilhando tantas idas à Franca-SP, aconselhando e apoiando. Obrigada pelas reflexões, incentivo e companheirismo.

À querida Gabrielle, amiga que conquistei no mestrado, que esteve sempre me orientando, apoiando e dividindo inquietações acerca do estágio supervisionado.

Às amigas da vida, que estão sempre na torcida pelo meu crescimento profissional e acreditando no meu potencial.

Aos professores do Programa de Pós-graduação do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, campus de Franca, com vocês tive a oportunidade de aprimorar o trabalho profissional e aperfeiçoar o conhecimento teórico-prático.

Agradeço a UNESP e ao Programa de Pós-graduação pela recepção, apoio e orientação.

MOREIRA, Mariane Costa. **Estágio supervisionado e o processo de supervisão: aprendizagem e conhecimento.** 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

O presente estudo discute o tema estágio supervisionado e o processo de supervisão na formação profissional do Assistente Social. Parte-se da concepção que o estudante quando realiza a atividade de estágio supervisionado, está construindo conhecimento e propiciando a direção da identidade profissional. Ressalta-se que o acompanhamento e reflexões do supervisor de campo com o estagiário influenciam na qualidade da formação profissional. Esse estudo tem por objetivo investigar a percepção de egressos de serviço social em relação ao processo de aprendizagem e construção do conhecimento originado no período de estágio supervisionado em duas universidades públicas: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia. A perspectiva metodológica é de análise qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica, documental e de campo fundamentada nos marcos históricos da profissão enfatizando o processo de formação profissional e analisando o estágio supervisionado e a supervisão de campo a partir das Diretrizes Curriculares de 1996. Como sujeitos da pesquisa, destacam-se supervisores de campo e pesquisador de estágio. O estudo mostrou a necessidade de conscientizar a categoria acerca do processo de formação profissional do assistente social a fim de reconhecer a importância da atividade de estágio supervisionado bem como da supervisão, não apenas como atividades obrigatórias do currículo.

Palavras-chave: estágio supervisionado. supervisão de estágio. formação profissional. serviço social.

MOREIRA, Mariane Costa. **Supervised internship and supervision process: learning and knowledge.** 2018. 136 p. Dissertation (Master Degree in Social Service) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

ABSTRACT

The present study discusses the topic supervised internship and the process of supervision in the professional training of the Social Worker. It is based on the conception that the student, when performing supervised internship activity, is building knowledge and propitiating the direction of professional identity. It should be emphasized that the monitoring and reflections of the field supervisor with the trainee influence the quality of vocational training. This study aims to investigate the perception of social service graduates in relation to the process of learning and construction of the knowledge originated in the period of supervised internship in two public universities: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Universidade Estadual Paulista (UNESP) and Faculty of Integrated Sciences of Pontal (FACIP) of the Federal University of Uberlândia. The methodological perspective is of qualitative analysis, using bibliographical, documentary and field research based on the historical milestones of the profession emphasizing the process of professional formation and analyzing the supervised stage and the field supervision from the 1996 Curricular Guidelines. field supervisors and trainee researcher. The study showed the need to raise awareness of the social worker's professional training process in order to recognize the importance of the supervised internship activity as well as supervision, not just as mandatory activities of the curriculum.

Keywords: supervised internship. supervision of internship. professional qualification. social service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Grade curricular do curso de serviço social da FCHS/UNESP 86

Quadro 02 – Grade curricular do curso de serviço social da FACIP/UFU 96

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DCs	Diretrizes Curriculares
EaD	Ensino à Distância
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FACIP	Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FDF	Faculdade de Direito de Franca
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NAS	Núcleo de Assistentes Sociais
NESSS	Núcleo de Estágio Supervisionado do Serviço Social
PNE	Política Nacional de Estágio
PPs	Projetos Pedagógicos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
UFAs	Unidades de Formação Acadêmica
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNIUBE	Universidade de Uberaba
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Uni-Facef	Centro Universitário de Franca
UNIFRAN	Universidade de Franca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	17
1.1 Formação Profissional em Serviço Social	17
1.2 As Diretrizes Curriculares de 1996	29
1.3 Aspectos Legais do Estágio Supervisionado	38
CAPÍTULO 2 O NÚCLEO DO ESTUDO	46
2.1 O Estágio Supervisionado em Serviço Social.....	46
2.2 Breve Histórico da Supervisão de Estágio em Serviço Social no Brasil	63
2.3 Supervisão de Estágio em Serviço Social	67
CAPÍTULO 3 NO CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO: DESVELANDO A PERCEPÇÃO DE EGRESSOS DE SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE ENSINO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ORIGINADO NO PERÍODO DO ESTÁGIO	79
3.1 O Curso de Serviço Social nas Universidades UNESP e UFU	79
3.2 O Estágio Supervisionado nas Universidades UNESP e UFU	99
3.3 Aproximação dos Egressos em Relação ao Processo de Aprendizagem e Conhecimento no Período do Estágio	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICES	
APÊNDICE A - FORMULÁRIO – PESQUISA DE CAMPO: SUJEITO – SUPERVISOR DE CAMPO	129
APÊNDICE B - FORMULÁRIO – PESQUISA DE CAMPO: SUJEITO – ESTUDA ESTÁGIO SUPERVISIONADO	131
ANEXOS	
ANEXO A - AUTORIZAÇÃO DA FCHS/UNESP PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO	135

ANEXO B - AUTORIZAÇÃO DA FACIP/UFU PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	
DE CAMPO	136

INTRODUÇÃO

Este estudo se desenvolve a partir da investigação do processo de estágio supervisionado em serviço social, o qual é componente curricular obrigatório discutido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em conjunto com as Instituições de Ensino Superior (IES) que são filiadas. Com isso, buscou-se conhecer a operacionalidade do estágio supervisionado do curso de serviço social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da unidade da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca-SP e do curso de serviço social da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da unidade da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), campus de Ituiutaba-MG.

A escolha do tema está ligada às experiências como bolsista de projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), bem como financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) desenvolvidas no período de 2012 e 2014 na graduação e pelo interesse desenvolvido pelo estágio supervisionado.

Essas inquietações continuaram a acompanhar a pesquisadora quando percebeu-se que haviam dificuldades de aberturas de campo de estágio na cidade de Ituiutaba-MG para os estudantes do curso de serviço social da FACIP/UFU. Esses espaços proporcionaram a percepção de como os estudantes e supervisores de estágio atribuíam significado ao estágio supervisionado na formação profissional do Assistente Social.

É evidente que o estágio supervisionado e o processo de supervisão são essenciais ao cotidiano do trabalho profissional, quando o Assistente Social exerce essa atribuição, mas suas particularidades e problematizações ficam em vista das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) e àqueles que se interessam e dedicam a essa temática.

Destaca-se que o estágio supervisionado e a supervisão tem ganhado visibilidade no âmbito das discussões da categoria profissional, assim como nas produções científicas, como artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além das leis pertinentes a esta temática, referencial teórico e a Política Nacional de

Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os quais auxiliaram para a construção dessa dissertação.

Dessa maneira, é importante destacar que a profissão de serviço social é de caráter interventivo e investigativo inserida na divisão sócio-técnica do trabalho tendo como objeto de intervenção as expressões da questão social.

Com isso, a formação profissional necessita ser estudada a partir da contextualização da realidade social, uma vez que é considerada dialética, expressada pelos aspectos estruturais e conjunturais.

Pondera-se que o estágio supervisionado é um período em que os profissionais e estudantes têm a oportunidade de assimilar a mediação entre análise de conjuntura e estrutural, entre teoria e prática, manifestando os desafios resultantes das inquietações sociais.

Em consideração ao processo de ensino e aprendizagem, denota-se na formação profissional o estágio como parte desse processo, em razão de ser um período de conhecimento da realidade que permite conhecer as expressões da questão social presente na sociedade.

No estágio supervisionado configura-se como um importante momento da formação profissional, no qual se pretende fortalecer os aspectos que diz respeito aos instrumentos, procedimentos, vivências e fazer profissional, no entanto o ensino da prática não pode ser atribuído apenas no período de efetivação do estágio, mas é necessário estar presente nas disciplinas do curso e demais componentes curriculares que englobam a formação.

O estágio supervisionado é o espaço que possibilitará ao graduando de serviço social variados tipos de vivência que contribuirão não somente para sua formação, mas também na construção de sua identidade profissional.

Em vista disso, com o desenvolvimento da supervisão de estágio (acadêmica e de campo) torna-se possível a ampliação de reflexões teóricas e críticas acerca da experiência adquirida na realidade nos campos, favorecendo a necessária articulação entre formação e mercado de trabalho, trata-se de uma experiência de compreensão crítica das demandas postas à profissão.

Enquanto atividade curricular obrigatória, o estágio supõe o acompanhamento e a orientação profissional, por meio do processo de supervisão acadêmica e de campo.

O processo de supervisão consiste em uma tarefa difícil que necessita de

atenção, paciência e muito empenho de ambas as partes, pois cada um destes sujeitos, supervisor e supervisionado, traz consigo suas experiências, bagagens cultural e teórica, e visão de mundo. Desta maneira, a supervisão, torna-se um processo que só pode ser realizado com muito diálogo e respeito a valores éticos e morais. Então a liberdade de expressão, a disponibilidade e abertura devem existir nesta relação, possibilitando momentos de maior reflexão e, conseqüentemente, reciprocidade de informações entre ambos.

O processo de supervisão e estágio supervisionado em serviço social estão imbricados nas atuais Diretrizes Curriculares (1996) para o curso de serviço social, expressando inúmeros avanços como o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.

É no âmbito dessas definições que delimita-se o objeto de estudo: a percepção dos egressos de serviço social de duas universidades públicas e o objetivo: Investigar a percepção de egressos de serviço social, que concluíram o curso nos anos de 2015 e 2016 nas duas universidades públicas, em relação ao processo de aprendizagem e construção do conhecimento originado no período do estágio supervisionado.

A opção de desenvolver a pesquisa fazendo um estudo aproximativo se justifica pelo fato do estágio curricular ser atividade obrigatória e por ser duas instituições respeitadas, com docentes comprometidos e seguir o estágio curricular através das legislações e resoluções existentes.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi realizada pesquisa bibliográfica que proporcionou conhecimento acerca do objeto pesquisado, consistindo na leitura de livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, propiciando fundamento teórico para a construção da pesquisa.

Também realizou-se pesquisa documental, que consistiu na leitura do projeto pedagógico do curso de serviço social das universidades FCHS/UNESP e FACIP/UFU, regulamento de estágio supervisionado em serviço social das duas universidades, legislação em geral e as específicas que normatizam essa temática.

Delimitou-se como recorte temporal para esse estudo o período de 2015 a 2016 porque é nesse contexto que a pesquisadora concluiu a graduação do curso

de serviço social na FACIP/UFU e também por ser o período de atualização do projeto pedagógico do curso de serviço social da FCHS/UNESP.

Optou-se pela pesquisa de campo, a qual foi desenvolvida na FCHS/UNESP e FACIP/UFU por dois motivos, o primeiro pelo fato da UFU ser o espaço em que foi realizado o curso de graduação em serviço social pela pesquisadora e o segundo motivo é pelo fato da UNESP ser a universidade, a qual a pesquisadora faz parte do programa de pós-graduação em serviço social, e também por proporcionar vínculo com a universidade e conhecimento da realidade inserida.

A pesquisa é de análise qualitativa pela própria necessidade de buscar conhecer a expressão direta dos sujeitos envolvidos na temática em questão e compreender como os sujeitos da pesquisa consideram a atividade de estágio supervisionado e de supervisão no processo de formação profissional, aprofundando o conhecimento da realidade de cada universidade estudada.

O processo de pesquisa caracteriza-se pela inserção do pesquisador na realidade social, em um processo de desconstrução e construção de conhecimentos, com o objetivo de criar respostas às inquietações do pesquisador acerca da realidade pesquisada.

O roteiro do formulário tem questões que buscam diretamente o interesse da pesquisa. Contém questionamentos apoiados em teorias e categorias (aprendizagem, construção do conhecimento, vivências e identidade profissional) e hipóteses que abrangem a pesquisa e que posterior podem oferecer novos questionamentos e novas hipóteses acerca das respostas dos participantes.

Foram aplicados 04 questionários, sendo os sujeitos participantes 03 encontram-se na condição de supervisores de campo e 01 pesquisador de estágio supervisionado. A escolha e delimitação desses sujeitos se deram a partir do recorte temporal escolhido, anos de 2015 e 2016, para a pesquisa e a divisão de sub grupos (supervisor de estágio e pesquisador de estágio) foi considerado, pois a partir de vivências e experiências diferentes é que possibilitou analisar as aproximações e percepções dos egressos de duas universidades distintas, mas como mencionado à cima, com predominância de características semelhantes entre ambas.

Considerando o perfil desses sujeitos, Marilda é supervisora de campo, é do sexo feminino e tem 24 anos. Concluiu o curso de serviço social no ano de 2015 na FACIP/UFU. É mestre em ciências sociais pela Universidade Federal de Uberlândia e Assistente Social na Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) / Secretaria

de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Governo do Distrito Federal. Em vista disso, trabalha na instituição há 9 meses e exerce a função de supervisora de campo há 1 mês.

Ivanete é supervisora de campo, é do sexo feminino e tem 25 anos. Concluiu o curso de serviço social no ano de 2016 na FACIP/UFU. É mestranda em serviço social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP e Assistente Social no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Tio Doc de Ituiutaba-MG. Está trabalhando na instituição há 11 meses e é supervisora de campo há 9 meses.

Vicente é supervisor de campo, é do sexo masculino e tem 50 anos. Concluiu o curso de serviço social no ano de 2016 na FACIP/UFU. É Assistente Social no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) do município de Ituiutaba-MG. Está trabalhando na instituição há 3 meses e exercendo a função de supervisor de campo há 1 mês.

Alzira é pesquisadora do tema estágio supervisionado, é do sexo feminino e tem 24 anos. Concluiu o curso de serviço social no ano de 2015 na FCHS/UNESP. É mestranda em serviço social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP. Pesquisa estágio supervisionado há 5 anos, a partir do ingresso na graduação.

É importante mencionar que anteriormente à realização da aplicação do instrumental, foi realizado contato telefônico com os sujeitos da pesquisa a fim de apresentar a proposta da mesma, esclarecendo quanto ao tema, objeto de estudo, os objetivos, a técnica que seria utilizada, o estabelecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e foi solicitada a participação dos mesmos nesse estudo.

Ressalta-se que anterior ao contato realizado com os participantes da pesquisa, foi realizado averiguação dos egressos das duas universidades, a fim de obter 6 sujeitos para pesquisar, com isso, devido a delimitação temporal e de estar na condição de supervisor de campo e ser pesquisador de estágio supervisionado, foi possível atingir 4 participantes.

O contato com os participantes da pesquisa aconteceu via email, porque os horários não estavam sendo disponibilizados para todos no mesmo dia, até porque são duas cidades diferentes.

O critério de inclusão de sujeitos para a pesquisa foram os egressos que se identificam com os subgrupos classificados e que aceitaram participar da pesquisa e assinaram o TCLE.

Como critério de exclusão são os egressos de outros anos e aqueles que não se dispuseram a assinar o TCLE.

Tendo em vista, no grupo de sujeitos que são pesquisadores de estágio, foi possível atingir 33,3% de participantes, sendo possível identificar que a maioria dos egressos que concluíram o curso em 2015 e 2016 não estão contribuindo com a pesquisa no que se refere a formação profissional.

Já os egressos que estão na condição de supervisores de campo, foi possível atingir 100% da amostra.

Vale ressaltar que foi atingido mais de 50% de participantes na pesquisa da proposta em questão, totalizando em 66,6% de sujeitos pesquisados.

Em relação a estes sujeitos da pesquisa, os quais receberam nomes fictícios¹, a fim de assegurar-lhes o anonimato, tiveram seus relatos originais, ou seja, não foram corrigidos de acordo com a gramática da língua portuguesa, com o intuito de manter na íntegra os argumentos e reflexões dos egressos.

Essa dissertação é composta por três capítulos.

No 1º capítulo enfatizou-se o serviço social e o processo de formação profissional abordando as Diretrizes Curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e os aspectos legais do estágio supervisionado.

No 2º capítulo discutiu-se sobre o estágio supervisionado em serviço social e supervisão de estágio em serviço social, possibilitando aproximação com o processo de ensino-aprendizagem e a apropriação destes sujeitos na realidade inserida.

No 3º capítulo, foram apresentados os aspectos do curso de serviço social nas universidades FCHS/UNESP e FACIP/UFU, sendo pertinente a apresentação do estágio supervisionado nos dois cursos em discussão e por fim a aproximação das respostas dos egressos em relação ao processo de aprendizagem e conhecimento no que se refere ao processo de estágio supervisionado.

É importante mencionar que estabeleceu-se interlocução das respostas dos sujeitos da pesquisa nos capítulos percorridos.

¹ Esses nomes referem-se a autores do curso de serviço social, os quais sempre tiveram presença marcante na construção de artigos e trabalhos científicos.

As considerações finais são apresentadas com base no estudo realizado, reflexões a partir da contribuição dos sujeitos na pesquisa e dos resultados obtidos sendo apresentado as aproximações de ideias dos egressos das duas universidades, as quais possibilitaram compreensão acerca da relação entre supervisor e estagiário e o processo de construção do conhecimento no período do estágio supervisionado. Pode-se destacar que foi possível repensar a pesquisa na categoria, ou seja, se egressos profissionais atuantes ou não na área, estão desenvolvendo o interesse de pesquisar. Em vista disso, cabe analisar através das respostas dos participantes da pesquisa, a importância do papel da pesquisa na atuação profissional.

CAPÍTULO 1 SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1.1 Formação Profissional em Serviço Social

Compreende-se a nível da realidade de formação do Assistente Social que a formação profissional no âmbito do serviço social tem sido objeto de estudos, principalmente nas dissertações de mestrado, sendo relevante destacar a compreensão de que é uma educação continuada e não simplesmente uma qualificação adquirida e acabada por um período determinado, ou seja, quando se conclui o curso. Entende-se que formação profissional necessita ser estudada contextualizando-se a realidade social explícita pelos aspectos estruturais e conjunturais, visto que o serviço social é uma profissão de caráter interventivo e investigativo inserida na divisão sócio-técnica do trabalho obtendo como objeto de intervenção as manifestações da questão social.

Nesse sentido, é relevante enfatizar que o trabalho profissional requer conhecimento da realidade social, uma vez que ela é dialética, no entanto a partir da prática social é que o conteúdo teórico propiciará os mecanismos necessários.

Nesta perspectiva, a formação profissional é tratada aqui não apenas como uma oferta de disciplinas que garante uma titulação ao assistente social e legalidade na inserção no mercado de trabalho, mas sim uma preparação voltada para que o profissional saiba propor, intervir e executar ações e projetos.

No que diz respeito à competência profissional do serviço social, há a apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, e com isso se materializa na orientação da prática a partir de um conjunto de saberes e conhecimentos.

Contudo, a atuação profissional ultrapassa o nível valorativo, pois as ações estão repletas de responsabilidades de compromisso social, tanto com a categoria profissional quanto com a população atendida.

A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, flexibilidade intelectual no encaminhamento de diferentes situações e capacidade de análise para decodificar a realidade social. (OLIVEIRA, 2004, p. 3).

O significado do ensino e aprendizado da prática em serviço social foi historicamente construído, por meio da supervisão de estágio, enquanto processo educativo para consolidar um arcabouço de conhecimentos necessários à realização do exercício profissional. Portanto, a trajetória da formação pode ser sintetizada em ensinar-a-fazer em 1940, no quadro do conservadorismo; o aprender-a-fazer de 1960 a 1980, durante a conquista da renovação; e o ensino-aprendizagem estabelecido em 1990 (iniciada a partir dos anos de 1980) com a construção do Projeto Ético-Político profissional (LEWGOY, 2009).

Essa trajetória da formação profissional deve partir do entendimento da relevância do serviço social, compreendendo que a questão social ao se manifestar nas condições objetivas de vida dos segmentos populacionais mais empobrecidos, obriga o Estado a se posicionar, no sentido de institucionalizar direitos. Vale lembrar que na década de 1930, as legislações sindicais e trabalhistas eram elaboradas e medidas de proteção ao trabalho que garantiam o controle estatal sobre o proletariado através da repressão e do sindicalismo.

Entretanto, através das políticas sociais, fica evidente que não é atendido satisfatoriamente as reivindicações das classes subalternas, enfim justificando a constituição do espaço do serviço social na divisão sócio-técnica do trabalho e na construção da identidade da profissão.

Nesta perspectiva, o ensino da prática profissional do serviço social se impõe em duas dimensões, uma que diz respeito à interventiva inerente à profissão e que se propicia no contexto da realidade social, institucional, geralmente orientada no estágio supervisionado, e a outra, que se refere à efetivação em sala de aula através do conhecimento, experiência e prática pedagógica.

Levando em consideração o período do estágio supervisionado, no qual profissionais e estudantes são capazes de assimilar a mediação entre análise de conjuntura e estrutural, entre o particular e o universal, entre o teórico e o prático, abrangendo a diversidade e a heterogeneidade, manifestando os desafios resultantes das inquietações sociais, apresentando como resultado a constante possibilidade de repensar os caminhos do ensino do fazer profissional.

O desafio pedagógico presente no ensino da prática consiste em – uma vez eleitas às referências teóricas norteadoras – partir de situações imediatas da prática profissional para detectar sua significação e representatividade, facilitando o movimento de elevação do particular ao geral, do imediato às mediações e múltiplas

determinações que dão concretude histórica dos fenômenos selecionados, de modo a permitir vislumbrar e propor estratégias e táticas para a ação profissional diante desses mesmos fenômenos. [...] Esse desafio pedagógico, da maior relevância, ultrapassa tanto o mero acompanhamento da dinâmica do exercício profissional como da mera reprodução do pensamento teórico, e envolve o esforço de reconciliação da teoria com a realidade. (IAMAMOTO, 1997, p. 205).

Desta maneira, é importante salientar que a formação profissional em serviço social na perspectiva de construção do conhecimento teórico-prático, considerando como referência a realidade social se faz necessário a fundamentação no que se refere ao teórico, o processo de ensino e aprendizagem. Já em relação a prática, a busca do saber adquirido através da orientação, se faz a partir do processo de planejamento, desenvolvimento e avaliação, visto que o entendimento da prática na formação profissional existente no serviço social vai além da metodologia e conteúdos específicos, pois é característico da natureza ético-política.

Em consideração ao processo de ensino e aprendizagem, denota-se na formação profissional o estágio como parte desse processo, em razão de ser um período de conhecimento da realidade que permite conhecer a questão social presente na sociedade.

Em vista disso, a partir da atividade de estágio supervisionado, se fez presente na fala de uma supervisora de campo, sujeito da pesquisa, quando questionada a respeito do papel da supervisão de estágio no processo de formação profissional do estudante de serviço social:

Acredito que um dos mais importantes. É na supervisão de campo que os (as) estagiários (as) tem o contato com o exercício profissional, suas dificuldades, desafios e lutas. São nesses espaços que os estagiários fazem uma conexão com a teoria e a prática. Aprendem, assim, a relevância de estudar sobre os fundamentos do Serviço Social, as políticas públicas e sociais, o trabalho interdisciplinar e multidisciplinar, relacionando todas essas temáticas e disciplinas com o campo de estágio (Ivanete).

Segundo Guerra e Braga (2009) a dimensão investigativa e interventiva está expressa nas competências e atribuições profissionais e ressalta-se a importância da dimensão investigativa para o desvelamento de uma dada realidade social, pois para se intervir é preciso antes de tudo conhecê-la.

Desse modo, o processo de ensino e aprendizagem ocorre pela relação dialética entre o conteúdo estudado e a experiência concreta originada pelo

estudante, ou seja, acarreta partir da prática social vivenciada pelo estudante no período do estágio, reinterpretá-la e sistematizá-la como conhecimento teórico.

[...] pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social. E, sobretudo, para que a categoria profissional se arme de elementos teóricos e de informações da realidade capazes de subsidiá-la na formulação de propostas profissionais, isto é, na construção de programáticas de trabalho, tanto no campo da formulação de políticas sociais como de sua implementação. (IAMAMOTO, 1997, p. 168).

Com isso, pensar o serviço social na contemporaneidade requer situá-lo às transformações societárias, as quais vivenciam a sociedade brasileira, mudanças às quais são econômicas sociais e culturais.

Tais transformações dizem respeito ao projeto neoliberal, instaurado na sociedade brasileira na década de 1990, propondo a reestruturação das funções do Estado e de sua relação com a sociedade, preconizando um Estado mínimo, com imposição da sociedade de mercado.

Como premissa norteadora desse exercício reflexivo, tem-se as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) como componente privilegiado do Projeto Ético-Político do serviço social brasileiro e que, considerando as condições objetivas particulares nas quais se efetiva a formação profissional hoje, pode consistir numa forma decisiva à viabilização prática do projeto profissional que, desde suas origens sócio-históricas assume como objeto central de crítica e ruptura o conservadorismo, hoje, reatualizado no conjunto da vida social e de múltiplas maneiras.

Nessa perspectiva, tendo em vista que a formação e o trabalho profissional encontram no real e, portanto, na história a ele imanente, a base de sua justificativa e fundamentação, privilegia-se a abordagem do conservadorismo aqui considerado como componente constitutivo da sociedade e sociabilidade capitalista e expresso num duplo ângulo que remonta às suas origens históricas nessa formação social, o dos valores conservadores e o das lutas de classes que impelem o conservadorismo, tanto na direção da preservação das relações sociais capitalistas, quanto no horizonte de sua superação.

Enfim, pode-se apreender o processo de formação em sua historicidade e em sua concretude, apreendendo-a numa perspectiva de totalidade iluminando a apreensão das particularidades de que se revestiu ao longo do desenvolvimento histórico da profissão na realidade brasileira.

Segundo Yamamoto (1997), para se garantir a adequação da formação profissional à dinâmica do nosso tempo, uma das condições fundantes é desfazer a visão endógena do serviço social e da vida universitária, prisioneira nos “muros internos”.

Realizar uma análise a partir da perspectiva da totalidade significa procurar compreender que o real é formado por inúmeros fatores que se tecem, se autodeterminam e influenciam para que a realidade se apresente como é hoje.

Fatores, por exemplo, como o fato da sociedade estar fundada no sistema de produção capitalista, que não é apenas um sistema econômico, ele, na verdade, tem todo um aparato social, ideológico e político necessário a sua manutenção. O resultado disso é que o capitalismo estabelece um modelo societário, que é o modelo vigente, no qual há uma série de determinantes que aparecem sintetizados no real.

Neste sentido, viabilizando o ensino e aprendizagem, pode-se inferir que é importante destacar alguns pontos importantes da profissão diante enfrentamentos e desafios existentes no decorrer da trajetória, visto que é relevante para a defesa e consolidação do Projeto Ético-Político Profissional do serviço social.

A profissão de serviço social manifesta-se a partir de uma estratégia das frações de classe dominante através dos movimentos da igreja católica.

Para efetivar o controle social, Estado e Igreja passam a agir conjuntamente por meio de uma campanha antipopular e anticomunista e da realização de obras assistencialistas com a presença de senhoras da sociedade, de maneira que assegurasse o consentimento das classes trabalhadoras aos mecanismos opressivos e de exploração. Assim, o operariado seria controlado por meio de princípios cristãos, como a caridade, que viriam amenizar a pressão social.

Naquele período dominava no Brasil a ditadura do Estado Novo com Getúlio Vargas no poder, um governo que afirmava estar “acima das classes”, porém intervindo com políticas populistas no enfrentamento das questões da classe operária, propalando a ideologia da solidariedade entre o capital e o trabalho. Esse Estado ao se racionalizar à assistência, passa a regulamentar e burocratizar

iniciativas particulares, incentivando a formação técnica especializada, requisitando estudantes e assistentes sociais da Escola de Serviço Social de São Paulo, para ocupar cargos junto aos serviços públicos e ainda patrocinando bolsas de estudo no exterior.

No momento em que o Estado oportunizou esses profissionais propiciando a institucionalização do serviço social, o que ocorre concretamente quando os Assistentes Sociais são inseridos na divisão do trabalho social, na perspectiva mais ampla, tornando-se assalariados.

Assim sendo, a profissão é legitimada enquanto uma prática condicionada à regulamentação estatal. Dessa forma, o profissional passou a ter suas atividades requisitadas por aqueles que o contratava e o fazia atuar junto à classe operária, a qual é atendida através das políticas sociais oferecidas nas instituições.

Contudo, a gênese do serviço social evidencia-se no ano de 1936, com a criação da primeira escola de serviço social no Brasil, cuja perspectiva teórica é marcada pela postura filosófica do neotomismo, a qual vai orientar a profissão até 1960. O discurso subsidiado nessa concepção exaltava o bem-comum, a união dos homens em favor do bem-estar da coletividade, com o propósito de reformar a sociedade, por meio do humanismo cristão, da perspectiva de “ajuda aos pobres”, sem questionar suas estruturas produtivas e organizativas da propriedade e do poder.

É no capitalismo sob os moldes do monopólio, que é gerada a contradição basilar do sistema capitalista. Contradição oriunda e constituinte deste sistema explorador da força de trabalho, no qual ocorre a apropriação pelos burgueses detentores dos meios de produção, da riqueza socialmente produzida pelo conjunto da classe trabalhadora. A expressão desse sistema contraditório, é denominada de “questão social” a qual no contexto monopolista tem suas manifestações e expressões apresentadas de forma complexa e intensa.

Segundo Iamamoto (2000), no Brasil, esse cenário é marcado pelo desenvolvimento capitalista industrial e pela expansão urbana, caracterizado pela emergência no cenário político e social de novas classes sociais: a classe trabalhadora assalariada ou proletariado e da classe burguesa, detentora dos meios de produção e a mudança na composição dos grupos, ou representantes da classe que detêm ou compartilham o poder do Estado.

O Estado no contexto da década de 1930 é pressionado a intervir na realidade das manifestações da “questão social”, pois seu aparato policial repressivo não mais propiciava as condições para garantir que o capital materializasse seu objetivo de acumulação.

Assim, o Estado passa a ter que redimensionar suas funções na sociedade no âmbito político e econômico, devendo garantir a propriedade privada, os direitos individuais e regular as condições para a perpetuação do capital.

Nesse sentido, como uma iniciativa de representantes da classe burguesa-dominante, o serviço social emerge no cenário brasileiro ligado ao poder da Igreja Católica ou do Estado, com o objetivo de garantir a manutenção do sistema capitalista.

Sendo assim, no final da década a profissionalização do serviço social legalmente inserida em órgãos públicos ocorre em 1935, propiciando a legalização do ensino da profissão. A orientação para o exercício profissional no início da profissão era o referencial do serviço social europeu, com fundamentos na razão formal abstrata (doutrina neotomista- positivista). A partir de 1940, o referencial que passa orientar o exercício profissional é o de caso, grupo e comunidade, de origem da profissão dos Estados Unidos.

Segundo Paulo Netto (1992), o caminho para a profissionalização é construído pelos próprios assistentes sociais, num processo histórico, no qual estes vão se inserindo em atividades interventivas e vão reordenando seus espaços de intervenção.

Não se trata de um deslocamento simples: as agências em que se deslocam as protoformas do Serviço Social pensam-nas e realizam-nas como conjunto de ações não só derivadas menos de necessidade ou demandas sociais do que de impulsões ética-morais, mas especialmente como atividades exteriores à lógica do mercado (e daí também o privilegio do trabalho gracioso e voluntário, 'comunitário'); apenas quando saltam para fora dessas agências, ou quando elas passam a subordinar-se a uma orientação diversa, e que os agentes podem empreender o caminho da profissionalização ainda que, repita-se, nestas passagens, conservem o referencial produzido naquelas agências. (PAULO NETTO, 1992, p.58).

Portanto, a criação do serviço social é orientada pelos interesses burgueses-capitalistas, que passam a ser questionados pela categoria em seu processo histórico, relacionando ao período do capitalismo monopolista, referente à

necessidade da criação de novas formas de controle, que ultrapassam o caráter repressivo aptas a intervir nas manifestações da “questão social”.

Diante a categoria serviço social tradicional, pode-se denotar que a orientação teórico-metodológica que sustenta a emergência e profissionalização considera que a profissão representa, de acordo com Iamamoto e Carvalho (1982) o reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente.

Em razão disto, Martinelli (1997) ressalta que esse referencial de cunho tradicional conservador da profissão começa a ser questionado pela categoria dos profissionais. Esse movimento ocorre pelo fato de que, este não representava um projeto construído pelos profissionais, mas representava uma identidade atribuída à profissão pela burguesia, por sua gênese e institucionalização, caracterizados pelo referencial ideológico da igreja Católica, instrumentalizado pelo projeto conservador burguês.

Entretanto, os profissionais de serviço social iniciam um processo de revisão do exercício profissional ao relacionar-se com a realidade e dentro da própria categoria com outros projetos sócio-políticos.

O serviço social, a partir do processo de profissionalização e de sua intervenção na realidade entra em confronto e convive com ideologias distintas do capitalismo.

O profissional Assistente Social a partir de 1960 adquire maior valorização, primeiramente no governo JK, o qual possibilitou a redefinição de procedimentos profissionais sob a concepção de desenvolvimento e no governo de Jânio Quadros, o qual defendia o desenvolvimento humanista.

Neste contexto, fica evidente a necessidade de qualificação dos profissionais diante à demanda apresentada à profissão internamente e também pelo mercado de trabalho. Desta forma, o serviço social caracterizado desde então por práticas sob orientação de instrumentos e técnicas tradicionais, remete-se a um movimento interno na categoria, iniciado na década de 1960, que elabora os fundamentos para que na década de 1970 se concretize o Movimento de Reconceituação do serviço social, isto é, o movimento de intenção de ruptura com o viés tradicional e conservador, o qual será articulado por um amplo debate da categoria, reunido por uma disputa de diferentes projetos profissionais.

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”. (PAULO NETTO, 2005, p. 123).

Com as modificações ocorridas na realidade, a formação do serviço social também passou por mudanças, ocorreu a inserção do ensino do curso nas universidades, à vista de que antes havia apenas escolas isoladas, carentes de recursos, muito ligadas a valores morais, com as mudanças na sociedade as unidades se tornaram complexos centros universitários. O serviço social passou a interagir com disciplinas das ciências sociais como psicologia, antropologia e sociologia, contando também com disciplinas de tendências da ditadura militar.

Esta formação era demandada através das imposições que se faziam no mercado de trabalho posto na esfera da ditadura militar. Com a entrada das ciências sociais no âmbito da universidade, o serviço social começou a mudar tendo com isso uma postura crítica para seus fundamentos (PAULO NETTO, 2005).

O Movimento de Reconceituação do serviço social objetivou construir a crítica à profissão, aos seus pressupostos ideológicos, teóricos e metodológicos e às determinadas práticas profissionais. A partir da crítica buscava-se uma referência distinta da qual orientava a profissão até então, desde sua emergência, de cunho conservador, objetivando orientar e redimensionar o exercício profissional do serviço social.

Neste cenário, o Movimento de Intenção de Ruptura possibilitou uma nova abordagem à profissão, uma apreensão construída pela categoria não mais atribuída como nos princípios da profissionalização. Assim, o significado social da profissão é compreendido na complexidade das relações sociais que esta categoria estabelece na realidade, sendo necessário a sua clareza na totalidade do exercício profissional, sendo na relação com o usuário e instituição.

Segundo Iamamoto (1997), o serviço social constitui uma instituição que emerge e se desenvolve no interior da sociedade capitalista, estabelecida e desenvolvida na dinâmica das relações sociais, sendo uma particularidade da mesma, por isso não está fora desta dinâmica societária, uma vez que é realizada e materializada nesta e conseqüentemente intervém e participa na reprodução e

materialização histórica desta ordem societária, de acordo com as características das relações sociais desenvolvidas e apresentadas em contextos sócio-histórico determinados nesta sociedade.

O Movimento de Reconceituação do serviço social constitui no movimento histórico da profissão, processo o qual buscou romper com o serviço social tradicional, desenvolvendo entre a categoria um amplo debate crítico sobre a profissão. Fundamentado no currículo aprovado em 1982, os avanços teóricos e políticos presentes no cotidiano da profissão, expressos no Movimento de Reconceituação admite a importância da pesquisa científica e evidencia um compromisso de classe, materializando o comprometimento com a formação profissional, no que se refere ao trabalho profissional, propondo o rompimento com a ideologia dominante e a vinculação do exercício profissional aos interesses dos usuários.

Por consequência, os debates desenvolvidos pela categoria neste processo, constituíram a base inicial da construção do Projeto Ético-Político Profissional no seu movimento histórico. Inicialmente a proposta do Projeto Ético-Político Profissional é constituída pelo Código de Ética de 1986, posteriormente reformulado em 1993, pela Reformulação da Lei que Regulamenta a profissão, tendo sua complementação com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovada em 1996.

A fundamentação teórica que orientou o currículo de 1982, é a teoria social de Marx, assim buscou-se articular teoria, história e metodologia substituindo as disciplinas do serviço social de caso, grupo e comunidade. Apresentou a compreensão de que a realidade é dinâmica, e que devia ser compreendida a partir do movimento da história, porém era contraditório, pois na disposição das disciplinas em teoria, história e metodologia, reproduziu a compreensão da distinção entre teoria e prática.

No entanto, o que se verifica no currículo de 1982 é a inexistência de uma lógica histórica no processo de formação profissional pela disposição das disciplinas de forma particularizadas de Teoria e Metodologia e História do serviço social, somada a dicotomia entre teoria e prática disposta nas ementas das disciplinas.

Na contemporaneidade o Projeto Ético Político Profissional, que busca romper com o conservadorismo, tem caráter hegemônico na profissão se apresentando numa contínua construção no interior da categoria profissional, em um processo de fortalecimento e ampliação da sua apreensão pelos profissionais.

No entanto, apesar de ser hegemônico e buscar romper com o conservadorismo, apresenta-se ao mesmo tempo, por parte da categoria profissional, diversas manifestações conservadoras. Apesar disso, foi esse movimento que propiciou sustentação para se pensar uma formação profissional comprometida com a luta dos trabalhadores, consolidada na aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996.

O movimento que a categoria profissional do serviço social vem desenvolvendo com maior ênfase a partir da década de 1980, no âmbito da formação profissional buscar articular formação profissional e demanda posta a profissão pelo mercado de trabalho, não de forma linear às exigências do mercado, mas voltada para a direção desta articulação, objetiva ou como consequências das respostas formalmente desenvolvidas através das políticas sociais às manifestações da “questão social”.

Em suma, o movimento de reconceituação indaga construir uma proposta de formação profissional que qualifiquem profissionais aptos a responderem às demandas contemporâneas, que se constituem como consequência das mudanças desenvolvidas no modo de produção capitalista, que alteraram radicalmente a esfera da produção e do Estado tendo como relevância o agravamento das manifestações da “questão social”.

Apreender este processo social na sua contraditoriedade é requisito para se construir um projeto de formação profissional que reafirme o estatuto profissional do Serviço Social, na medida em que este esteja comprometido com a formulação de programáticas: de propostas de ação no campo da implementação e da formulação de políticas sociais públicas e privadas, da dinâmica do mundo do trabalho e de seu mercado, atento ao universo da cultura universal, mas também à visão de mundo dos subalternos, decifrando seus códigos, suas maneiras particulares de expressão de sua vida social em formas culturais. (IAMAMOTO, 2000, p. 195).

A formação profissional, para elaboração de contrapropostas no universo profissional, encontra-se com os olhos voltados para a sociedade civil, em suas relações com o Estado, visto que para os indivíduos sociais, em sua presença na arena social e política, para os modos de vida e de trabalho de que são portadores e que, também, recriam com a sua inventividade social: com seus sonhos e projetos socialmente partilhados.

Assim, uma das exigências que se vislumbra na reconstrução do projeto de formação profissional é estimular a aproximação dos assistentes sociais às condições de vida das classes subalternas e de suas formas de luta e de organização. Captar as formas de explicitação social, cultural e política de seus interesses e necessidades, criadas no enfrentamento coletivo e individual de situações de vida, de experiências vivenciadas. Interesses que não se manifestam apenas em suas organizações político-partidárias, articuladas à construção do poder de classes, mas também nas lutas organizativas por melhorias parciais de vida (no cotidiano das fábricas, dos campos, nos demais locais de trabalho, nos bairros etc.), assim como no conjunto de suas expressões associativas e culturais cotidianas que denotam o seus modos de viver e de pensar. (IAMAMOTO, 2000, p. 196).

Com o processo de flexibilização do sistema capitalista, sob as manifestações da “questão social”, diante inúmeras expressões e determinações, a demanda do serviço social aumenta. Neste sentido, a construção de um projeto de formação profissional se faz necessária, com o intuito de graduar profissionais sensíveis e solidários ao processo de criação de uma nova cidadania, como estratégia política de gestão de uma cultura democrática, contrapondo-se ao individualismo, à linguagem do mercado e da pós-modernidade.

Em continuidade, diante os caminhos percorridos historicamente através de debates realizados pela categoria, fundamenta-se a construção do Projeto Profissional materializado nas Diretrizes Curriculares aprovada em 1996. Em razão disto, as Diretrizes representam a sistematização dos debates acerca da disputa de projetos políticos profissionais, nas décadas de 1960 e 1970, conquistando assim a hegemonia da vertente de Intenção de Ruptura, que orientou a fundamentação teórico-metodológica desta proposta.

Para o curso de serviço social, tendo como eixo central a “questão social”, compreende-se que a proposta das Diretrizes Curriculares tem a finalidade de aprofundar a compreensão da “questão social” como elemento que dá concretude à profissão, ou seja, que é a base de fundação histórico-social na realidade, e que nesta qualidade, portanto deve constituir o eixo ordenador do currículo (ABESS, 1996, p. 20).

Enfim, a formação profissional tem como objetivo capacitar e orientar os profissionais para a intervenção nas expressões da “questão social”, acerca da consolidação da vertente de Intenção de Ruptura, que representa a fundamentação da orientação do Projeto Ético Político profissional.

Assim, vale salientar que as Diretrizes Curriculares expressam o fôlego e a ousadia ética e política que essa profissão possui oxigenada nas lutas dos trabalhadores. A defesa de uma proposta de formação profissional que tem o trabalho e a “questão social” como eixos principais e a afirmação de princípios como o rigoroso trato teórico-metodológico da profissão e da sociedade que o forma e conforma; a interdisciplinaridade; a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, o pluralismo e a transversalidade da ética e da pesquisa na formação, mediante “[...] a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social” (ABESS; CEDEPESS, 1996, p. 160), é expressão de uma profissão que acumulou legitimidades teóricas e práticas para resistir aos ditames do capitalismo contemporâneo e, nesse mesmo movimento, contribuir para a luta dos trabalhadores, adensando a sua qualificação ético-política.

1.2 As Diretrizes Curriculares de 1996

O ano de 1996 marcou um fato histórico fundamental para a formação em serviço social no Brasil, pois aconteceu a aprovação das diretrizes gerais para o curso de serviço social, cujo processo foi fruto de debate e construção coletiva da categoria profissional, bem como do amadurecimento acadêmico e organizativo da profissão. Coincidiu, também, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), neste mesmo ano, o que determinou a conformação que tal projeto viria a ter no seu processo de implantação e, posteriormente, enraizamento nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs), pois é sabido que as mudanças que se processaram na política de educação superior foram responsáveis por um conjunto de inflexões no âmbito da formação de todos os profissionais.

As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de serviço social (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) da antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.

O processo de consolidação das diretrizes de 1996 é tributário dos debates oriundos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, e da construção das bases para o Currículo Mínimo de 1982, nos quais pode-se pensar os marcos do projeto de profissão, no que tange à formação profissional.

Na Convenção Geral da ABESS em 1993 indica-se a necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, como resultado do avanço teórico crítico construído pela categoria nesse período “Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas.” (ABESS; CEDEPESS, 1996, p. 58). Entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares. Segundo o documento da ABESS/ Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) de 1996 foram: 200 oficinas locais, em 67 unidades de formação acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 02 nacionais.

É importante ressaltar que a formação profissional, construída e gestada pela categoria no Brasil, teve como força propulsora, o processo de renovação do serviço social, o qual teve como marco o Movimento de Reconceituação da profissão em nível latino-americano. Este movimento possibilitou que a profissão caminhasse para a superação do monopólio conservador no âmago profissional e construísse bases de legitimação, vinculadas à perspectiva de intenção de ruptura.

Este processo se inicia em meados da década de 1960, quando a profissão adentra num movimento de questionar sua intervenção na realidade e sua contribuição na superação do subdesenvolvimento. Tal movimento, longe de possuir uma homogeneidade, é demarcado pela constituição de três tendências no seio profissional: vertente modernizadora; reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura (PAULO NETTO, 2010).

Contudo, é a vertente de intenção de ruptura que possibilita a interlocução com a teoria marxista na década de 1980 e seu amadurecimento na década seguinte, e propicia os elementos teóricos, éticos e políticos fundamentais para a conformação do atual projeto profissional hegemônico do serviço social brasileiro.

A proposta das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) aponta para a formação de um perfil profissional com

[...] capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico com a totalidade. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais. (ABEPSS, 2010, p. 2-3).

É nessa direção que o trato rigoroso da questão social e de suas particularidades na realidade social, o trabalho e a ética, em uma perspectiva ontológica, se expressam em eixos transversais para a compreensão das DCs, categorias assentadas em uma perspectiva crítica e dialética.

Diante as transformações nos processos de produção e reprodução da vida social e pelas novas formas de enfrentamento da “questão social” o trabalho do Assistente Social também é afetado por tais transformações e com isso conforme as Diretrizes Curriculares (1996) há uma revisão curricular as quais são:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABEPSS, 1996, p. 5).

Quando se pensa num novo currículo, consideram-se as tendências da categoria profissional referenciada pelas exigências do mercado de trabalho, as

alterações dos espaços ocupacionais dos/as Assistentes Sociais e competências profissionais.

Objetiva-se questionar como preparar efetivamente profissionais que atuem de forma competente no plano teórico, político e operativo, assegurando a compreensão do próprio significado social da profissão, na sociedade brasileira hoje.

Compreende-se acerca do conhecimento da realidade que a formação profissional em serviço social busca contemplar uma base teórica e metodológica, reflexiva do fazer profissional, bem como possibilita a criação de estratégias de ações, ou seja, permite uma visão crítica da dinâmica das relações sociais.

Assim, a formação profissional em Serviço Social pode ser entendida como um conjunto de experiências que incluem a transmissão de conhecimentos, a possibilidade de oferecer ao aluno um campo de ação – vivência de situação concreta relacionada à revisão e ao questionamento de seus conhecimentos, habilidades, valores etc., e que possam levá-lo a uma inserção crítica e criativa na área profissional e no mundo mais amplo. (BURIOLLA, 2003, p.16).

Para a leitura da realidade social a partir do seu movimento estrutural e conjuntural, é necessário que a formação profissional do Assistente Social haja a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa pautada na perspectiva crítica.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 apontam para uma nova lógica curricular, que articula três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional.

1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social

Este núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social, reconhecendo o homem como ser social, histórico, bem como reconhece o trabalho como eixo central de reprodução da vida social.

1. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, tendo o direcionamento para a apreensão dos movimentos que permitiram os padrões de desenvolvimento capitalista do país.

2. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do serviço social como especialização do trabalho coletivo, tendo como especificidade do seu trabalho e intervenção as múltiplas expressões da questão social. Articula o conjunto de conhecimentos e habilidades voltadas à ação transformadora, considerando as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, bem como a dimensão que condiciona o trabalho profissional e a compreensão da profissão como historicamente determinada.

Tais núcleos se tornam eixos articuladores dos conteúdos necessários para a formação e o trabalho profissional do assistente social e “[...] desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas.” (ABESS; CEDEPSS, 1996, p. 63).

Compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Isto é, tanto as determinações sócio históricas de sua inserção na sociedade brasileira que perfilam o fazer profissional, quanto a herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, sobre suas práticas, suas sistematizações e seus saberes. (ABEPSS, 1996, p. 12).

Entende-se que para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional, se faz a partir do reconhecimento do caráter interventivo do Assistente Social, visto que a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades sócio-ocupacionais supõe uma capacitação crítico-analítica.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. (ABEPSS, 1996, p. 13).

Nesta nova lógica, as matérias se desdobram em diferentes componentes curriculares, que ganham forma didático-pedagógica diferenciada como: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e dentre outros, além das atividades integradoras do currículo o estágio supervisionado, que

agora é formalizado em 15% da carga horária total do curso e o trabalho de conclusão de curso.

Como matérias básicas são propostas as seguintes: Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional.

Há demais atividades que integram o currículo que são indispensáveis à formação profissional: Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso que devem ser desenvolvidos ao longo do curso e a partir dos desdobramentos das matérias e seus componentes curriculares.

Vale salientar que o estágio supervisionado, enquanto atividade curricular obrigatória se configura a partir da inserção do estudante nos espaços sócio-ocupacionais, com o propósito de conhecer a dinâmica cotidiana do trabalho profissional. É o momento de aproximação com a realidade, proporcionando o contato direto com o exercício profissional, com natureza interventiva do serviço social e consequentemente, permite a apropriação da profissão. Demanda supervisão direta de assistente social (supervisor de campo e acadêmico), ambos regularmente inscritos no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e em pleno gozo de suas atividades profissionais, no espaço sócio-ocupacional configurado como campo de estágio e unidade de formação acadêmica, respectivamente.

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar o(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital. (ABEPSS, 2010, p. 14).

A realização do estágio, pautada na perspectiva da Política Nacional de Estágio (PNE) elaborada pela ABEPSS (2010) significa, sobretudo, a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social, bem como uma política de resistência às investidas do capital, visto que, o ideário neoliberal cada vez mais tende a deteriorar,

mercantilizar e flexibilizar a educação, o que tem rebatimentos no nosso processo de formação profissional.

O Trabalho de Conclusão de Curso, também componente curricular obrigatório para obtenção do diploma do curso de graduação em Serviço Social, deve expressar a síntese de todo processo formativo do estudante, pois é o trabalho no qual “[...] o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso.” (ABEPSS, 1996, p. 19).

Esta sistematização, enquanto uma monografia científica elaborada pelo estudante sob orientação de um docente e avaliada pela banca examinadora, deve expressar os conhecimentos construídos ao longo do curso acerca das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Os principais aspectos apresentados norteiam a implantação das DCs da ABEPSS de 1996 e a proposta de formação profissional, expressa sintonia com a direção social da profissão na intenção de ruptura, a qual requer uma formação para a vida social e que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, permitindo uma intensa convivência acadêmica entre docentes, discentes e sociedade (ABEPSS, 1996).

As diretrizes são aprovadas em 08 de novembro de 1996, e em 20 de dezembro do mesmo ano é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Tal legislação expressa a agenda neoliberal de desmonte e flexibilização da educação brasileira e em especial a educação superior.

O pressuposto central das diretrizes curriculares constitui basicamente na construção de conteúdos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABESS, 1997, p. 62).

Em relação ao processo de mercantilização do ensino, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de novembro de 1996, a qual traz, em seu título III sobre o Direito à Educação e do Dever de Educar, no Art. 7º que: “O ensino é livre à iniciativa privada” (BRASIL, 1996) e, mais especificamente no capítulo IV que trata da Educação Superior, têm-se mais elementos que ratificam essa proposta de educação enquanto mercadoria como o Art. 45, por exemplo, alude que instituições privadas podem oferecer Ensino Superior. Este fato contraria, inclusive, o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que diz que a Educação é direito de todos e dever do Estado, logo temos que a Educação é direito social.

Além disso, a LDB permite a oferta de Educação na modalidade a Distância (EAD), o que significa a intensificação do processo de precarização da Educação Superior no Brasil e, no âmbito do Serviço Social, causa rebatimentos nefastos ao Projeto de Formação Profissional contido nas DCs da ABEPSS, resultando na ampliação do número de assistentes sociais formados por currículos flexibilizados, na dificuldade de efetivar o tripé ensino-pesquisa-extensão, e também na formação de exército industrial de reserva no bojo profissional, além de um processo de retomada da construção de perfil profissional tecnicista.

O contexto de desarticulação, mercantilização e sucateamento da educação, apresentam sérios prejuízos e riscos ao projeto de formação aqui discutido e defendido, pois a estrutura de ensino nos moldes mercadológicos e neoliberal atende aos interesses do capital no sentido de formação de profissionais meramente técnicos e executores das políticas públicas para o mercado, e no Brasil atende aos ditames dos organismos internacionais.

No que se refere a desafiador, pode-se afirmar que a implementação e fortalecimento da Formação Profissional orientada pelas DCs de 1996, são as Diretrizes aprovadas pelo CNE//MEC (2000), as quais representam uma afronta ética e política a toda história que a profissão construiu nas últimas décadas, na perspectiva de uma formação que possibilita uma atuação profissional de qualidade, no sentido de priorizar as demandas dos usuários numa perspectiva de emancipação política.

São muitos os desafios e limites postos, assim, defender a proposta de Formação Profissional expressa pelas DCs da ABEPSS de 1996, significa nos colocarmos no contrafluxo do capital.

Portanto, o atual cenário nos exige formular estratégias e nos fortalecer coletivamente, no sentido de avigorar nossa luta em defesa dos princípios éticos fundamentais e, conseqüentemente, do projeto de formação profissional hegemônico.

A necessidade de retomada da discussão das Diretrizes Curriculares, vem sendo demandada nos encontros da categoria, no sentido de enfrentar o aligeiramento da formação e o avanço das forças neoconservadoras que atravessam o Serviço Social, reduzindo à formação um conjunto de repasses de conteúdos e procedimentos de intervenção numa direção tecnicista e meramente funcional aos interesses do mercado. (ABEPSS, 2012).

As entidades representativas da categoria, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)/CRESS, ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), numa relação de articulação política, têm sido partícipes aguerridas desta construção coletiva e influentes na defesa desta perspectiva de educação, tem construído a base de legitimação no âmago profissional. Em constante articulação, tais entidades têm protagonizado historicamente, ações que evidenciam o compromisso com o debate de formação profissional, alinhado à defesa da classe trabalhadora e na luta pela transformação da atual sociabilidade do capital.

Há tempo, esta pauta tem ganhado concretude e sido foco de discussão nos diferentes eventos da profissão, extremamente na reafirmação da necessária consonância do ensino universitário com o projeto profissional, do respeito à autonomia e presença política do Movimento Estudantil de Serviço Social e da incansável luta pela implantação das DCs da ABEPSS (1996), em detrimento das propostas institucionais a partir das DCs aprovadas pelo CNE/MEC (2000), fundamentadas na lógica da contrarreforma universitária.

Dessa maneira, o cuidado em defesa do projeto profissional tem sido tarefa das entidades da categoria que, articuladas e alinhadas politicamente, têm construído espaços de debates com a base, no sentido de disseminar e fortalecer tal projeto.

Através da construção de conhecimentos, o projeto de formação profissional em serviço social encontra-se estruturado em pressupostos, princípios e diretrizes. Significa que diante das necessidades postas hoje à profissão é preciso estar atento ao reordenamento do padrão de acumulação capitalista, bem como de regulação da vida social, exigindo do profissional o redimensionamento na sua forma de pensar e agir.

Acredita-se que a categoria é composta por mediações possíveis, considerando os 80 anos de Serviço Social no Brasil, 70 anos de ABEPSS e 20 anos de Diretrizes Curriculares, que demarcam, além de comemorações das conquistas históricas da profissão, acúmulos de forças para lutar e resistir, no sentido da reafirmação e fortalecimento dos nossos valores éticos e políticos no compromisso com as lutas mais gerais dos trabalhadores e na construção de ações conjuntas da categoria com a visão de uma construção de outra ordem social, com a proposta de implantação e implementação das DCs, a fim de formar profissionais em constante fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Desse modo, defender as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é um compromisso na defesa do Projeto Ético Político Profissional, e a ABEPSS se coloca nesse desafio, de acompanhar e monitorar a implementação das Diretrizes juntos aos cursos de Serviço Social e das escolas filiadas a entidade.

1.3 Aspectos Legais do Estágio Supervisionado

O Estágio no Brasil é regulamentado por uma legislação Federal que pode ser compreendida como marco geral, fundamentado na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que trata da definição, classificação e relações dos diversos atores envolvidos no processo de estágio em âmbito nacional. Este ordenamento caracteriza as dimensões do estágio como sendo um ato educativo, desenvolvido no ambiente profissional, que visa o aprendizado de competências próprias de cada profissão, objetivando o desenvolvimento do aluno para a vida cidadã e para o trabalho. Em vista disto, em seu artigo 1º, a Lei federal versa que:

Art. 1. O Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação especial e dos anos finais do

ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

De acordo com a Lei geral do estágio, o mesmo é parte fundamental na formação profissional e deve fazer parte do projeto pedagógico do curso, integrando o itinerário formativo do aluno.

A legislação afirma que o estágio pode ser ofertado em dois aspectos estágio obrigatório e não obrigatório, o primeiro se constitui como atividade obrigatória cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma e deve constar no projeto do curso, já o segundo é compreendido como atividade opcional, que pode ser acrescida, à carga horária regular e obrigatória, e também deve ser constituído como parte do projeto pedagógico do curso (BRASIL, 2008).

De acordo com a normativa da supervisão direta, Resolução nº 533/2008, a supervisão é considerada como um momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, por configurar-se como elemento síntese na relação teoria-prática, e também:

[...] na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica. (CFESS, 2008, p. 2).

A Resolução nº 533 visa regular a supervisão direta de estágio em Serviço Social, normatizando a relação direta, sistemática e continua entre as Instituições de Ensino Superior, os campos de estágio e os CRESS. Deste modo considera:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (CFESS/CRESS, 2008).

A resolução do CFESS estabelece que seja de responsabilidade das unidades de ensino credenciar e comunicar ao respectivo conselho os campos de estágios de seus alunos e designar os assistentes sociais responsáveis pela

supervisão de campo e que somente estudantes de serviço social, sob supervisão direta do assistente social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio em serviço social.

Contribuindo de forma decisiva na atuação profissional e crescimento do estudante, a supervisão de estágio pretende legitimar a interação entre os sujeitos envolvidos no processo de estágio supervisionado, assim, o supervisor de campo e o supervisor acadêmico colaboram diretamente para o processo de formação do aluno, desempenhando uma função pedagógica. Este vínculo oportuniza qualidade nas condições do estágio e remete estreitamento entre a distância acadêmica e os campos de estágio, possibilitando interlocução, entre os supervisores de campo, através da troca de saberes e experiência.

Nas alíneas “d” e “e” no Art. 4º do Código de Ética do Assistente Social está vedada a prática do estágio sem a supervisão direta, buscando dessa forma coibir a presença de estagiários sem a supervisão profissional, e também a prática de algumas organizações que contratam estagiários para a vaga do profissional.

Desta forma, a resolução avançou e criou condições normativas para a fiscalização exercida pelo CFESS/CRESS, e também regulamentando a supervisão direta que resultará em uma melhoria das condições de trabalho do estagiário e também do supervisor ao garantir uma supervisão de qualidade.

O profissional de serviço social para estar apto a exercer a supervisão de campo deverá estar devidamente registrado no Conselho Regional de sua jurisdição, e deverá dispor dentro de sua agenda diária, um planejamento para que se realize a supervisão que deve ultrapassar a questão técnico-operativa para transformar-se em instrumento que viabilize a educação, a qualificação de qualidade e o aprimoramento profissional.

Art. 2º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino. (CFESS, 2008, p. 3).

O estágio dos estudantes de serviço social, só poderá ser realizado se for um campo de trabalho da área de serviço social, conforme está previsto na Resolução nº 533 no artigo 1º em seu quinto parágrafo:

Parágrafo 5º. Cabe ao profissional citado no *caput* e ao supervisor de campo averiguar se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei n. 8662/1993. (CFESS, 2008, p. 3).

Além disso, prevê alguns requisitos básicos para a realização do estágio, que são: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo em acompanhar a atividade de aprendizagem. No quarto artigo estabelece que a supervisão direta se efetivará a partir da relação entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e a instituição pública e privada na qual o graduando fará o estágio.

Vale ressaltar que a Resolução nº 533/2008 diferentemente da Política Nacional de Estágio não houve discussão prévia com a categoria e não foi construída coletivamente. Ela é colocada de forma generalizada, ou seja, não reconhece as especificidades das Unidades de Formação Acadêmica o que dá subsídio para que os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) exerçam o caráter punitivo e não fiscalizador das condições existentes do desenvolvimento da atividade de estágio nas UFAs e campos de estágio.

No que se refere à Política Nacional de Estágio (PNE), pode-se entender que a mesma é fundamental para balizar os processos de mediação teórico-prática da formação profissional do Assistente Social. Com isso, em 2010 tem-se a PNE, que diferente da Resolução CFESS n. 533/2008 é caracterizada numa construção coletiva de sistematização do estágio supervisionado na luta pela formação profissional de qualidade articulada com demais discussões da categoria para enfrentamento do sucateamento da formação profissional, ampliação do ensino à distância e mercantilização da educação, sendo assim defendendo um projeto de sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos, na direção da emancipação humana.

A PNE tem o objetivo de oferecer parâmetros para a operacionalização da atividade de estágio nas UFAs de todo o país que deve estar em consonância com o Projeto Ético Político profissional, uma vez que, para apreender o processo de formação profissional é preciso recorrer às transformações societárias tendo o capitalismo como parte fundamental na leitura crítica da realidade.

Outro aspecto importante é que a PNE reconhece a importância da Coordenação de Estágio em todas as UFAs, assim é indicada a necessidade de possuírem essa instância, pois é necessária uma esfera para gestar a política de estágio para que haja um direcionamento do mesmo com qualidade, devendo essa instância trabalhar articulado à coordenação de curso ou departamentos das UFAs.

No que diz respeito à supervisão acadêmica, deve acontecer em grupos com no máximo 15 estudantes e ser dividido por áreas de atuação profissional, com a realização de no mínimo 3 horas/aula semanais.

Caberá ao supervisor de campo apresentar sua proposta de trabalho acompanhada de sua proposta de supervisão, sendo imperativo que o supervisor acadêmico, de campo e o estagiário construam coletivamente o plano de estágio, no qual deverá constar os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, ao iniciar o semestre letivo.

Parágrafo 1º. A conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo e a orientação e avaliação a ser efetivada(s) pelo supervisor vinculado a instituição de ensino, resulta na supervisão direta. (CFESS, 2008, p. 4).

Ao percorrer a história do serviço social, é possível perceber que o estágio e supervisão sempre estiveram presentes, incluídas na dinâmica dos cursos, apesar das diversas formas e configurações.

Nas instituições que se constituem como campos de estágio se concretizam a partir da existência de um instrumento jurídico onde estarão acordadas as condições de realização do estágio, bem como fica evidente em seu artigo 6º que a “[...] realização do estágio curricular, por parte dos estudantes, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.” (BRASIL, 1982).

O Decreto nº 35.311, de 02 de abril de 1954, em vários momentos, reporta-se ao estágio. Desta forma, determina no Art. 4º que “[...] o Curso de serviço social, cuja duração mínima é de três anos compreende, além do ensino teórico e prático, estágios supervisionados e realização de trabalho final de exclusiva autoria do aluno.”

A Lei nº 3.252/57, de 27 de agosto de 1957, que regulamenta a profissão, no seu artigo 5º. diz que, entre outras atribuições do assistente social, há as de “[...]”

supervisionar profissionais a alunos em trabalhos teóricos e práticos de Serviço Social.”

No que se refere à regulamentação da atividade de estágio, há outra legislação em vigor, refere-se à Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que responsabiliza as UFAs a normatização do estágio.

Artigo 82- Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição. Parágrafo único: o estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica. (BRASIL, 2008).

Tais considerações realizadas, pode-se compreender como acontece a organização do Estágio Supervisionado em Serviço Social, pois essa atividade é obrigatória no ensino da profissão, de caráter investigativo e interventivo.

A atividade de estágio supervisionado é obrigatória no Brasil desde a fundação das primeiras escolas de serviço social na década de 1930 e desde a primeira Lei de Regulamentação da Profissão, a qual foi introduzida os aspectos sobre essa atividade, porém como recorte delimitado para discussão do objeto de estudo nessa dissertação foi a partir década de 1990, nos reportaremos aos aspectos legais referentes a esse período, bem como se encontram em vigência.

O estágio supervisionado é uma disciplina prática que compõe o currículo de diversas profissões, não sendo algo exclusivo do serviço social. Contudo, para o serviço social, ele é tão importante que teve início desde o período de implantação da profissão na sociedade brasileira, por meio do desenvolvimento das primeiras escolas de serviço social no país, com o propósito de proporcionar uma formação mais completa para os assistentes sociais. Sobre isso, Yazbek destaca que:

Considerando-se que aulas teóricas seriam insuficientes para um preparo adequado de futuros assistentes sociais, desde o início do curso as aulas alternavam-se com visitas a obras sociais, clínicas, hospitais, tratamento de casos não vinculados a instituições, etc. Os trabalhos práticos eram considerados de grande importância, pois tinham como função colocar os alunos desde cedo em contato com a realidade social, com os problemas com os quais deverão lidar, além de possibilitar-lhes o conhecimento prático de diferentes aspectos do Serviço Social e orienta-los na escolha de outro campo de atuação

da profissão. Já se compreendia que os problemas sociais não podem ser estudados entre as quatro paredes de uma sala de aula. (YAZBEK, 1980, p. 44).

O estágio, na formação profissional, caracteriza-se por constituir-se como um espaço de capacitação técnica para o exercício da prática, na formação profissional é o conhecimento da realidade concreta, é convivência com a realidade dentre formas diversas, aprimorando conhecimentos dentre as questões presentes na sociedade.

É no estágio que o aluno tem a possibilidade de articular o conteúdo aprendido em sala de aula com a rotina vivenciada nas instituições, possibilitando vislumbrar a complexidade das questões que envolvem a profissão. Enfim, é um momento relevante na formação profissional, pois permite que o aluno se aproxime da prática profissional, dos usuários e das demandas existentes.

O estágio supervisionado tem um significativo papel no processo de formação profissional, pois representa essencialmente ao aluno uma possibilidade de aproximação da realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos, que orientam o exercício profissional do assistente social. (OLIVEIRA, 2004, p. 65).

Há duas finalidades principais no que diz respeito ao processo de formação profissional referente a supervisão de estágio, a primeira é a de fazer integração entre dimensões teoria e prática no processo de ensino, e a segunda de fiscalizar o desenvolvimento do estágio como disciplina acadêmica, tornando assim este processo proveitoso ao ensino-aprendizagem do estudante no campo de estágio.

Em relação as legislações que normatizam o estágio, tanto as gerais quanto as específicas do serviço social, percebe-se que as mesmas procuram qualificar os procedimentos efetivos à atividade de estágio supervisionado no tocante aos sujeitos envolvidos no processo de sistematização dessa atividade: UFAs, campo de estágio, supervisores (acadêmico e campo) e estudante. Nesse aspecto, é pertinente que o estudante compreenda que o estágio é parte integrante no processo de formação profissional e, logo no ensino-aprendizagem é essencial os aprimoramentos dos aportes teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operacionais condizentes à profissão do serviço social. O estágio permite a apreensão de conhecimentos, habilidades não podendo ser considerado apenas como espaço em que cumpre suas horas obrigatórias de estágio curricular.

O aluno conhece mais profundamente a profissão e confronta o que aprende na universidade com o que vivencia na instituição. Dessa maneira, o papel social e a prática profissional é que define em relação à profissão o tipo de profissional que pretende ser.

Conforme Buriolla (1999, p. 13), “[...] o estágio é o *lócus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida.” Com isso, o aluno conhece mais profundamente a profissão e confronta o que aprende na universidade com o que vivencia na prática na instituição, definindo sua própria imagem a respeito da profissão resultando em uma postura profissional.

CAPÍTULO 2 O NÚCLEO DO ESTUDO

2.1 O Estágio Supervisionado em Serviço Social

O estágio é uma atividade curricular obrigatória desenvolvida a partir da inserção do discente no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Considera-se Estágio Curricular todas as atividades práticas inerentes ao processo formativo do acadêmico, que se configura na aprendizagem vivencial, ou seja, é o momento em que o acadêmico vivencia situações reais do exercício profissional.

O processo de estágio supervisionado constitui-se pelos seguintes sujeitos: aluno-estagiário; supervisor de campo (assistente social); professor (supervisor acadêmico); instituições de ensino; instituições de campo e demais profissionais envolvidos no locus de realização do estágio.

Dentre estes sujeitos, é pertinente o trabalho coletivo entre estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico, os quais através do envolvimento no processo de estágio e vínculo entre si, perfaz satisfação e formação integrada.

Sendo assim, referenciando a Política Nacional de Estágio (PNE), é relevante o destaque das funções e atribuições a serem desempenhadas pelo supervisor de campo:

- 1- Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente;
- 2- Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade;
- 3- Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário;
- 4- Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada;

- 5- Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio;
- 6- Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio;
- 7- Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os(as) estagiários(as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional;
- 8- Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer e nota de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela coordenação de estágio da UFA;
- 9- Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado;
- 10- Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios da UFA e contatar com os supervisores acadêmicos, Coordenador(a) de Estágios ou Coordenador(a) de Curso quando julgar necessário;
- 11- Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário;
- 12- Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UFA;
- 13- Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e supervisão acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários;
- 14- Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio. (ABEPSS, 2010, p. 21-24).

Há que se destacar também as atribuições do supervisor acadêmico, voltando novamente a PNE:

- 1- Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio da UFA, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;
- 2- Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio;
- 3- Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários na UFA por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da

realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo;

4- Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;

5- Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;

6- Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo na UFA para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta.

7- Acompanhar a trajetória acadêmica do(a) estagiário(a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da UFA;

8- Fornecer, à coordenação de estágio ou órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário;

9- Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos acadêmicos em cada nível de estágio;

10- Avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou à respectiva nota;

11- Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional.

Quanto à inserção e encaminhamento do aluno ao campo de estágio, é de responsabilidade das instituições de ensino e seus respectivos representantes, conforme estabelece a Resolução nº 533/2008 em seu Artigo 1º:

As Unidades de Ensino, por meio dos coordenadores de curso, coordenadores de estágio e/ou outro profissional de serviço social responsável nas respectivas instituições pela abertura de campo de estágio, obrigatório e não obrigatório, em conformidade com a exigência determinada pelo artigo 14 da Lei 8662/1993, terão prazo de 30 (trinta) dias, a partir do início de cada semestre letivo, para encaminhar aos Conselhos Regionais de Serviço Social de sua jurisdição, comunicação formal e escrita, indicando:

I- Campos credenciados, bem como seus respectivos endereços e contatos;

II- Nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo;

III- Nome do estagiário e semestre em que está matriculado. (CFESS, 2008).

A Resolução nº 533/2008 ressalta também a importância das instituições de campo garantir as condições mínimas para o desenvolvimento do estágio como: espaço adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários dentre outros (CFESS, 2008).

Vale ressaltar que no período do estágio, há uma relação de conhecimentos e saberes de cada estagiário(a), os quais são compartilhados no que se refere à troca de experiências, reflexões e debates acerca da realidade social vivenciada, dessa maneira a valorização diante a disciplina de estágio se faz presente no cotidiano acadêmico.

A PNE elenca as principais atribuições dos estagiários, entre elas:

- 1- Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio;
- 2- Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético político, no projeto pedagógico do curso e/ou nas normas institucionais do campo de estágio;
- 3- Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;
- 4- Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades; e outras. (ABEPSS, 2010, p.23-24)
- 5- Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas;
- 6- Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde;
- 7- Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional;
- 8- Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários;
- 9- Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade;
- 10- Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada. (ABEPSS, 2010, p. 23-24).

Dentre as atribuições elencadas, vale salientar que o estagiário tem a responsabilidade de cumprir adequadamente os horários e datas estipulados entre instituição acadêmica e local concedente do estágio. É importante também que há conhecimento da instituição campo de estágio, entender como funciona o trabalho e os serviços existentes.

A concepção que alicerça o estágio supervisionado curricular obrigatório e não obrigatório tem como perspectiva a processualidade da supervisão na formação para o exercício profissional, processo que não é linear, mas complexo e tipicamente histórico (LEWGOY, 2009). O compromisso com a profissão é elemento que, no âmbito da competência profissional, prima pela qualidade dos serviços prestados à população. É um campo preferencial das demandas e das possibilidades do conhecimento e das práticas na apreensão das determinações e mediações que incidem na realidade social. A supervisão de estágio está consubstanciada pela direção social da profissão, que a compromete com a universalização dos valores democráticos e igualitários.

A proposta curricular atual para o curso de serviço social trouxe o debate e a reflexão sobre a importância do estágio supervisionado colocando-o como atividade além de obrigatória, também integradora do currículo, fazendo parte da carga horária do curso.

Pode realizar o estágio, somente quem tiver cumprido as disciplinas de Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social I e II e a matéria de Ética profissional, pela necessidade dos pontos críticos e conhecimentos específicos básicos da profissão.

De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE), a carga horária do estágio supervisionado curricular obrigatório deve ser de no mínimo 15% das 3.000 horas e deve ser oferecido em diferentes níveis totalizando entre 2 e 4 semestres. A carga horária das atividades no campo de estágio deve ser no máximo 30 horas semanais (conforme Lei do Estágio) além de 3 horas/aula por semana de supervisão acadêmica.

São princípios que fundamentam a formação profissional:

1. flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como Oficinas, Seminários Temáticos, Atividades Complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;

2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;

3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;

5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação entre teoria e realidade;

6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;

7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;

8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;

9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

11. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;

12. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Quanto às Diretrizes Curriculares da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético política e técnico-operativa para:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;

2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;

3. Apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

4. Apreensão das demandas, consolidadas e emergentes, postas ao Serviço

Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;

5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

Iamamoto (2008) afirma que na década de 1980, o projeto ético político da profissão foi construído, a partir da aproximação da categoria com o marxismo. Em decorrência disso, as mobilizações e lutas populares ocorridas no decorrer desta mesma década, influenciou na elaboração das Diretrizes Curriculares, que são base fundamental para a formação profissional dos Assistentes Sociais.

Boschetti (2004) indica “as Diretrizes Curriculares da ABEPSS articuladas com o Código de Ética Profissional e com a Lei da Regulamentação da Profissão, conformam um Projeto Ético Político profissional claramente comprometido com a formação e o exercício profissional crítico [...]”.

No estágio supervisionado que configura-se como um importante momento da formação profissional, no qual se pretende fortalecer os aspectos que dizem respeito aos instrumentos, procedimentos, vivências e fazer profissional, no entanto o ensino da prática não pode ser atribuído apenas no período de efetivação do estágio, mas é necessário estar presente nas disciplinas do curso e demais componentes curriculares que englobam a formação.

De acordo com Santos (2013), a teoria não é apenas uma descrição da realidade da ordem burguesa, é apreensão da lógica do objeto em que a sociedade é uma totalidade concreta para gerar um conhecimento efetivo da realidade.

Teoria é a apreensão das determinações que constituem o concreto, enquanto que a Prática é o processo de constituição desse concreto. É pela teoria que se podem desvendar a importância e o significado da prática social. A prática gera produtos que constituem o mundo real, não se confunde, portanto, com a teoria, mas pode ser o espaço de sua elaboração. (SANTOS, 2014, p. 26).

Não há como na prática a teoria ser outra, sintetizando, teoria tem por locus de atuação a prática, possibilitando transformações, enfim, teoria e prática formam uma unidade apesar das diferenças.

Ainda de acordo com Santos (2013) Marx influenciado de Hegel, reafirma que o conhecimento é a posteriori à existência, se realiza a partir daquilo que já existe,

ou melhor, a realidade é anterior ao conhecimento. A teoria nunca deixa de ser mera teoria enquanto não se realiza ou se materializa em atos, o que não ocorre de maneira direta e imediata. A teoria ajuda a entender os fins e os meios como elementos que constituem esse processo, contudo, na prática a teoria não é outra.

A nova lógica curricular é inovadora, pois especifica uma aprendizagem dinâmica da vida social, reafirma o trabalho como atividade fundante do ser. Diante do quadro de mudanças nos padrões e formas de acumulação do capital, faz surgir a necessidade de buscar novas formas de enfrentamento e de intervir nesta realidade que se apresentava com novas demandas.

O estágio supervisionado é o espaço que possibilitará ao graduando de serviço social variados tipos de vivência que contribuirão não somente para sua formação, mas também na construção de sua identidade profissional. Ao percorrermos a trajetória histórica do estágio em serviço social percebe-se que desde as primeiras experiências até os dias atuais persiste a divisão entre teoria e prática. Muitos ainda concebem o estágio como espaço único da prática e a universidade espaço do saber. “Na prática a teoria só pode ser a mesma, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe.” (SANTOS, 2013, p. 27).

Essa ideia também é compartilhada por um dos sujeitos da pesquisa que estuda estágio supervisionado quando relata sobre a importância de articulação entre teoria e prática no estágio supervisionado:

O estágio possui diversos desafios para que ocorra a articulação entre prática e teoria, tais como: a dificuldade de articulação entre as Unidades de Formação Acadêmica (UFA) e as instituições campo de estágio, a ausência de conhecimento acerca das legislações vigentes e acerca dos papéis dos atores envolvidos nesse processo, a compreensão equivocada de que existe dicotomia entre a teoria e a prática, instituições com instalações físicas inadequadas, escassez de campos de estágios, entre outros (Alzira).

Percebe-se através de sua fala que há dificuldades quando diz respeito a articulação entre teoria e prática, ou seja, não há o conhecimento vigente entre os profissionais que atuam. Em vista disso, Alzira complementa que há bastante equívocos quando é discutida essa temática, a qual os profissionais confundem com as condições objetivas da instituição.

Nos campos de estágio, o estudante tem a oportunidade de apreender os elementos constitutivos da atuação profissional e, com isso, desenvolver habilidades

necessárias para a intervenção profissional sobre a realidade e as manifestações da “questão social”, nelas expressas.

Lewgoy (2009) considera que não há para o serviço social um método próprio de atuação, de realização do exercício profissional, estes dependem de variáveis, o que reflete diretamente na realização do estágio, e com isso o primeiro contato do acadêmico com a realidade prática profissional torna-se na maioria das vezes frustrante, desmotivador e até decepcionante.

Tendo em vista, é primordial que o estudante leve em consideração que o estágio é essencial à formação e que lhe proporciona momentos específicos de aprendizagem, a qual possibilita reflexão e crítica da ação profissional.

Dessa forma, compreende-se que o estágio supervisionado é um espaço que qualifica o estudante a uma postura crítica e reflexiva, estabelecendo um momento único para a formação profissional, proporcionando ao estudante o contato com uma realidade contraditória e concreta, sendo assim constitui um espaço de extrema importância na intervenção profissional.

Ao mesmo tempo com o desenvolvimento da supervisão de estágio (acadêmica e de campo) torna-se possível a ampliação de reflexões teóricas e críticas acerca da experiência adquirida na realidade nos campos, favorecendo a necessária articulação entre formação e mercado de trabalho, trata-se de uma experiência de compreensão crítica das demandas postas à profissão, assim esclarecendo contradições nem sempre aparentes.

O estágio deve constituir-se como um processo de ensino-aprendizado, um momento de reflexão, de construção, de consolidação dos diferentes conhecimentos que perfazem o ensino teórico-prático da profissão. Ele extrapola os muros da universidade, sendo considerado um dos elementos que possibilita, também, a imprescindível articulação entre formação e exercício profissional. (SANTOS, 2013, p. 143).

Há também espaços institucionais que tem a visão distorcida do estágio como trabalho, apesar de ser uma atividade temporária, de pessoa semi-qualificada, com condições de auxiliar em tarefas temporárias em conjunto com os profissionais, mas não por si só, pois o estágio deve ser sempre supervisionado. Vários estudos já constataram que muitas empresas consideram a contratação de estagiários, bem mais interessante, por possibilitar resultar em economia nos encargos trabalhistas, ao mesmo tempo em que está adquirindo uma mão-de-obra quase especializada

que tem interesse em permanecer empregado após o período de estágio. O estágio tem como caráter principal o treinamento prático de aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano.

Há instituições campo de estágio que não oferecem condições mínimas de estágio, em muitos estágios a prática profissional (supervisão) é desvirtuada, ou seja, há desinformação entre Unidade de Ensino e Unidade de Campo de Estágio. Na unidade de ensino pode acontecer casos que não assumem realmente o estágio com todas as suas implicações, ficando a cargo do aluno estagiário, e na instituição o profissional assistente social designado a supervisão ao aluno, está muitas vezes desesperado profissionalmente para assumir tal função, acarretando sentimentos, tanto do supervisor quanto do supervisionado, de explorados e usados como mão-de-obra barata.

Os planos de atividades das instituições (campo de estágio) devem expressar claramente os objetivos da mesma, seus aspectos jurídico-normativos, organização do serviço social, e atividades a serem desenvolvidas no campo.

Na configuração da formação profissional preconizada pelas Diretrizes Curriculares, a atividade estágio, insere-se no núcleo de fundamentos do trabalho profissional, no qual o trabalho é tratado como categoria dialética, como práxis, e, essa concepção deve perpassar toda a formação profissional estendendo-se à atividade de estágio. O núcleo de fundamentos do trabalho profissional, articulado aos demais núcleos, envolve a compreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho, e, as dimensões histórica, teórica, metodológica, e técnica da profissão são necessárias para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos/as Assistentes Sociais, que implicam nos modos de agir.

Segundo Buriolla (1999), o estágio prático é essencial à formação do aluno de Serviço Social, lhe propiciando um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica das relações existentes no campo institucional, tendo também a possibilidade da elaboração de novos conhecimentos.

Contudo, o estágio é um componente curricular obrigatório, que deve ser realizado de acordo com as premissas do Projeto Pedagógico de cada curso, de acordo com a legislação que o regulamenta, tornando-se essencial que todos os sujeitos envolvidos, supervisores acadêmicos, de campo, coordenações de estágio,

UFAs e instituições tenham conhecimento da proposta e também que as supervisões estejam bem articuladas na operacionalização do processo de estágio supervisionado.

Nem sempre o sentido atribuído ao estágio é comum a todos os cursos, a operacionalização é diferente em cada curso, tendo uma roupagem própria e específica em cada curso e em cada realidade onde está inserido, considerado por isso, polissêmico.

No entanto, o que foi presenciado na fala de dois sujeitos da pesquisa, quando questionados a respeito do significado do estágio supervisionado no processo de formação profissional, identificando que Alzira é pesquisadora na área de estágio supervisionado e Vicente está como supervisor de campo, não corresponde ao que foi explicitado a cima, pelo contrário, são sujeitos de duas universidades distintas, porém com aproximações de argumentações acerca da temática desenvolvida:

O estágio supervisionado caracteriza-se como um componente da formação profissional, uma exigência curricular que vincula o ensino à prática profissional, cuja realização é imprescindível para a conclusão do curso de graduação. Inicia-se a partir da inserção do discente no espaço sócio institucional objetivando contribuir com o processo formativo e com a futura atuação profissional do estudante. Tem-se que no decorrer do estágio, a inserção do discente na instituição de campo, o atendimento das demandas, a elaboração e execução de ações possibilitam que o estagiário tenha uma aproximação com a realidade de atuação profissional do assistente social, propiciando, por meio da mediação entre teoria e prática, a compreensão das situações enfrentadas no cotidiano do trabalho profissional. (Alzira).

Principal complemento no processo de formação, adequação da teoria com a prática, momento único do futuro profissional em sentir verdadeiramente às possíveis dificuldades tão mencionadas no processo de conhecimento do dia a dia na categoria. Há uma relação direta de troca para o profissional com o formando. (Vicente).

Embora sejam respostas singulares, pode-se perceber que a fundamentação é semelhante, visto que os dois sujeitos alegam que o estágio supervisionado tem participação fundamental no processo de formação profissional.

Diante do grande número de cursos de serviço social existentes nas diversas regiões brasileiras, e as diferenças significativas que caracterizam a formação profissional, e o estágio considerado como primordial para a mesma, está previsto

na PNE as estratégias de operacionalização do estágio supervisionado, prevendo que este possibilite uma sistematização da prática, no sentido de buscar a qualidade da experiência no campo profissional, buscando sanar os abusos e as irregularidades que ainda persistem.

Assim sendo, as estratégias de operacionalização de estágio supervisionado remetem a algumas exigências pedagógicas que recaem sobre as UFAs, desdobrando-se aos sujeitos envolvidos nesse processo: os coordenadores de curso e de estágio, aos professores, aos estudantes e aos supervisores de campo. Deve-se ressaltar que a materialização do estágio requer ainda uma aproximação com os segmentos organizados da categoria e demais setores da universidade, bem como as instituições relacionadas ao estágio.

O estágio deve antes de tudo ser um processo de ensino-aprendizagem articulado com os diversos conteúdos que fazem parte do projeto pedagógico, e que abranja a concepção de estágio, a supervisão sua importância no processo de formação profissional, além da apreensão da realidade dos campos de estágio e do processo de trabalho do assistente social nos diferentes espaços ocupacionais, além da “[...] construção, operacionalização e avaliação de projeto de intervenção e elaboração do relatório técnico-científico da experiência de estágio.” (ABEPSS, 2009, p. 27).

Com relação ao aluno/estagiário, Buriolla (1999, p. 99) ressalta suas considerações.

Em relação ao papel do estagiário, na medida em que a supervisão tem um caráter pedagógico, o estagiário é alguém que está em processo de formação profissional onde ele tem algumas responsabilidades em termos profissionais, pequenas, limitadas; ele tem, em primeiro lugar, que estar aberto ao que vem [...] o estagiário está se preparando! E quando a pessoa está se preparando, ela tem que estar com disponibilidade – o papel dele é estar disponível para isto, além de estar trazendo coisas da Universidade, as coisas que está aprendendo.

O estágio se estabelece num espaço fundamental para o desenvolvimento da postura crítica, propositiva, investigativa e técnico-operativa do assistente social, possibilitando a apreensão de elementos contraditórios da realidade.

Desse modo, os caminhos do estágio supervisionado se encontram com os da construção de uma formação profissional que sedimente o significado social da profissão. Para tanto, terá de responder, entre

outros desafios, às contradições presentes na política educacional, na ideologia capitalista impressa nas universidades brasileiras, na efetivação das Diretrizes Curriculares pelas Unidades de Formação Acadêmica – UFAS, nos espaços institucionais em que se efetiva o trabalho dos assistentes sociais e dos estagiários, nas transformações e exigências do mercado de trabalho [...]. (LEWGOY, 2009, p. 45).

A autora, através destes aspectos estabelece os desafios postos ao estágio supervisionado para o direcionamento de uma formação profissional crítica e competente para que futuros/as profissionais/as compreendam o significado social da profissão e que articule as dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas para o enfrentamento das condições objetivas do trabalho cotidiano profissional e da vida da população que necessita de seus serviços.

O estágio supervisionado como parte integrante da formação profissional é importante no processo de ensino-aprendizagem do/a estudante, pois de fato “[...] é uma alternativa de conhecimento da realidade concreta, uma forma de apropriação de conhecimento e questões presentes na sociedade.” (OLIVEIRA, 2003, p. 44).

Compreender o significado do estágio supervisionado no processo de formação profissional, alicerçado no projeto ético-político do serviço social é tarefa premente no atual debate da profissão no esforço das entidades representativas da categoria como a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e Unidade de Formação Acadêmica (UFA).

É importante salientar que esse debate deve ser realizado em conjunto com supervisores/as acadêmicos/as, supervisores/as de campo e estudantes para a efetivação e materialização do estágio supervisionado em consonância com o Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão, Resolução CFESS nº 533 de 29 de setembro de 2008, Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, Política Nacional de Estágio, Diretrizes Curriculares de 1996.

O congresso aprovou a Nova Lei de Estágios, em 25 de Setembro de 2008, a Lei nº 11.788/08, que estabelece que o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade

profissional da Educação de Jovens e Adultos.

Conforme relata Toledo (1984), nas décadas de 1960 a 1970 a supervisão era pautada no compromisso afetivo profissional, sendo o vínculo supervisor-instituição quase doméstico e bem forte.

Na década de 1980, a autora destaca que as condições de trabalho dos/as assistentes sociais não eram satisfatórias ao exercício da supervisão, ocasionadas pelo acúmulo de trabalho, falta de técnicos, ausência de uma política de estágio nas instituições, falta de respaldo das instituições de ensino universitário, e também pela falta de interesse dos profissionais. Além disso, a situação foi agravada pela crise econômica que se instaurou no país, reflexo da onda do neoliberalismo, que provocou um decréscimo dos postos de trabalho, sendo profissionais substituídos paulatinamente por estagiários, trazendo vantagens financeiras às instituições, que se desobrigavam do pagamento dos direitos trabalhistas dos profissionais, não importando com a qualidade dos serviços prestados.

Diante destas condições apresentadas acima, a supervisão reduziu-se a mera orientação da rotina da instituição, com ênfase ao cumprimento das tarefas preestabelecidas e a exploração do estagiário como mão-de-obra de baixo custo, bem como a proliferação do trabalho voluntário, uma mistificação espúria das medidas neoliberais de flexibilização da legislação e dos direitos conquistados pelos trabalhadores.

Na verdade a supervisão tem objetivos totalmente diferentes destes citados à cima, tem como objetivo maior a reflexão do supervisor junto ao estagiário, o por quê dele estar fazendo tal atividade e como o estagiário enxerga aquilo que vê. Outro objetivo da supervisão, segundo Chuairi é o “cumprimento de tarefas pré-estabelecidas”; ensinar, treinar o aluno na sua prática, exemplificando alguns instrumentos de ação, como entrevistas, relatórios e a documentação específica do serviço social de cada instituição.

Entretanto, a nova e atual proposta curricular para o curso de serviço social trouxe o debate e a reflexão sobre a importância do estágio supervisionado colocando-o como atividade além de obrigatória, também integradora do currículo, fazendo parte da carga horária do curso.

Segundo Buriolla (1999, p. 13), “[...] o estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do serviço social,

onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifesta para o estagiário”, tendo em vista a sua formação.

Desta forma, torna-se um “lócus” onde o aluno iniciará a construção de sua identidade profissional, sendo primordial que ele seja bem organizado e planejado, pois é quando o aluno tem a possibilidade de reflexão crítica sobre a ação profissional, sendo desta forma essencial à formação do aluno.

O estágio prático é essencial à formação do aluno de Serviço Social, lhe propiciando um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica das relações existentes no campo institucional, tendo também a possibilidade da elaboração de novos conhecimentos. (BURIOLLA, 1999, p. 17).

O Estágio Supervisionado, na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, além dos princípios e diretrizes gerais que orientam a legislação, diz a Lei nº 8.662/93, em seu artigo 50º, inciso VI que “[...] constituem atribuições privativas do assistente social: o treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”. (BRASIL, 1993)

Contudo, apesar de estar previsto como atividade privativa do assistente social, ainda se reveste hodiernamente de muitas dificuldades, pois muitos profissionais se negam a receber estagiários, alegando falta de condições físicas dentro do espaço de trabalho, excesso de atividades, despreparo profissional, entre outros.

A concepção de estágio conforme a ABPESS (2010) é:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar.

Deve-se destacar que o estágio ao proporcionar ao graduando um espaço apropriado para o treinamento prático-profissional, torna-se também um lócus onde o aluno irá desenvolver sua matriz de identidade profissional, pois ao estar em

contato com o cotidiano da prática profissional irá aprender as atribuições e competências profissionais, desenvolvendo desta forma sua postura ética, sua responsabilidade, seu compromisso, enfim atitudes e habilidades necessárias ao exercício profissional. Neste sentido, “[...] as experiências dos alunos nos estágios devem ser selecionadas, planejadas e afetas à sua formação profissional, pois não são experiências quaisquer.” (BURIOLLA, 1999, p. 15).

Deve ser garantida na experiência do estágio, a indissociabilidade entre: dimensões teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa, possibilitando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. No estágio, o estagiário tem oportunidade de conhecimentos teórico-metodológicos e conhecimento do trabalho profissional do assistente social, tem a oportunidade também de capacitação técnico-operativa, desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, e é neste contexto que o estágio supervisionado adquire um privilégio no processo de formação profissional.

Enquanto atividade curricular obrigatória, o estágio supõe: o acompanhamento e a orientação profissional, por meio do processo de supervisão acadêmica e de campo, que fundamentam a formação profissional. Segundo Iamamoto (2004, p. 290):

O estágio é concebido como processo de qualificação e treinamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do aluno, inserido no campo profissional, em que realiza a sua experiência e aprendizagem sob a supervisão direta de um assistente social, que assume a função de supervisor de campo. O acompanhamento acadêmico do estágio é uma atividade realizada por um (a) professor (a) de Serviço Social [...] que assume o papel de Supervisor Acadêmico.

O desafio nos dias atuais, de acordo com Oliveira (2004), em palestra proferida durante a I Oficina Regional de Estágio em Serviço Social da Microrregião Sul II em agosto de 2009: “[...] é abandonar a concepção de estágio voltada somente para a informação teórica e a prestação de serviços através do exercício profissional, e centrar-se na compreensão dos elementos históricos e conceituais ministrados no curso de Serviço Social.”

Cabe destacar desafios existentes em relação ao reconhecimento do estágio supervisionado como uma disciplina teórica, no que diz respeito ao debate acadêmico, ou seja, não tem o espaço merecido.

Dentre eles, o que mais se destaca é a dicotomia entre teoria e prática sendo relevante atribuir que por mais completa que seja uma situação vivencial não há possibilidade de inserção de todos os conteúdos conceituais trabalhados pelo curso.

Os princípios norteadores do estágio e supervisão estão em considerações já elaboradas sobre o estágio em três documentos que tem suas bases legais dentro da profissão, que foram: os princípios do Código de Ética Profissional, as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão e com as exigências teórico-metodológicas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS, bem como o disposto na Resolução CNE/CES 15/2002 e na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

A Resolução reforça a necessidade de regulamentar a supervisão direta de estágio, no âmbito do Serviço Social, em conformidade com o inciso I do artigo 8º da Lei nº. 8662/93, tendo em vista que o exercício de tal atividade profissional é privativa dos assistentes sociais. Conforme inciso VI, do artigo 8º. da Lei nº. 8662/93: “[...] o treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.”

Outro fator considerado como preponderante é a indissociabilidade entre formação e exercício profissional, normatizando a relação direta, sistemática e contínua entre as Instituições de Ensino Superior, as instituições campos de estágio e os Conselhos Regionais de Serviço Social. Além disso, considera:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio, em conformidade com o disposto no parecer CNE/CES nº 492/2001, homologado pelo Ministro de Estado da Educação em 09 de julho de 2001 e consubstanciado na Resolução CNE/CES 15/2002, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2002, que veio aprovar as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. (BRASIL, 2002).

Desta forma, reconhece que a supervisão será feita em conjunto entre o supervisor acadêmico e o supervisor de campo, que a partir de um planejamento que deverá ter como base os planos de estágio, que serão elaborados pelos estagiários em conjunto com as IES e as organizações que oferecem campos de

estágio. Enfim, os alunos devem ter a supervisão conjunta do supervisor acadêmico (professor da unidade de ensino) e do profissional de campo (assistente social da instituição) em que o estagiário deve estar devidamente matriculado em disciplina correspondente.

Referente ao plano de estágio é um documento a ser elaborado pelo estudante em conjunto com os supervisores acadêmico e de campo que deve conter os objetivos e as atividades a serem desenvolvidas no semestre ou ano letivo do estágio.

É importante ressaltar que a existência de fóruns de supervisores é fundamental para defender a consolidação da qualificação do estágio supervisionado como espaço privilegiado da formação profissional, além de ser um espaço propício para a troca de experiências e discussões que perpassam no estágio.

2.2 Breve Histórico da Supervisão de Estágio em Serviço Social no Brasil

Após a Primeira Guerra Mundial, em que o estágio se concretizava por um treinamento prático vocacional, a supervisão foi incorporada por influência das ideias de Mary Richmond (1950) e as teorias de John Dewey. Neste período, a supervisão era reconhecida com predominância de ser mais administrativa do que pedagógica.

Em consequência, a partir da segunda década do século XX, a supervisão representa a psicanálise, em razão de que o supervisor assumia tarefas de terapeuta em relação aos supervisionados.

Em 1917, a obra *Diagnóstico social*, de Mary Richmond (1950) teve um significado importante por se tratar da primeira sistematização teórica do serviço social, o qual preconizava metodologias de estudo, diagnóstico e tratamento para atendimento de casos, desencadeando na supervisão o debate relacionado ao tratamento entre supervisor e supervisionado (LEWGOY, 2008, p. 2).

De acordo com Paulo Netto (1994) a intenção de ruptura com o serviço social tradicional começou a se delinear a partir da década de 1970, através do pensamento marxista, visto um desenvolvimento do processo de renovação da profissão.

Mesmo diante o Movimento de Reconceituação, a concepção de supervisão não se alterou nas décadas de 1970 e 1980, neste período houve um avanço

teoricamente do serviço social, porém deixou ausência de instrumentalização para o agir profissional. Por outro lado, até a década de 1980 a supervisão ficava por conta do profissional do campo de estágio, sendo atribuído a ele o ensino da prática.

Assim, a supervisão de estágio em Serviço Social no Brasil tem destaque, a partir do primeiro livro publicado sobre o tema, no ano de 1973, por Balbina Ottoni Vieira, que desenvolveu com base em sua monografia. A autora enfatizava a prática como essencial a formação profissional, vindo a ser motivada pela participação em cursos e seminários sobre supervisão realizadas no Brasil e também pela experiência adquirida como supervisora. Segundo Vieira, o livro foi escrito objetivando sistematizar a prática da supervisão em serviço social.

O presente livro é uma tentativa de sistematização da Supervisão, como método de ensino do Serviço Social, estudo este que pede ainda reflexão, análise e revisão à luz da prática. Destina-se portanto aos Assistentes Sociais Supervisores, aos vários professores de Serviço Social e àqueles que, nas organizações, estão encarregados da administração e funcionamento do Serviço Social. (VIEIRA, 1979, p. 13).

Neste período de estudo da autora, havia produções, mas com referencial teórico clássico. Por ter sido o primeiro livro brasileiro a tratar o tema e fazer estudo aprofundado sobre sua origem, tem forte influência dos Estados Unidos, com que o serviço social brasileiro mantinha forte intercâmbio. O livro se desenvolve a partir dos conceitos de supervisão de diversos autores norte-americanos, destacando Virginia Robinson, Bertha Reynolds e Margaret Williamson (VIEIRA, 1979). Também foi lançado pela autora na mesma década, o livro *Modelos de Supervisão em Serviço Social*, como um complemento do seu primeiro livro.

Segundo Lewgoy (2009, p. 73),

[...] a partir de 1947 e durante quase quatro décadas, até 1981, a área da supervisão em serviço social contou com três grandes nomes Helena Iracy Junqueira, Nadir Gouvêa Kfoury e Balbina Ottoni Vieira –, que delinearam um percurso bibliográfico mais sistemático.

Em 1992, Marta Alice Feiten Buriolla lançou o livro *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*, desenvolvido a partir de sua tese de doutorado. A autora escreveu o respectivo livro, motivada por sua experiência em supervisão e por considerar que “[...] a prática realizada em campo de estágio

supervisionado é componente estrutural e essencial na formação dos assistentes sociais.” (BURIOLLA, 1999, p.26).

Dessa forma, a autora, com o livro, objetiva acrescentar algo novo para discussões referente ao tema.

Os escassos e fracionados artigos sobre o tema também não apresentam uma significância para saber como se configura a Supervisão juntos aos alunos de Serviço Social, hoje. Estes foram fatores desencadeantes e determinantes para que eu optasse, neste estudo, pela análise do discurso de profissionais assistentes sociais, que hoje são considerados significativos, na medida em que estes profissionais se preocupam com a Supervisão em Serviço Social e divulgam suas ideias a respeito, via cursos de supervisão, seminários, palestras, debates etc., em diferentes locais do Brasil. (BURIOLLA, 1999, p. 27).

Buriolla partiu de sua percepção como supervisora naquela época, de que não havia ainda dentro da categoria profissional “[...] uma reflexão crítica, analítica, expressiva e necessária sobre o assunto.” (BURIOLLA, 1999, p. 13).

Com isso, para o desenvolvimento de seus estudos, a autora se baseou no conteúdo sobre supervisão já produzido por outros autores, como Balbina Ottoni Vieira, fazendo análises críticas. Há um destaque de três autoras brasileiras: Ana Maria Estevão, Laisa Regina Di Maio Campos Toledo e Maristela Gasbarro Marques, por considerar que as concepções de tais traduzem a linhas mais amplas da atual concepção de Supervisão em Serviço Social. Consequente, Buriolla (1999) escreveu no mesmo período como complemento de seu estudo o livro *O Estágio Supervisionado*. Vale salientar que o terceiro livro sobre supervisão de estágio *Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis*, de Buriolla (1999) foi lançado dezenove anos depois do lançamento do primeiro livro de Vieira (1973), sendo impulsionado no ano de 1992, ganhando destaque nos congressos realizados pela categoria profissional, assim demonstra o pouco estudo sobre o tema.

Dezessete anos depois do lançamento do último livro sobre o tema, no ano de 2009 Alzira Maria Baptista Lewgoy, lança o livro *Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional*, desenvolvido a partir de sua tese de doutorado, ressaltando que é um dois mais recentes livros sobre o tema. A experiência como docente e supervisora de estágio foi o fator predominante que fez com que a autora escrevesse o referido livro. Foi a partir desses aprendizados

que oportunizaram a autora de ampliar e aprofundar as discussões sobre a formação profissional fortalecendo sua implicação com o tema e a necessidade de aprofundar no estudo.

[...] meu objetivo foi conhecer como se constitui o processo de supervisão de estágio, a fim de propor estratégias que contribuam para a efetivação da competência profissional nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico operativas. Dessa forma, procurei: a) dar visibilidade ao processo de supervisão de estágio segundo a ótica dos supervisores acadêmicos e de campo e de alunos estagiários, tendo em vista a atual lógica curricular que norteia a formação do assistente social; b) identificar de que modo o processo de supervisão de estágio possibilita o exercício da competência e das habilidades previstas no atual projeto profissional no intuito de fortalecê-las. (LEWGOY, 2009, p. 14).

Nessa perspectiva, concebe a supervisão a partir de sua relação com a formação e o exercício profissional, indicando também os desafios enfrentados na atual conjuntura, uma vez que a supervisão de estágio “[...] é parte da história da profissão [...]” (LEWGOY, 2009, p. 12).

Contudo, a supervisão pode qualificar o serviço social, uma vez que cria um nexo entre formação e exercício profissional, entre teoria e prática.

No Brasil, na década de 1950, as escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo promoveram cursos de supervisão, em que tais cursos eram constituídos de palestras e debates. Referindo aos cursos de especialização em Supervisão em Serviço Social, na década de 1980, houve cursos com carga horária de 60 horas, e com a implantação das Diretrizes Curriculares (1996), várias unidades de ensino vêm oferecendo capacitação aos supervisores de campo, com temáticas relativas ao debate contemporâneo do Serviço Social.

Os processos de supervisão mais comuns são de dois tipos: supervisão de trabalho e supervisão de estágio. A supervisão de trabalho ocorre, em um dado local de trabalho. Normalmente é realizada por um profissional, o supervisor, que possui maior domínio e conhecimento em relação aos demais profissionais, que serão os supervisionados sobre a atividade a ser desenvolvida. Tem como seus objetivos o aprendizado, o controle, a fiscalização, o aprimoramento profissional e o melhor desenvolvimento de tarefas.

A supervisão de estágio ocorre tanto no meio acadêmico quanto na instituição campo de estágio. É realizada respectivamente pelo professor, denominado

supervisor acadêmico, e pelo profissional da instituição campo de estágio, denominado supervisor de campo, em relação aos alunos estagiários.

Tem como seu objetivo principal o ensino-aprendizagem do aluno, visando a formação profissional. Enfim, a supervisão não restringe apenas a estudantes/estagiários, mas aplica-se também a profissionais.

2.3 Supervisão de Estágio em Serviço Social

Supervisão e estágio, faces de um mesmo processo, porém com atribuições distintas no ensino do serviço social, são atributos de ser teórico-prático. Vale ressaltar que com base na concepção de estágio vinculada à supervisão, ocorre o reconhecimento do trabalho diferente entre o assistente social professor e supervisor da instituição campo de estágio, lembrando que a supervisão, nas Diretrizes Curriculares (DCs) 1996, é considerada como uma das atividades indispensáveis e integradora do currículo.

Em relação as afirmações de Buriolla (2003), falar de supervisão, em qualquer área na qual ela esteja inserida, seja no processo de trabalho ou na formação profissional, significa analisá-la segundo três enfoques: o enfoque administrativo, o enfoque educativo e o enfoque operacional.

[...] é importante assinalar que a supervisão não é um processo privativo do Serviço Social. Várias outras áreas a utilizam e já a utilizavam muito antes. Assim, percorrendo genericamente, a natureza do processo da supervisão já estava, de certa forma, configurada anteriormente à sua emergência no Serviço Social. (BURIOLLA, 2003, p. 20).

O enfoque administrativo está ligado a tarefas administrativas, a supervisão é considerada como um processo que estabelece um método adequado ao controle de serviços, visando o aperfeiçoamento profissional. No enfoque educativo a supervisão é relacionada com o processo educacional, com vistas à formação do indivíduo para o exercício profissional. Está ligado ao processo pedagógico e educacional. Já o enfoque operacional considera a supervisão como um processo operativo, com vistas à capacitação do indivíduo sobre fazer profissional. Está ligado ao agir profissional. Os enfoques educativo e operacional se distinguem apenas pelo

fato do primeiro ser teórico, remetendo ao ensino aprendizagem, e o segundo ser prático, remetendo ao fazer profissional (BURIOLLA, 2003).

A supervisão acompanha a profissão desde o seu surgimento no Brasil, com a implantação das primeiras escolas de serviço social, sendo fruto da compreensão de que aulas teóricas seriam insuficientes para um preparo adequado de futuros assistentes sociais. (YAZBEK, 1980, p. 44).

A supervisão em serviço social se constitui no processo de ensino e aprendizagem, como um valioso instrumento e de extrema importância para o período de formação profissional e também para a profissão.

A Resolução nº 533/2008 ressalta que é prerrogativa do profissional assistente social a supervisão direta do estágio, suas condições que deverão ter como parâmetros os termos técnicos e éticos do Serviço Social.

Art. 4º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social estabelece-se na relação entre unidade acadêmica e instituição pública ou privada que recebe o estudante, sendo que caberá:

I) ao supervisor de campo apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio;

II) aos supervisores acadêmico e de campo e pelo estagiário construir plano de estágio onde constem os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada semestre/ano letivo. (CFESS, 2008).

A supervisão direta só poderá ser realizada por assistente social do quadro de pessoal da instituição em que se ocorre o estágio, não sendo possível a permanência do profissional em outro local que não seja junto ao estagiário, não sendo possível a orientação à distância. Conforme Inciso II do artigo 9º da Lei 11.788/2008.

A supervisão direta também estabelece em seus artigos subsequentes às atribuições do supervisor de campo e acadêmico, sendo que a concepção de estágio supervisionado atual se concretiza a partir da integração e o envolvimento destes, sendo:

Art. 6º. Ao supervisor de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio em conformidade com o plano de estágio;

Art. 7º. Ao supervisor acadêmico cumpre o papel de orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando a qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ética-política da profissão. (CFESS, 2008).

Conforme previsto na PNE (2009) “[...] a carga horária disponibilizada para o estágio obrigatório deve ser de no mínimo 15% das 2.700 horas (CH mínima) do curso de Serviço Social, conforme prevê o parecer nº 462/82, do Conselho Federal de Educação.”

O curso de serviço social se baseia nessa normativa oficial para estruturar a proposta de estágio. Porém conforme experiências de outros cursos, percebe-se nos contatos com a realidade do município de Ituiutaba-MG que possui estágios do curso de EaD que é um ensino privado, até a chegada da UFU seguiam outra direção. Isso criou certo impasse com as supervisoras de campo e com os estagiários.

Diante dessa situação, faz-se necessário que, se entenda melhor os desdobramentos que as experiências de estágio podem oferecer aos alunos hoje, na condição de egressos, e, a partir de análises comprovadas possa-se tecer argumentações baseadas em fatos e conclusões de pesquisa envolvendo as diversas questões teórico-práticas da supervisão em sua totalidade, ou seja, situá-la no contexto atual do serviço social, em que o profissional de serviço social está respaldado por um projeto ético-político contundente que atua na garantia dos direitos do cidadão, pois durante décadas, este profissional trabalhou na perspectiva do assistencialismo, da doutrina social cristã, da caridade a qual se prestava ajuda aos “mais necessitados e aos pobres coitados”.

Diante da proposta curricular da ABPESS e os parâmetros elencados pela PNE, se faz necessário investigar as experiências de estágio para podermos direcionar o nosso trabalho em bases científicas e legais.

De acordo com Buriolla (2003, p. 20) é importante assinalar que a supervisão não é um processo privativo do serviço social. Várias outras áreas a utilizam e já utilizavam muito antes. O surgimento da Supervisão se dá anteriormente a sua incidência no serviço social.

Ainda de acordo com Buriolla (2003), a supervisão em serviço social, é considerada como parte integrante da formação e do exercício profissional. Cabe Salientar que a questão da supervisão é complexa e polêmica, em que, a maioria se

restringe a sanar dúvidas e, não a refletir junto ao aluno a prática experienciada e o processo que o supervisor e supervisionado passam.

Está na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93, no art. 5º, a especificação de que a supervisão direta de estagiários é uma atribuição privativa do assistente social. Portanto, a supervisão configura-se, no processo de trabalho do assistente social, nos campos de estágio e na docência. De acordo com a Resolução nº 533/ 2008:

Art. 5º. A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que se ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9º. da lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, na mesma instituição e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente.

Buriolla (2003) ressalta que a supervisão, de forma geral, é concebida como um processo administrativo e educacional pelo qual uma pessoa possuidora de conhecimentos e prática (o supervisor), tem o compromisso de treinar outra (estagiário), possuidor de menos recursos quanto ao nível de conhecimento e da prática.

Dessa maneira, o supervisor está em uma posição diferenciada em relação ao estagiário devido a sua experiência e conhecimentos adquiridos com o exercício da prática profissional, somados ao seu conhecimento teórico, devendo transmiti-los ao supervisionado.

A supervisão é um processo único e inseparável e, portanto, devendo ser entendido em sua totalidade, uma vez que ambos, supervisor e supervisionado estão inseridos na dinâmica relacional, e esse vínculo pode assumir variados matizes, tais como de dependência, de autoritarismo, de competição, de cooperação, de amizade, etc. (BURIOLLA, 2003, p. 82).

Portanto, o processo de supervisão não é unilateral, trata-se de uma tarefa difícil que necessita de atenção, paciência e muito empenho de ambas as partes, pois cada um destes sujeitos, supervisor e supervisionado, traz consigo suas experiências, boas e ruins, sua bagagem cultural e teórica, sua visão de mundo. Assim, a supervisão, torna-se um processo que só pode ser realizado com muito diálogo e respeito a valores éticos e morais. Então a liberdade de expressão, a

disponibilidade e abertura devem existir nesta relação, possibilitando momentos de maior reflexão e, conseqüentemente, reciprocidade de informações entre ambos.

Considerando a fala de Marilda, supervisora de campo, acerca do acompanhamento e orientação com o estagiário no processo de supervisão:

O estagiário observa e participa junto de todas as atividades que realize junto ou referente ao usuário, a partir das quais estabelecemos momentos de diálogo, reflexão e análise, com o objetivo de identificar em conjunto condições objetivas e subjetivas de trabalho. Além disso, sugiro durante o tempo de estágio em campo, a leitura de artigos, normativas e publicações referentes à área de atuação e às especificidades do serviço social nessa área (Marilda).

Percebe-se que há um vínculo adquirido entre supervisor e estagiário, possibilitando fortalecimento na construção do conhecimento no período do estágio, com isso, sendo relevante mencionar a postura ética da profissional em relação às atribuições como supervisora de campo.

Buriolla (2003), também destaca a importância do envolvimento na relação entre supervisor e supervisionado, pois, na medida em que há essa sincronização que engloba compreender a outra pessoa no processo da supervisão a experiência prática do estagiário poderá ocorrer através da comunicação espontânea e não só pela comunicação verbal objetiva. A identificação com o “outro” que a empatia conduz em uma relação favorece o diálogo, tornando o aproveitamento das atividades mais satisfatório para ambos.

Todavia, quando não existe essa “empatia” entre supervisor e supervisionado, a relação torna-se muito difícil e conflituosa, o que compromete bastante o processo de ensino-aprendizagem, podendo até resultar na desistência do estágio por uma das partes envolvidas.

O aluno é o principal agente do processo de ensino-aprendizagem, enquanto alguém que aprende, mas também ensina. É uma pessoa em situação de aprendizagem, ou seja, o aluno é alguém em processo de formação profissional e como um todo deve ser considerado. (BURIOLLA, 1999, p. 95).

Em vista disto, é necessário que o supervisor demonstre interesse em conhecer o aluno estagiário, compreender o contexto social no qual ele está inserido, sua origem, sua formação acadêmica, as práticas que desenvolveu e

desenvolve no momento, bem como seu modo de concepção do Serviço Social, do homem e da sociedade como um todo.

Por outro lado, durante o estágio, o estagiário deve colocar-se disponível para o processo de ensino-aprendizagem no qual está inserido. O supervisionado entra nessa relação com o papel de levar suas experiências e os seus conhecimentos recentes adquiridos na graduação com o propósito de contribuir para um melhor desenvolvimento do trabalho, afinal de contas “[...] o estagiário também tem um saber que deve ser coletivizado, explorado, trocado, no processo de Supervisão.” (BURIOLLA, 2003, p. 83).

Buriolla (2003) deixa claro que não é qualquer profissional assistente social que pode ser supervisor, ainda que legalmente, na profissão, não temos garantia para tal exigência pelo atual regulamento da profissão. A prática da supervisão necessita de um profissional com qualidades, especialidades, experiência prática em nível teórico-metodológico adquiridos através de constante preparo profissional. Estas são habilidades imprescindíveis à ação supervisora.

O desempenho que a ação supervisora determina, supõe e integra a competência do supervisor. O exercer este papel requer, portanto, conhecimentos especializados e experiência prática ao nível teórico-metodológico, adquiridos através de constante preparo profissional e de exercício refletido pela prática. Nesta medida, supõe-se e espera-se que o profissional, que seja supervisor, manifeste um esforço de rigor teórico, consequência de uma postura investigativa e de ampliação de seu acervo cultural, obtida a partir da reflexão, da crítica e da sistematização das suas práticas profissionais. (BURIOLLA, 2003, p. 156).

Sendo assim, é necessário que o supervisor de campo se mantenha atualizado sobre as questões pertinentes ao serviço social, pois é ele quem guiará o supervisionado para o conhecimento e o uso dos instrumentos no campo de estágio. Afinal, neste processo, o supervisor tem o papel de contribuir na formação profissional, por meio da socialização dos seus conhecimentos teóricos e práticos e de suas experiências vivenciadas ao longo de sua trajetória de formação e exercício profissional.

A Supervisão é, portanto, um processo em que tanto supervisor como supervisionado têm tarefas, papéis diferenciados a desenvolverem, mas que se estabelecem consciente e conjuntamente, impelidos por uma visão de homem e de mundo. (BURIOLLA, 2003, p. 161).

A relação entre supervisor e estagiário é de suma importância na supervisão e no desenvolvimento do estágio, visto que a forma como cada um irá executar o seu papel está relacionada com a concepção que se tem como indivíduo, da profissão, da educação etc. Portanto, vale ressaltar que é necessário a busca de conciliar necessidades às suas possibilidades de alcançá-las, prevalecendo não a individualidade de cada um ou a visão de mundo de cada um, mas, como sujeitos coletivos que são.

De acordo com Iamamoto (1994, p. 78) o trabalho do supervisor de campo na formação profissional vai além do ensinar a fazer e do aprender a fazer. O supervisor de campo “[...] colabora diretamente no processo de formação acadêmica do aluno, desempenhando uma função pedagógica ao construir o [...] elo privilegiado da relação entre instituição / campo de estágio e o processo de ensino [...]”.

Enfim, o supervisor é “modelo” para o aluno no processo de formação, podendo ser uma representação pedagógica que pode ou não contribuir na formação.

Aos(às) supervisores(as) de campo cabe a inserção, o acompanhamento, a orientação e a avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), no processo de supervisão.” (TEMPORALIS, 2009)

Nas Diretrizes Curriculares (1996), a supervisão é considerada como atividade indispensável e integradora do currículo, que deve ser desenvolvida ao longo da sua estrutura e fundamentado nos desdobramentos das suas matérias e de seus componentes. De acordo com ABEPSS (1997), recomenda-se que a supervisão seja feita por um professor supervisor e pelo profissional de campo, acompanhando e sistematizando com base no plano de estágio elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade de Campo de Estágio, sendo assim tendo como referência a Lei nº 8.662/93 (Lei da Regulamentação da Profissão e o Código de Ética do Profissional (1993).

Conforme Lewgoy (2010), a autora parte do pressuposto de que a supervisão de estágio em Serviço Social encontra nas Diretrizes Curriculares a possibilidade de romper com o pensamento conservador e, desse modo, contribuir para a efetivação da competência profissional no processo de formação. Com isso, torna-se instigante

saber que hoje os campos de estágio vivem a tensão entre uma prática conservadora e o atual projeto profissional.

Sendo assim, a supervisão de estágio é considerada uma das instâncias da formação profissional, é parte da história da profissão e também tem grande importância no aprendizado do aluno no exercício das atribuições aos assistentes sociais.

Contemporaneamente, a formação profissional requer debate sobre a relação educação/trabalho, o qual esse relacionamento é de fundamental importância ao campo educacional. Em Serviço Social, a atual demanda para o assistente social na formação profissional é voltado para o desenvolvimento de competências que busquem captar as distintas formas de expressão e de requisições da realidade social, como saber criticar, propor, criar, atualizar-se, saber transmitir e ter sensibilidade para escutar e trabalhar com o outro.

É nesse contexto que a supervisão de estágio em Serviço Social favorece o trânsito do singular ao universal, particularizando a intervenção do Serviço Social no âmbito das relações sociais.

De acordo com Lewgoy (2010), pensar supervisão de estágio por meio de relações e processos é um desafio, pois acarreta analisar dialeticamente o seu fazer pedagógico, incluindo papel investigativo diante dos elementos novos que se apresentam à universidade referente aos aspectos de formação.

[...] a supervisão como processo articula exercício e formação, uma vez que está vinculada à atividade concreta de estágio. Entende-se que essa atividade permite ao acadêmico transformar o que aprendeu em posturas, produtos, serviços e informações. Assim, no final do processo, são os usuários do Serviço Social que passam a encontrar no atendimento qualificado nas instituições o justo acesso à garantia dos direitos sociais e humanos. Isso impõe a busca cotidiana de novas alternativas de atuação. (LEWGOY, 2010, p. 27).

Diante dessa realidade, considerando a supervisão numa perspectiva de formação, tanto os que trabalham e estudam quanto os que procuram pensá-la de forma crítica têm a responsabilidade de analisar o grau de complexidade das mediações existentes na formação e no exercício profissional.

Lewgoy (2010) considera que a supervisão de estágio, ao articular formação e exercício profissional e intervenção em processos sociais compõem a dinâmica da relação entre teoria e realidade permitindo ao estagiário uma análise concreta das

situações concretas, oportunizando contato com situações reais de trabalho nos campos de estágio.

Ainda Lewgoy 2010, afirma que no contexto da supervisão de estágio, exige-se uma compreensão teórica da categoria de mediação, que possui tanto a dimensão ontológica quanto a reflexiva.

Supervisão e estágio são tratados e discutidos conjuntamente, e de acordo com Pinto, em relação ao estágio, que por ser uma atividade curricular obrigatória, tem de ser reconhecida fundamentalmente como “[...] espaço de aprendizagem, mas concretamente e não idealisticamente. Se é espaço de aprendizagem, expõe sua outra face: o ensino [...]” (LEWGOY, 2010, p.123).

Dessa forma, estágio e supervisão reconhecidos conjuntamente dá ao Serviço Social o atributo de ser teórico-prático. Compreende-se o processo de ensino-aprendizagem que se estabelece na relação do supervisor com o aluno, a partir da atividade cotidiana do estágio, mediante uma dada programação que vise ao reconhecimento do serviço social e a realidade da prática profissional na sua relação com a demanda, com a instituição e com a realidade social.

Como acompanhamento das atividades práticas do aluno no estágio, é tarefa do assistente social supervisor no contexto institucional, compreendendo o processo de desenvolvimento das habilidades técnico-operacionais desejáveis à prática profissional, mediante uma dada programação que vise ao atendimento das demandas frente à realidade social e às alternativas de enfrentamento às questões sociais que emergem do cotidiano da prática.

De acordo com Santos (2013), a prática do Serviço Social, não é uma prática revolucionária, na verdade, é uma atuação profissional de enfrentamento das expressões da “questão social”, visando a superação. Enquanto que a teoria contribui para analisar se as condições são favoráveis ou não, gera um entendimento sobre o que se quer transformar e analisar, inclusive as possibilidades de ruptura e as mediações necessárias a essa transformação.

No que diz respeito aos desafios da profissão e exigências no processo de supervisão, Lewgoy (2010) destaca diante o contexto de novas configurações do mundo do trabalho que o processo de supervisão quanto às práticas reiterativas expressas na dicotomia entre teoria e prática, em que são atribuídas ao supervisor como “professor da prática”, tal expressão é compreendida no processo pedagógico da supervisão.

Ainda Lewgoy (2010) destaca como instrumentos articuladores do processo de supervisão acadêmica e de campo em Serviço Social, o Código de Ética Profissional (1993), a Lei da Regulamentação da Profissão (8.662/93) e as Diretrizes Curriculares (1996), os quais são um norte ao trabalho de formação e exercício profissional. A autora também destaca que a supervisão configura-se no processo de trabalho do assistente social nos campos de estágio e na docência, como atribuição privativa.

De acordo com o Código de Ética (2010),

Art. 4º alínea “e” – É vedado ao/à assistente social permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a.

Com isso, há a necessidade de compreensão do supervisor professor e do supervisor assistente social, os quais são conceituados, o primeiro como aquele que ensina e o segundo, como aquele que faz (prático), em que essa dissociação não é construída apenas com base teórica ou prática, mas sim com ambas.

O supervisor de campo não tem como atribuição apenas orientar e acompanhar ações dos estagiários numa dimensão técnica, como vinha sendo realizado, mas deve, também, refletir e sistematizar as atividades realizadas pelos alunos, articulando as dimensões técnicas, políticas e teóricas, em consonância com que a profissão hoje se propõe. (LEWGOY, 2010, p. 106).

Assim, a particularidade do processo de supervisão é a compreensão do esforço de realizar o movimento da relação entre teoria e realidade, tendo como requisitos essenciais para o exercício de atividades técnico-operativas no processo de trabalho do estagiário, elementos ético-políticos e teórico-metodológicos, opera-se então, a valorização de tarefas consideradas mais nobres, as quais são ligadas à produção teórica, que buscam compreender e explicar a profissão, instrumentalizando-a.

No que diz respeito à supervisão de estágio, na conjuntura acadêmica, busca reconhecer a interação entre os sujeitos assistentes sociais de campo, alunos estagiários e supervisor acadêmico, que compõem uma tríade representativa do universo da instituição à qual pertencem. Conforme Lewgoy (2010), a supervisão caracteriza-se como espaço, por excelência, de intermediação entre as unidades de

formação e as organizações que oferecem campos de aprendizagem, enfim, cabe salientar que o caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional, possibilita elos comuns entre os conhecimentos e a realidade.

A partir da compreensão da realidade, do conhecimento da instituição, o profissional tem condições de escolher e criar instrumentos e as técnicas mais adequadas a tal situação e de buscar a forma de operacionalizá-lo, de maneira que ajude a se aproximar das finalidades ideais do início da ação, transformando-as em finalidades reais.

Conforme salienta Santos (2013), a teoria nos possibilita a análise e a avaliação das circunstâncias e causalidades postas, abrigando a análise das experiências e o estudo das condições objetivas que indicam a necessidade e a possibilidade da práxis.

Dessa maneira, a prática interventiva do assistente social deve centrar-se em possibilitar ao usuário uma análise da realidade social.

A relação teoria e prática como unidade do diverso, a escolha dos meios (o método, as técnicas e os instrumentos) a serem utilizados pelo profissional e das mediações que ele deverá acionar na sua intervenção, se dará em função das condições objetivas e de suas finalidades e os instrumentos, técnicas e estratégias que estão estabelecidas no interior do projeto profissional o que exige uma formação profissional qualificada. (SANTOS, 2013, p. 57).

O assistente social se depara com demandas e interesses contraditórios no cotidiano profissional, com muitas possibilidades, permitindo exercitar sua autonomia, que sempre será relativa. Em relação às ações profissionais, Santos (2013) considera que viabilizam as respostas dos profissionais às requisições colocadas por demandas institucionais, como parte de prestação de serviços sociais. Considerando que essas ações materializam o caráter interventivo do Serviço Social, há as mais comuns como: executar, orientar, agrupar, providenciar, acompanhar, socializar, coordenar, planejar, pesquisar, monitorar, supervisionar, organizar e administrar, estudar e analisar, emitir parecer, assessorar e consultar.

Os instrumentos técnico-operativos medeiam a concretização das ações profissionais e estão presentes na execução das habilidades chamadas aqui de procedimentos. Cumprem, portanto, um papel de ferramenta, de elementos mediadores, perpassando pela linguagem escrita falada. (SANTOS, 2013, p.71).

Na ação de orientar, por exemplo, ao realizar um atendimento individual, é utilizado com mais frequência a entrevista e a ficha social como instrumentos.

No cotidiano do exercício profissional, percebe-se que os assistentes sociais têm encontrado dificuldades para realizar ações de caráter coletivo e político, notadamente porque esse trabalho exige uma compreensão da dinâmica dos movimentos sociais e uma habilidade política que alguns profissionais ainda não têm desenvolvidas, percebe-se então, que há uma baixa participação política dos assistentes sociais.

De acordo com Konno (2004, p. 6), que aborda a necessidade de haver um trabalho conjunto entre as supervisões.

[...] avançar conceitualmente na concepção de estágio, precisamos também reconstruir no âmbito da operacionalização do estágio a concepção de supervisão, tanto do ponto de vista do acompanhamento da unidade de ensino como na supervisão ministrada pelo assistente social da instituição/campo de estágio.

Lewgoy (2010) parte do pressuposto de que a análise do trabalho de supervisão presume, portanto, o exame das relações das condições objetivas, que englobam desde a organização da prática, participação no planejamento acadêmico, preparação das supervisões, das visitas a campo, das reuniões com supervisores, leituras de documentações e até remuneração dos professores, em suma, a supervisão, deve também desenvolver a busca do significado da formação profissional.

A supervisão articulada ao projeto profissional, concebida como atividade indissociável, é configurada como lugar que permite uma reflexão sistemática que busca apreender os processos sociais para além de uma aparência imediata. Os encontros periódicos constituem condição indispensável à sua realização, na perspectiva de construir e manter espaços de problematização, reflexão e síntese permanentes.

CAPÍTULO 3 NO CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO: DESVELANDO A PERCEPÇÃO DE EGRESSOS DE SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE ENSINO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ORIGINADO NO PERÍODO DO ESTÁGIO

3.1 O Curso de Serviço Social nas Universidades UNESP e UFU

Conhecendo o município de Franca, encontra-se localizada na região nordeste do Estado de São Paulo e destaca-se como a capital da produção de calçado masculino. Foi fundada em 3 de dezembro de 1805 e elevada à categoria de cidade em 28 de novembro de 1824. Encontra-se, geograficamente, no eixo dos três maiores centros econômicos do País, quais sejam: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, facilitando o comércio entre eles. Liga-se à capital, São Paulo, pela rodovia Anhanguera estando a uma distância de 418 km.

O município de Franca limita-se ao Norte com o de Cristais Paulista (SP); a Noroeste com Claraval (MG); ao Leste com Ibiraci (MG); ao Sul com Patrocínio Paulista (SP) e Batatais (SP); ao Sudeste com o município de Restinga (SP); ao Oeste com São José da Bela Vista (SP) e a Nordeste com Ribeirão Corrente (SP). Estes municípios são, em sua maioria, pequenos com uma população que não ultrapassa 20.000 habitantes, exceção para Batatais que possui mais de 50.000 habitantes.

A cidade de Franca tem uma importância econômica para os municípios vizinhos, funcionando como um polo de desenvolvimento regional. Alguns destes fazem parte do processo da produção industrial, principalmente pela oferta de mão-de-obra, ou mesmo como local de produção de frações do calçado, especialmente por meio do processo de terceirização.

O município conta com uma população de 337.738 habitantes, segundo dados da Fundação SEADE (2018), e uma área total de 605,68 quilômetros quadrados, sendo que 98,24% da população encontram-se na área urbana e 1,76% na área rural. O fluxo populacional, verificado no século XIX, originou-se do sul de Minas Gerais e de Goiás. As pessoas vieram, inicialmente, para criar gado e plantar lavouras de café e, no século seguinte, para trabalhar na indústria, que foi se desenvolvendo e configurando-se como polo industrial calçadista, tornando-se a maior produtora de calçados masculinos do país.

Nos anos 1990, ocorre uma crise que atinge todo o setor, em razão das mudanças econômicas ocorridas mundialmente instituídas pela rearticulação do capital. A cidade passa a conviver com a abertura dos mercados, que estimulou a concorrência entre as nações e exigiu da indústria brasileira maior competitividade. Soma-se a isto, a política cambial adotada pelo governo federal que também afetou as exportações. Na medida em que à maior renda da indústria calçadista de Franca advém da exportação, houve uma instabilidade na economia da cidade ocasionando problemas como desemprego, queda nos salários, a terceirização, perda de direitos trabalhistas e a precarização do trabalho.

Um aspecto relevante em uma cidade industrial como Franca é que a renda média do município é menor do que a do Estado, considerando a média salarial, o rendimento é bastante inferior ao restante do Estado de São Paulo.

Com isso, há um destaque nos problemas sociais proveniente das oscilações da economia da cidade reproduzindo aspectos preocupantes no que diz respeito às populações mais empobrecidas, sendo protagonistas das expressões da questão social.

De acordo com a realidade de Franca, há uma desigualdade, por um lado um grande potencial econômico destacado pela indústria de calçados, café, pecuária, pedras preciosas e de outro, uma renda concentrada, já que 71,56% da população recebem de um a quatro salários mínimos e torna-se potencialmente usuária dos serviços sócio-assistenciais.

A população da cidade conta com uma rede de serviços públicos e privados nas áreas da educação, saúde, assistência social, transporte, telefonia e outros. A área de saúde compõe-se de seis hospitais (sendo quatro privados, com fins públicos) conveniados com Sistema Único de Saúde (SUS), sendo Santa Casa, Hospital do Coração, Hospital do Câncer e Hospital Alan Kardec, este último atende a pacientes relacionados a questões psiquiátricas. Tais estabelecimentos são responsáveis pelo atendimento dos 23 municípios que compõem a região administrativa de governo do Estado de São Paulo. Na área privada temos o Hospital regional e Hospital Unimed. No atendimento primário a cidade conta com 13 Unidades Básicas de saúde, a unidade Pronto Socorro adulto e infantil, cinco postos do Programa de Saúde da Família (PSF) além de diversas unidades especializadas.

Em relação a área educacional, constitui-se de redes públicas e privadas atendendo a educação infantil, ensino médio, fundamental e superior. Na educação

infantil (creches), a maioria dos estabelecimentos é composta de organizações sociais conveniadas com a rede de educação. O ensino médio e fundamental conta com 85 estabelecimentos de ensino, incluindo o público e o privado. Franca configura-se em polo de ensino superior, contando com uma Universidade Pública: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), duas autarquias municipais: Faculdade de Direito de Franca (FDF) e Centro Universitário de Franca (Uni-Facef) e uma Universidade Particular: Universidade de Franca (UNIFRAN) com oferta de cursos em diversas áreas.

Em decorrência do contexto apresentado, pressupõe a presença de um assistente social para não só atender as demandas sociais, mas também para articular novas alternativas nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

A partir disso, os Cursos de Graduação em serviço social, diurno e noturno, foram implantados na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) na Unidade da UNESP em Franca-SP em 1977, com duas revisões curriculares em 1982 e 1983. No período de 2000 a 2003, foi implantado o novo currículo, sendo objeto de revisões anuais com a finalidade de ajustar o projeto pedagógico às necessárias condições para formar profissionais com competência teórico-metodológica para fazerem frente às demandas sociais e redimensionar seu espaço ocupacional.

Neste sentido, o Projeto Político Pedagógico do Curso de serviço social, elaborado em 1999 e implantado de 2002 a 2003, foi sistematicamente reavaliado pelo colegiado do curso através de uma sequência de seminários (dez no total) que motivaram alterações curriculares significativas para adequar perfil, objetivos, conteúdos programáticos das disciplinas e dos demais componentes curriculares.

Considerando a reestruturação curricular, vale justificar que as alterações propostas configuram-se, assim, como o resultado de um trabalho contínuo composto de avaliações sistemáticas e o colegiado decidiu que o conjunto destas alterações, para atender às demandas atuais que estão postas à profissão, resultam na mudança significativa da estrutura curricular como um todo. A necessidade desta reestruturação curricular decorre, assim, da verificação de defasagem e inadequação da estrutura atual às exigências da realidade; além disso, justifica-se pelas determinações legais, tendo em vista a nova legislação de estágio vigente.

O colegiado que compõe o corpo docente do curso de Serviço Social, através de um esforço combinado e no desenvolvimento de processos avaliativos, vem

buscando incessante integração e qualidade do ensino, pesquisa e extensão. No processo de construção e avaliação permanentes do projeto pedagógico, o corpo docente realiza, sistematicamente, revisões curriculares, confrontando permanentemente, a organização curricular com os objetivos educacionais e os objetivos da formação profissional.

O curso de serviço social da UNESP de Franca caracteriza-se em situação especial, pois se trata do único curso estadual de natureza pública do Estado de São Paulo.

Dessa maneira, a partir de 1996 foram realizadas reuniões sistemáticas e conjuntas de professores, alunos e supervisores com a intenção de avaliar o curso e repensar o projeto pedagógico face aos rumos da profissão no país. A partir de 1999, o colegiado, após profundas reflexões em seminários e fóruns de estudos, decide pela reestruturação curricular, optando pela elaboração de um Projeto Pedagógico para o Curso, atendendo às sugestões da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

A resolução UNESP n. 29 de 31 de março de 2000 aprova a Proposta Pedagógica do Curso de Serviço Social – UNESP/Franca, a qual foi implantada no ano de 2001. De 2000 a 2003, foi implantado o novo currículo, sendo objeto de revisões anuais com a finalidade de ajustar o projeto pedagógico às necessárias condições para formar profissionais com competência teórico/metodológica para fazerem frente às demandas sociais e redimensionar seu espaço ocupacional.

O curso conta, anualmente, com uma alta incidência de candidatos por vaga nos vestibulares e inexpressiva evasão de alunos, além de informações que, embora espalhadas, falam sobre o desempenho profissional dos egressos, que impõe sua marca no nordeste paulista e triângulo mineiro, e que pode ser observado na composição do corpo docente das faculdades localizadas na região e nos resultados dos Concursos Públicos.

O Curso de Serviço Social da FCHS da UNESP/Franca tem apresentado, nos últimos quatro anos, uma procura média de 5 candidatos por vaga no diurno e 6,4 no noturno, com predominância da presença feminina. O curso ofereceu (até 2006) 80 vagas anuais, distribuídas em 35 para o curso matutino e 45 para o noturno. A partir de 2007, o número de vagas ampliou para 90, sendo 40 para o matutino e 50 para o noturno. Verifica-se que as vagas do noturno são mais concorridas.

A formação em serviço social define-se como bacharelado, englobando de forma indissociável, as dimensões de pesquisa, docência e prática político-profissional, o que responde às exigências das competências e habilidades profissionais.

Em relação a estrutura do curso define-se e dinamiza-se por uma lógica curricular que propõe a superação da fragmentação do processo de ensino/aprendizagem e permite uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos, supervisores e sociedade.

Em vista disso, com a reestruturação curricular de 2015, o Conselho de Curso de Graduação em Serviço Social da UNESP, com intensiva atuação, tem buscado envolver os segmentos acadêmicos, concentrando esforços na construção coletiva de uma proposta que de fato, vá ao encontro das diretrizes curriculares e que possa caminhar em direção à superação dos principais desafios encontrados ao longo deste processo. Tais desafios referem-se não somente às preocupações de ordem operacional, como principalmente à indissolubilidade que se pretende entre ensino, pesquisa e extensão, à superação da burocratização da articulação e formulação de conteúdos programáticos; à importância e necessidade de avançar na investigação científica e produção de conhecimento.

É relevante mencionar que o recorte temporal para esse estudo e pesquisa de campo foi entre 2015 e 2016, visto que foi o período de aprovação do último Projeto Pedagógico da UNESP e conclusão do curso da pesquisadora na UFU.

Desse modo, as alterações propostas configuram-se, como o resultado de um trabalho contínuo composto de avaliações sistemáticas e o colegiado decidiu pela Reestruturação Curricular, tendo em vista que o conjunto destas alterações, para atender às demandas atuais que estão postas à profissão, resultam na mudança significativa da estrutura curricular como um todo.

O curso de Serviço Social visa à formação e qualificação de Assistentes Sociais críticos, de modo a contribuir com a formulação e implementação de políticas sociais públicas, com a organização e mobilização da sociedade civil, com a luta pela efetivação dos direitos sociais, tendo em vista a consolidação da cidadania.

De acordo com o Projeto Pedagógico de 2015, no que se refere aos objetivos que o currículo pretende alcançar, destacam-se em: imprimir uma direção à formação profissional pautando-se pela ética como princípio formativo; oferecer rigor teórico, metodológico, histórico no trato da realidade social e do serviço social que

possibilite o entendimento dos desafios com os quais o profissional se depara no mundo da produção e reprodução da vida; superar a fragmentação dos conteúdos na organização curricular de modo a propiciar uma visão de totalidade em que ensino, pesquisa e extensão, estágio e supervisão sejam indissociáveis.

O presente Projeto Político Pedagógico reafirma ter como fundamento os seguintes princípios e diretrizes.

- Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do serviço social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- Respeito à ética profissional;
- Indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

Dentre os princípios citados, são definidas as diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (FCHS, 2015).

Nesse sentido, o curso é pautado numa perspectiva social crítica que possibilita a articulação com dos conteúdos estudados com a vivência na prática, propiciando o exercício da práxis.

Dentre as questões de interação entre professores, alunos, supervisores e sociedade, de acordo com o projeto pedagógico da FCHS do curso de serviço social, há uma proposta que propõe a superação da fragmentação do processo de ensino/aprendizagem, a qual objetiva-se em três núcleos de fundamentação: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

O primeiro núcleo compreende o conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para explicar e decifrar o ser social e a vida em sociedade. O segundo remete à compreensão da sociedade brasileira resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural em suas diversidades regionais e locais. O terceiro abrange todos os elementos constitutivos do serviço social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento, a administração em serviço social e o estágio supervisionado.

Vale ressaltar que cada núcleo agrega um conjunto de conhecimentos e atividades pedagógicas que se especifica em matérias que desdobram-se em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. Com isso, o curso passa a ser estruturado por semestre e não mais por seriação anual. Tem duração de 4 anos, com 450 horas de carga horária de estágio e 165 horas para atividades complementares, contudo o curso totaliza-se com 3.315 horas.

Em seguida, observa-se a grade curricular do curso de serviço social da FCHS/UNESP Franca e suas respectivas cargas horárias e duração.

Quadro 1 – Grade curricular do curso de serviço social da FCHS/UNESP

Série: 1 – Período: 1		
Disciplina	Carga horária	Duração
FTMSS	60	Semestral
Trabalho Profissional: Serviço Social e Categoria do Trabalho	60	Semestral
Antropologia	60	Semestral
Pesquisa Social: Iniciação Científica	30	Semestral
Realidade Nacional I	30	Semestral
Economia I	60	Semestral
Total de carga horária: 300		
Série 1 – Período: 2		
Disciplina	Carga horária	Duração
Fundamentos Sociológicos I	60	Semestral
FTMSS: Institucionalização e Desenvolvimento da profissão Serviço Social	60	Semestral
Trabalho Profissional: Elementos Constitutivos	60	Semestral
Pesquisa em Serviço Social: Tipologia	60	Semestral
Fundamentos Filosóficos I	60	Semestral
Total de carga horária: 300		
Série 2 – Período: 1		
Disciplinas	Carga horária	Duração
FTMSS: O debate fenomenológico	60	Semestral
Ética profissional I	60	Semestral
Política Social: Gênese	60	Semestral
Economia II	60	Semestral
Fundamentos Psicológicos I	60	Semestral
Total de carga horária: 300		
Série 2 – Período: 2		
Disciplinas	Carga horária	Duração
FTMSS: A Renovação Modernizadora	60	Semestral
Fundamentos Psicológicos II	60	Semestral
Fundamentos Filosóficos II	60	Semestral
Fundamentos Sociológicos II	60	Semestral
Pesquisa Social: Abordagem Qualitativa	30	Semestral
Processo Educativo em Serviço Social: Introdução ao Estágio Supervisionado	30	Semestral
Total de carga horária: 300		

Série 3 – Período: 1		
Disciplinas	Carga horária	Duração
Ética Profissional II	60	Semestral
FTMSS: A perspectiva Marxiana e o Projeto Ético-Político	60	Semestral
Trabalho Profissional: A Categoria Mediação no Exercício Profissional	60	Semestral
Indicadores Sociais	30	Semestral
Serviço Social e Legislação Social I	60	Semestral
Processo Educativo em Serviço Social: Aproximação ao Exercício Profissional	30	Semestral
Estágio Supervisionado I (3º ano)	105	Anual
Total de carga horária: 405		
Série 3 – Período: 2		
Disciplinas	Carga horária	Duração
FTMSS: A construção Teórica da Mediação	60	Semestral
Trabalho Profissional: Instrumentalidade e a Dimensão Educativa	60	Semestral
Pesquisa Social: A construção do Projeto de Pesquisa	30	Semestral
Serviço Social: Organização e Gestão do Trabalho Profissional	60	Semestral
Política Social no Brasil	60	Semestral
Processo Educativo em Serviço Social: Problemática do Exercício Profissional	30	Semestral
Total de carga horária: 300		
Série 4 – Período 1		
Disciplinas	Carga horária	Duração
Estágio Supervisionado II (4º ano)	180	Anual
Trabalho Profissional: Inserção nos Processos de Organização Social	60	Semestral
Gestão Social e Planejamento em Serviço Social	60	Semestral
Política Social: Seguridade Social	30	Semestral
Serviço Social e Realidade Regional I	60	Semestral
Processo Educativo em S.S.: As Dimensões do Exercício Profissional	30	Semestral
Trabalho de Conclusão de Curso	300	Anual
Atividades Complementares em Serviço Social	165	Anual
Total de carga horária: 945		

Série 4 – Período 2		
Disciplinas	Carga horária	Duração
FTMSS: Tensões e Desafios Contemporâneos do Serviço Social	60	Semestral
Trabalho Profissional: Trabalho e Formação Profissional em Serviço Social	60	Semestral
Serviço Social e Legislação Social II	60	Semestral
Serviço Social e Realidade Regional II	30	Semestral
Política Social: Proteção por Segmentos Específicos	30	Semestral
OPTATIVA	60	Semestral
Total de carga horária: 300		

Fonte: Elaborado por Mariane Moreira, abr. 2018.

Vale ressaltar que são oferecidas duas disciplinas optativas por ano, e com isso há algumas opções para escolha, dentre elas são: Serviço Social e políticas públicas: educação, habitação, saúde, etc.; Serviço Social: formação e trabalho profissional; Serviço Social e Educação Popular; Serviço Social e trabalho profissional com famílias; Serviço Social na área sócio jurídica; Serviço Social e diversidade; Serviço Social e meio ambiente; Serviço Social, classes e movimentos sociais; Serviço Social, questão urbana e agrária; Serviço Social: consultoria e assessoria; Serviço Social: direitos humanos e cidadania; Serviço Social e interdisciplinaridade ; Serviço Social e relações de gênero ; Violência e Serviço Social.

Além das disciplinas optativas oferecidas pelo Departamento de Serviço Social, os estudantes, poderão cursar disciplinas de outros cursos do campus, respeitando os projetos pedagógicos e a disponibilidade de vagas de cada curso. Além da possibilidade de cursar disciplinas através do convenio de intercâmbio Nacional, nos termos da Resolução UNESP nº 72/2000, alterada pela Resolução UNESP nº 41/2001, podendo ser validadas as disciplinas tanto do eixo obrigatório como optativas e pelo convenio de Intercâmbio Internacional nos termos da Resolução UNESP nº 18/2010, alterada pela Resolução UNESP nº 36/2011.

Em relação ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência curricular para obtenção do diploma do curso de graduação em serviço social e corresponde a 300h. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sintetiza o

conhecimento resultante de um processo investigativo originário de indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática de estágio.

Este processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. O TCC constitui-se numa monografia científica elaborada sob orientação de um professor e avaliada por banca examinadora. A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é possuí por um Regimento Interno, sendo que neste institui uma Comissão de Docentes, que tem como objetivo coordenar, organizar e acompanhar o processo de realização do TCC, que são distribuídos para os orientadores e avaliadores (docentes).

O currículo do curso também contempla a atividade de Estágio Supervisionado, a qual possui regulamento próprio no âmbito do curso da UNESP/Franca e mais adiante será explanado acerca de sua importância e atribuições no plano pedagógico da universidade.

Enfim, a defesa da universidade é relativamente propícia para o compromisso com valores universais, coerente com a função pública e coletiva, incorporando aos dilemas regionais e nacionais, defendendo a democracia para então formar cidadãos participantes e conscientes dos direitos civis, políticos e sociais.

Salienta-se que proveniente deste compromisso acima citado, o estudante do curso de serviço social da UNESP/Franca encontra nesta Unidade de Formação, diversas possibilidades de participação em grupos de estudos, de pesquisa, extensão, eventos científicos profissionais, podendo vivenciar, no universo acadêmico, o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Na sequência, diante o conhecimento do município de Franca e do curso de serviço social da FCHS, será desenvolvido informações a fim de conhecer a realidade do município de Ituiutaba – Minas Gerais como também da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Unidade da Universidade Federal de Uberlândia, a qual também consta com o curso de serviço social, público e presencial.

Ituiutaba, cidade sede da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) – Campus do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – é um município de 2.587,339 Km², com uma população estimada entre 92.427 habitantes (IBGE, 2006) com uma densidade demográfica de 35,7 habitantes por Km. Está localizado no planalto central, no vale do rio Paranaíba, na bacia do Prata, numa altitude de 605 metros, sendo o clima tropical de característica quente e úmido.

Emancipou-se do município de Prata pela Lei estadual n. 319 em 16 de setembro de 1901, com a denominação de Vila Platina.

Em 1915 a cidade passou a ser denominada ITUIUTABA, nome derivado de expressões ameríndias (YG – rio, TUYU - tijuco; TABA – povoação) criado pelo senador Camilo Chaves, cujo significado é Povoação do Rio Tijuco.

Entre o final da década de 1940 até o final da década de 1960, a região recebeu migrantes de diferentes lugares, mas foi predominante a migração de nordestinos oriundos, principalmente, dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, na sua grande maioria para trabalhar nas lavouras.

Em decorrência da usina de álcool BP, a região vem sendo alvo de novas transformações, com isso a cidade recebe migrantes nordestinos que fornecem mão de obra necessária aos diferentes estágios do processo de produção, embora a oferta de empregos na região seja insuficiente para atender a demanda dos trabalhadores aptos ao trabalho.

O agronegócio e a prestação de serviços (comércio variado, advocacia, assessoria e consultoria de informática, dentre outros) são seus principais elementos e fonte de divisas. Em meio às transformações de caráter econômico vividas pelo município, a maioria da população vive no enfrentamento a constantes desafios para construir e manter os seus modos de viver. Faltam empregos, pois o comércio, o setor de serviços e as poucas indústrias existentes na cidade não conseguem atender à demanda dos jovens que a cada ano buscam o seu primeiro emprego. A esse fato, acrescenta-se os problemas causados pela sazonalidade, característica das atividades agropecuárias, que torna instável a oferta de trabalho ao longo do ano.

Já na educação, no que diz respeito a implantação de uma universidade pública e de qualidade no município, o nome do Campus foi matéria de discussão, sendo apresentadas sugestões e votada a proposta da denominação: “Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP)” e aprovada por vinte e nove votos favoráveis; um voto contrário e quatro abstenções.

Foi publicada a Resolução n. 04/2006, Ad Referendo do Conselho Superior, dando nova redação ao artigo 2º da Resolução 02/2006, inserindo na proposta inicial de implantação do Campus do Pontal, o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. O Artigo 2º da Resolução aprovou a criação dos cursos, Física, Química, Matemática, Ciências Biológicas, Pedagogia, História, Geografia e Administração e

determinou o número de vagas. A Resolução entrou em vigor na data de 2 de maio de 2006 e foi ratificada pelo Conselho Universitário na 5ª. Reunião, realizada no dia 30 de junho de 2006. As Unidades Acadêmicas definiram o perfil dos docentes a serem contratados e realizaram os concursos entre o final do mês de maio e mês de junho de 2006.

As posses dos professores concursados ocorreram entre o dia 4 e 22 de setembro de 2006. No dia 4 de setembro às 9 horas, no Salão do Líder Hotel, tomaram posse dezoito professores, em sessão solene, com a presença do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, que naquela ocasião inaugurou a Sede Administrativa da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus do Pontal, situada na Avenida José João Dib. Naquela ocasião foram 190 anunciadas, pelo Prefeito Fued Dib, negociação entre a Prefeitura de Ituiutaba e os empresários Gerson e Maurício Baduy, a doação de terreno de 500 mil metros quadrados, no Bairro Tupã, para a construção do Campus do Pontal.

A concretização deste Projeto, sonho alimentado pela maioria, quase absoluta, de famílias que habitam o Pontal do Triângulo Mineiro, é resultado de uma somatória de forças onde se encontraram a vontade política, o compromisso com a universidade pública, gratuita e de qualidade, a crença na possibilidade de construção de uma sociedade justa e igualitária; em uma universidade que seja a porta de entrada para a concretização dos ideais de igualdade e de justiça social.

O curso de serviço social foi pensado para contemplar a realidade local e subsidiar o crescimento coletivo e individual dos acadêmicos que irão intervir na sociedade por meio da sua inserção no mundo do trabalho. A proposta pedagógica aqui apresentada foi construída a partir das reflexões que apontaram para a reestruturação dos cursos da FACIP, dos princípios gerais do ensino de graduação na UFU, das Diretrizes Curriculares para os cursos de serviço social, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, da Resolução nº2/2004 do Conselho de Graduação da UFU e da consulta aos Projetos Pedagógicos (PPs) dos cursos de serviço social da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e da Universidade de Uberaba (UNIUBE).

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU), numa perspectiva inovadora de expansão do ensino superior, possibilita a abertura de caminhos para a melhoria da qualidade de vida e do acesso a uma educação de qualidade, comprometida com o todo social. Todas as discussões que culminaram na consolidação do Campus do

Pontal privilegiam tais aspectos e redimensionam possibilidades de inovação, de construção de autonomies que deem condições para a realização de uma prática educativa adequada às necessidades dos acadêmicos e do meio social, oferecendo instrumentos de organização institucional e de reflexão pedagógica numa perspectiva de alteridade e de consolidação de práticas cidadãs.

Sendo assim, a consolidação da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) vem contribuir para a mudança do perfil socioeconômico, cultural e político da região, possibilitando diálogos permanentes que levem em consideração a qualidade, o senso crítico, a sensibilidade e a afetividade, como meios de fazer da prática educativa caminhos para transformações possíveis.

O Plano Curricular do Curso de Graduação em serviço social foi elaborado obedecendo aos seguintes instrumentos legais - a Lei 8662/93 (lei de regulamentação da profissão), Código de Ética do profissional (1993) e o Caderno ABESS Edição Especial Formação Profissional: Trajetórias e Desafios em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC – Resolução nº 15 de 13 de março de 2002. É relevante mencionar que a primeira turma do curso de serviço social da FACIP/UFU foi constituída no ano de 2010. Além disso, a fundamentação teórico-metodológica do curso de serviço social está intimamente ligada com a proposta pedagógica, com Leis, Decretos, Resoluções, princípios éticos e sociais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e com as Diretrizes Curriculares nacionais para a formação de profissionais no ensino superior.

Cabe ressaltar que de acordo com projeto pedagógico, a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) Ituiutaba, seguindo o conjunto de princípios que dão identidade ao curso e que direcionam nossas reflexões no campo filosófico, político, ético, pedagógico e administrativo, campos estes definidos pelo CONGRAD no artigo n. 7 da Resolução n. 02/2004, estabelece como norteadores da formação do bacharel em serviço social:

- Flexibilidade dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como: oficinas, seminários, atividades complementares como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social; que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com

os quais o profissional se defronta no universo da produção; e (re) produção da vida social;

- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e foco da formação profissional e da relação teoria-prática;
- Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
- Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõe a produção das ciências humanas e sociais;
- Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
- Indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.
- Avaliação qualitativa e sistêmica como prática de re-significações.

O serviço social constitui-se num campo do conhecimento essencialmente multidisciplinar e dinâmico, onde as transformações se processam de forma constante, sendo por isso, necessária a adoção de uma metodologia de ensino que contemple e acompanhe esse ritmo.

As transformações decorrentes da modernização do processo produtivo imprimem novas modalidades de relacionamentos entre os agrupamentos humanos e destes com as relações sociais onde se inserem, constituindo assim, novos cenários. A evolução dos processos em diferentes épocas exige formas de pensar condizentes com a realidade e o cenário de cada época. O profissional do serviço social, enquanto atuante e atento a estas transformações, deve ser capaz de apreender os elementos e relações que constituem os processos sociais.

O curso visa oferecer elementos teórico-metodológicos que possibilitem ao profissional a compreensão destes processos, fundamentalmente no que se refere aos seus nexos com as dimensões pertinentes o entendimento do mundo contemporâneo.

As atividades planejadas contemplam o trato dos conteúdos teóricos, das atividades práticas que envolvem trabalhos de laboratório, oficinas, estágios, grupos de discussão, estudo, pesquisa e atividades complementares. Estas atividades têm, portanto, como propósitos a construção do conhecimento, o desenvolvimento da prática da pesquisa e dos processos de avaliação.

Quanto a elaboração de atividades de produção do conhecimento acadêmico, o curso constitui-se com um laboratório, espaço o qual garante a interdependência entre o universo de ensino, pesquisa e extensão, constituído por computadores com internet, mesas, cadeiras, livros, artigos e trabalhos científicos possibilitando a formulação de práticas de enfrentamento das questões sociais por meio da pesquisa e ensino.

Enfim, este laboratório constitui-se em um espaço onde os estudantes podem estudar, socializar as pesquisas por meio de artigos e trabalhos científicos, organizar e planejar seminários e oficinas.

O curso de serviço social da UFU pretende que ao final da graduação o egresso tenha condições de atender as demandas sociais por meio de ações que permitam criar, analisar e implementar políticas sociais públicas nos estados, municípios e federação, nas organizações da sociedade civil e movimentos sociais, bem como no setor privado.

De acordo com o projeto pedagógico (2009), o curso de serviço social da UFU tem como objetivo geral formar assistentes sociais com competência profissional teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política capazes de compreender o significado do papel social da profissão e atuar com postura ética, crítica, investigativa e propositiva, cuja práxis profissional propicie o enfrentamento das mazelas referentes à questão social.

Com isso, a capacitação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do profissional, deve prepará-lo para apreensão crítica do processo histórico, como totalidade em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as

particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo no país; apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; apreensão das demandas consolidadas e emergentes, postas ao serviço social, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento das expressões da questão social; promoção do exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Lei 8662/93 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Assistente Social.

Nesse sentido, assim como na UNESP, o curso é pautado numa perspectiva social crítica que possibilita a articulação com os conteúdos estudados com a vivência na prática, propiciando o exercício da práxis.

Dessa maneira, além das exigências legais o currículo visa proporcionar ao discente a condição efetiva de dialogar com o mundo contemporâneo, cada vez mais globalizado, no qual o conhecimento e a informação estão em constante transformação e disseminados cada vez mais rápidos pelos meios eletrônicos. À vista disso, os fundamentos dos conteúdos curriculares estão divididos em três núcleos: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

O primeiro núcleo foi estruturado com conteúdos que, de forma gradativa, aproximem o ingressante do mundo acadêmico, procurando minimizar as lacunas da educação básica e inseri-lo na realidade acadêmica. Já o segundo núcleo foi composto para atender as necessidades de formação do discente no conhecimento da realidade nacional, pensando a dinâmica de funcionamento da sociedade brasileira e suas várias formas de organização e reorganização política e econômica ao longo da história, além de criar espaço para a reflexão sobre a realidade regional. E por fim, o terceiro núcleo complementa os componentes curriculares específicos da formação do profissional do serviço social, sendo composto por disciplinas teóricas, práticas, metodológicas e éticas que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em serviço social e o estágio supervisionado.

A organização articulada dos núcleos visa garantir ao aluno condições de desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de forma plena ao longo do curso. Vale salientar que o curso é estruturado por semestre, contando com duração de 4,5 anos, tendo 480 horas de carga horária de estágio supervisionado e 200

horas para cumprir as atividades complementares, contudo o curso tem carga horária total de 3.170 horas.

Em seguida, observa-se a grade curricular do curso de serviço social da FACIP/UFU Ituiutaba-MG e suas respectivas cargas horárias e duração.

Quadro 2 – Grade curricular do curso de serviço social da FACIP/UFU

Período 1		
Disciplinas	Carga horária	Duração
Antropologia	60	Semestral
Sociologia I	60	Semestral
Fundamentos da Economia Política	60	Semestral
Leitura e produção de texto	30	Semestral
FTESS I	60	Semestral
Oficina de Prática I	15	Semestral
Total de carga horária: 285		
Período 2		
Disciplinas	Carga horária	Duração
Filosofia	60	Semestral
Sociologia II	60	Semestral
Metodologia Científica	30	Semestral
Formação socioeconômica do Brasil	60	Semestral
FTESS II	60	Semestral
Oficina de Prática II	15	Semestral
Total de carga horária: 285		
Período 3		
Disciplinas	Carga horária	Duração
Psicologia	60	Semestral
Teoria Política	60	Semestral
Estatística	60	Semestral
Direito e Legislação Social (DLS)	60	Semestral
FTESS III	60	Semestral
Total de carga horária: 300		
Período 4		
Disciplinas	Carga horária	Duração
FTESS IV	60	Semestral
Política Social I	60	Semestral
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social	60	Semestral
Trabalho e Sociabilidade	60	Semestral
Métodos de pesquisa em Serviço Social I (MPSS I)	60	Semestral
Carga horária total: 300		

Período 5		
Disciplinas	Carga horária	Duração
Política Social II	60	Semestral
Métodos de Pesquisa em Serviço Social II (MPSS II)	60	Semestral
Administração e Planejamento Social	60	Semestral
Serviço Social e processo do trabalho I (SSPT I)	60	Semestral
Optativa I	30	Semestral
Supervisão de Estágio I	30	Semestral
Estágio Supervisionado I	120	Semestral
Carga horária total: 420		
Período 6		
Disciplinas	Carga horária	Duração
Política Social III	60	Semestral
Métodos de Pesquisa em Serviço Social III (MPSS II)	60	Semestral
Planejamento e Gestão Social I (PGES I)	60	Semestral
Classes e movimentos sociais I	30	Semestral
Serviço Social e Processos do Trabalho II	60	Semestral
Supervisão de Estágio II	30	Semestral
Estágio Supervisionado II	120	Semestral
Carga horária total: 420		
Período 7		
Disciplinas	Carga horária	Duração
Planejamento e Gestão Social II (PGES II)	60	Semestral
Classes e Movimentos Sociais II	60	Semestral
Serviço Social e Temas Contemporâneos	60	Semestral
Produção de Conhecimento em Serviço Social	60	Semestral
TCC I	30	Semestral
Supervisão de Estágio III	30	Semestral
Estágio Supervisionado III	120	Semestral
Carga horária total: 420		

Período 8		
Disciplina	Carga horária	Duração
TCC II	30	Semestral
Planejamento e Gestão Social III (PGES III)	60	Semestral
Seminário de Prática I	60	Semestral
Optativa II	60	Semestral
Supervisão de Estágio IV	30	Semestral
Estágio Supervisionado IV	120	Semestral
Carga horária total: 360		
Período 9		
Disciplina	Carga horária	Duração
Optativa III	60	Semestral
Seminário de Prática II	60	Semestral
TCC III	30	Semestral
Carga horária total: 150		

Fonte: Elaborado por Mariane Moreira, abr. 2018.

Em relação as disciplinas optativas, são oferecidas durante o curso: Educação ambiental; Geografia rural; Geografia da população; Geografia Urbana; Serviço Social e Globalização; Desenvolvimento Econômico e Organizações Internacionais; Avaliação de Indicadores Sociais; Projetos sociais e Serviço Social; Gênero e Serviço Social; Serviço Social e rede sócio-assistencial; Tópicos Especiais em História Regional; História e cultura popular; História e Movimentos sociais; Memória e História Oral; História, Educação e Cultura brasileira e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Identifica-se que não são todas as disciplinas ofertadas pelo curso de serviço social, constituindo também os cursos de geografia, história e pedagogia.

Além disso, no projeto pedagógico do curso, é preconizado leituras complementares não se restringindo apenas no que é ministrado em sala de aula. Também é característico nas aulas do curso atividades como seminários, grupos de discussões e debates acerca de desenvolver junto ao estudante princípios de responsabilidade, organização e argumentação diante temáticas expostas.

Correspondente a finalização do curso, tem-se um critério relevante que é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) corresponde a 60 horas, e deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sintetiza o conhecimento resultante de um processo investigativo originário de indagação teórica, preferencialmente gerada a

partir da prática de estágio. Este processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. Portanto, o TCC constitui-se numa monografia científica elaborada sob orientação de um professor e avaliada por banca examinadora.

Contudo, o curso de serviço social da FACIP/UFU através da dinâmica de trabalho, disciplinas oferecidas e exercício acadêmico-pedagógico intensifica a autonomia para identificar os problemas sociais com postura ética e com compromisso e responsabilidade social, sendo primordial a apreensão dos elementos sociais em sua totalidade.

É imprescindível a lógica de totalidade no curso de serviço social, tanto na UNESP quanto na UFU e para maior sistematização da realidade existente, o estágio supervisionado se faz obrigatório pelo fato de ser um período que proporciona possibilidades de conhecimento e práticas na apreensão das determinações e mediações que incidem na realidade social.

Dessa maneira, realizado um breve histórico das duas universidades, com os aspectos relevantes do curso de serviço social em cada uma, no próximo item será discutido a atividade de estágio supervisionado da UNESP e da UFU, acerca de suas particularidades e como vem sendo desenvolvido.

3.2 O Estágio Supervisionado nas Universidades UNESP e UFU

De acordo com o regulamento de estágio em serviço social da FCHS/UNESP, o estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória, indispensável à integralização do processo de formação acadêmica do estudante e condição relevante para a obtenção do diploma no curso de serviço social.

Conforme estabelece o Regimento Interno do Núcleo de Estágio da FCHS/UNESP no art. 3º:

Como parte constitutiva do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social, o Estágio Supervisionado está conectado aos objetivos que conformam a identidade do Curso e se particularizam em cada ano do processo de formação:

- I. Imprimir uma direção à formação profissional pautando-se pela ética como princípio formativo;
- II. Oferecer rigor teórico, metodológico, histórico no trato da realidade social e do Serviço Social que possibilite o entendimento dos desafios com os quais o profissional se depara no mundo da produção e reprodução da vida;

III. Superar a fragmentação dos conteúdos na organização curricular de modo a propiciar uma visão de totalidade em que ensino, pesquisa e extensão, estágio e supervisão sejam indissociáveis (REGIMENTO, 2016, p. 1).

A atividade de estágio é normatizada por um regulamento aprovado pelo Conselho de Curso que tem como fundamento a legislação vigente referente à matéria, às diretrizes pedagógico-profissionais construídas pela categoria e às regras gerais da Universidade.

De acordo com o projeto pedagógico do curso de serviço social da UNESP, o estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional. É realizado concomitante ao ensino teórico e pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão é feita pelo professor supervisor acadêmico e pelo profissional assistente social, supervisor de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e unidade campo de estágio.

Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do(a) estagiário(a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários(as)). (PNE, 2010, p. 15).

Sendo pertinente elencar que configura-se em um processo de ensino-aprendizagem, possibilitando observação, análise e acompanhamento do estagiário no campo de estágio, a fim de desenvolver a construção do conhecimento e competência para o exercício profissional.

A carga horária mínima de estágio a ser cumprida pelos discentes da UNESP será de 450 horas, distribuídas durante o curso conforme estabelece o Regimento Interno do Núcleo de Estágio.

Art. 12 A carga horária mínima e obrigatória da atividade de estágio no Curso de Serviço Social da UNESP - Campus de Franca (SP), de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço

Social vigente (Resolução UNESP Nº 04/2015) é de 450 horas e deve ser cumprida durante o período letivo estabelecido no calendário escolar da Universidade e, distribuída da seguinte forma:

- I. I semestre do 3º ano, 135 horas;
- II. II semestre do 3º ano, 135 horas;
- III. I semestre do 4º ano, 180 horas. (REGIMENTO, 2016, p. 5).

A propósito, em relação ao cumprimento das atividades no estágio, é vedado ao estagiário o cumprimento de carga horária mínima em um semestre e a ausência injustificada do estagiário no campo de estágio em período superior a 30 dias que se configurará em abandono ou desligamento do estágio.

Ainda, conforme preconizado no regulamento de estágio, a jornada de atividade em estágio será definida de acordo com o interesse das partes envolvidas considerando a legislação federal sobre estágio, que não pode ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

No que diz respeito a implementação da política de estágio do curso de serviço social, cabe ao Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social (NESSS) ser responsável, pretendendo constituir uma instância pedagógica a fim de integrar ensino, pesquisa e extensão, sendo responsável também pela organização e efetivação das ações inerentes ao estágio supervisionado. Em vista disso, são atribuições do NESSS:

- I. Atuar diretamente articulado com a coordenação do Curso de Serviço Social de modo a viabilizar as demandas de qualificação do processo de estágio;
- II. Articular o processo de Estágio com a Política de Estágio estabelecida no Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social – em vigência;
- III. Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação de docentes, discentes e supervisores de campo;
- IV. Averiguar junto com o supervisor de campo se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993.
- V. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Estágio, objetivando o alcance dos objetivos propostos;
- VI. Estabelecer contato com as diferentes instituições objetivando analisar sua programação, interesse e possibilidade de oferecimento de vagas para estágio, estabelecendo parceria para assegurar a qualidade do estágio, por meio da promoção de eventos e atividades,

organizados pela UNESP, direcionados a capacitação dos supervisores de campo;

VII. Realizar, a cada semestre, contatos com as instituições campos de estágio e assistentes sociais, obedecendo aos critérios para abertura, ampliação e/ ou manutenção das vagas de estágio objetivando oferecer um leque de opções para os estudantes. Em casos especiais, o estudante, professor ou assistente social que tenha interesse em alguma instituição para campo de estágio, deverá dirigir-se a Coordenação de Estágio, em tempo hábil, para que a mesma efetue análise do projeto e abertura oficial do campo de estágio;

VIII. Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio respeitando os princípios da política de estágio e considerando as demandas dos estudantes;

IX. Propor/rever modelos de documentação: Plano de Estágio e Roteiros/Relatórios de Avaliação;

X. Favorecer contatos, parcerias e troca de informações dos campos de estágio, dos estudantes e dos supervisores com a Coordenação de Estágio e docentes visando estabelecer canais de comunicação contínua (encontro, reuniões, seminários, visitas, etc.);

XI. Promover reuniões entre os docentes supervisores acadêmicos objetivando democratização e discussão das questões referentes ao estágio; troca de informações e experiências; busca de unidade no encaminhamento da unidade curricular; articulação do processo de estágio com a proposta curricular;

XII. Discutir e encaminhar, em conjunto com o docente supervisor acadêmico e supervisor de campo, o desligamento ou a transferência de estagiários, quando for detectado problemas no processo;

XIII. Organizar, em conjunto com os supervisores acadêmicos, a apresentação dos campos de estágio e/ ou experiências de práticas profissionais, objetivando a democratização de experiências entre os estudantes do Curso, principalmente com os futuros estagiários a ser realizada ao longo do semestre;

XIV. Promover em articulação com o NESS, em caráter permanente, curso de Capacitação de Supervisores (podendo ser oferecido como atividade de extensão) e a organização da agenda do Fórum de Supervisores do Curso de Serviço Social da UNESP;

XV. Atender as demandas dos Conselhos Regionais e garantir o cumprimento da documentação exigida pela resolução 533/2008 no que se refere à instituição de ensino (FCHS, 2016).

Conforme explicitado no regulamento do estágio da UNESP, no art. 19, para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social (ESOSS) da UNESP/Franca, através do NESSS juntamente com o conselho do curso de serviço social apresentam as seguintes obrigações em relação aos estágios de seus estudantes:

I. Firmar Termo de Convênio com o Campo de Estágio;

II. Firmar Termo de Compromisso de Estágio com o estudante ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta

ou relativamente incapaz, e com o Campo de Estágio, indicando as condições de adequação do estágio à proposta político pedagógica do curso, ao período da formação do estudante, ao horário e calendário escolar;

III. Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário;

IV. Indicar docente supervisor acadêmico, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

V. Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

VI. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VII. Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus estudantes;

VIII. Comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas (FCHS, 2016).

Como atividade curricular-obrigatória, o estágio pressupõe o acompanhamento e a orientação profissional, através do processo de supervisão acadêmica e de campo, configurando um dos princípios que fundamentam a formação profissional, preconizados pela ABEPSS: a indissociabilidade entre estágio e supervisão.

A supervisão no ensino de serviço social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor supervisor no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do estudante pelo assistente social, no contexto do campo de estágio.

De acordo com o Regulamento (2016) aos supervisores acadêmicos, assistentes sociais docentes, compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, visando à qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, alicerçadas no teórico-metodológico e ético-político da profissão.

É relevante mencionar o Art. 16 do Regulamento de Estágio (2016) da UNESP/Franca, o qual esclarece acerca do período do curso que se inicia o estágio.

Art. 16 A Supervisão Acadêmica de Estágio deve ser ofertada a partir do 2º semestre do 2º ano ao 7º semestre do Curso, sendo denominada, respectivamente: Processo educativo em Serviço Social – PESS: introdução ao estágio supervisionado, PESS:

aproximação ao exercício profissional, PESS: problematização ao exercício profissional, PESS: dimensões do exercício profissional (FCHS, 2016, p. 7).

Cada supervisor acadêmico será responsável por ministrar o conjunto de disciplinas Processo Educativo em Serviço Social, sendo: Introdução ao estágio supervisionado; Aproximação ao exercício profissional; Problematização do exercício profissional e Dimensões do exercício profissional, que serão ministradas respectivamente nos 2º, 3º e 4º ano do curso.

Em relação a orientação e acompanhamento do supervisor acadêmico, o regulamento de estágio segue as orientações da PNE, a qual preconiza que é necessário divisão das salas (diurno e noturno) em turmas de até 15 estudantes em cada. No entanto, entende-se que é fundamental essa divisão, pois além do supervisor acadêmico acompanhar a atividade de estágio supervisionado em sala de aula, terá que acompanhar sistematicamente os campos de estágio, assim como levando em consideração a articulação entre unidade de ensino e instituição.

O acompanhamento acadêmico do estágio supervisionado é realizado a partir de um conteúdo programático que contempla desde a preparação e a introdução do discente no campo de estágio; o conhecimento das políticas sociais específicas, da realidade institucional e da população usuária; a definição e problematização do objeto de trabalho a ser privilegiado pelo discente; a elaboração de um plano de trabalho para o estágio, envolvendo o planejamento da intervenção e a definição de uma temática de investigação, para o conhecimento da realidade social, em comum acordo com o supervisor de campo, e o processo de avaliação continuada do significado desta atividade curricular obrigatória no processo de formação profissional.

A grade curricular de 2015 apresenta 450 horas de estágio obrigatório, distribuídas respectivamente: Estágio Supervisionado I (3º ano): 270 horas; Estágio Supervisionado II (4º ano): 180 horas. Lembrando que para o estudante matricular na disciplina Processo Educativo em Serviço Social, tem-se como pré-requisito a aprovação em Fundamentos Teóricos, Éticos e Metodológicos do Serviço Social e também na disciplina de Ética Profissional.

Conforme previsto na resolução UNESP 102, de 29/11/2000, em seus artigos 7º e 8º, referente à extensão universitária, esclarece:

Art.7º As atividades de extensão serão consideradas como parte inerente ou etapa integrante dos processos de produção de conhecimento e não como algo à parte desses processos.

Art.8º Entende-se por extensão as ações desenvolvidas sob a forma de programas, subprogramas, projetos e atividades, inseridos áreas temáticas estabelecidas pela PROEX, em consonância com as orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária, visando:

I - Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade universitária com interesses e necessidades da sociedade, em todos os níveis, estabelecendo mecanismos que relacionem o saber acadêmico ao saber popular.

II - Democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da sociedade na vida da Universidade.

III - Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos.

IV - Participar criticamente das propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural.

V - Contribuir para reformulações de concepções e práticas curriculares da Universidade, bem como para a sistematização do conhecimento produzido.

Nesse sentido, deve-se assegurar que os projetos de extensões desenvolvidos na UNESP/Franca poderão servir como campo de estágio para os alunos do curso de serviço social, desde que apresentem possibilidades que pressupõe ao aluno, identificar as demandas presentes e emergentes contidas na realidade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, apreendendo criticamente o processo histórico em sua totalidade.

Além disso, encontra-se no regulamento de estágio da UNESP/Franca no art. 21, que as atividades de extensão podem ser caracterizadas como campo de estágio desde que cumpram os seguintes requisitos:

I. Explicitar os objetivos e as funções desempenhadas pelo Serviço Social em conformidade com os artigos 4º e 5º da Lei que regulamenta a profissão; II. Indicar que o plano de estágio está articulado ao exercício profissional do serviço social;

III. Designar o docente envolvido na atividade de extensão para assumir o processo de supervisão de campo, quando não houver outro assistente social; IV. Zelar para que não haja acúmulo nas funções de supervisor (a) de campo e de supervisor (a) acadêmico (FCHS, 2016, p. 9).

É importante ressaltar que o estudante terá oportunidade de complementar o aprendizado, através da prática no projeto de extensão, ou seja, consolidando teoria-prática, e inclusive a oportunidade de interação com profissionais e estudantes

de outras áreas do conhecimento, sendo assim propiciando a prática do diálogo interdisciplinar.

Cada curso tem suas especificidades, em relação aos desafios existentes no estágio, porém não se exclui a necessidade de buscar alternativas para o enfrentamento de situações como as configurações do mundo do trabalho na contemporaneidade. Nesse contexto, é considerável mencionar a realidade do estudante trabalhador, que nessa condição o impede de desenvolver o estágio nas instituições conveniadas com a universidade, prejudicando a formação profissional.

Sendo assim, os projetos de extensão são uma possibilidade de aproximação da academia com a realidade social, buscando nessa experiência o aperfeiçoamento de práticas profissionais em diversos campos geralmente sendo significativas atividades de ensino e pesquisa.

Dessa maneira, são apresentados a seguir a atividade de estágio curricular obrigatório do curso de serviço social da FACIP/UFU Ituiutaba, descrevendo as peculiaridades e atribuições no processo de ensino-aprendizagem.

Inicialmente, em 2010, encontrou-se dificuldades de operacionalização do processo de abertura de campos de estágio para os estudantes da UFU, visto que em média a turma era composta por 35 alunos. Nesse sentido, as dificuldades se caracterizavam acerca de existir outro curso de serviço social, porém Ensino à Distância (EAD), e com isso as instituições municipais estavam disponibilizando vagas apenas para a faculdade à distância.

Em vista disso, cabe argumentar que o estágio enquanto processo de ensino-aprendizagem torna-se preocupante na modalidade EaD, sendo pertinente refletir, como se dá o processo de acompanhamento pedagógico se existe a presença de um tutor apenas uma vez na semana.

O estágio e a supervisão na modalidade EaD são considerados contra as atribuições do Projeto Ético-Político, que coloca o estudante na condição de objeto.

Entende-se que o ensino EaD é considerado via mais fácil de acesso ao ensino superior, proveniente de não haver exigências de acordo com referencial teórico do curso.

Além disso, neste contexto, havia uma quantidade mínima de profissionais que exerciam a atividade de supervisor de campo. Com o reconhecimento da qualidade do curso de serviço social oferecido pela FACIP/UFU foi estabelecido uma parceria bem articulada com as entidades públicas municipais e com o Núcleo de

Assistentes Sociais (NAS) de Ituiutaba, e com isso, os estudantes foram encaminhados para os campos de estágio.

Conforme preconizado no projeto pedagógico do curso de serviço social da FACIP/UFU, o estágio supervisionado, concomitante ao ensino teórico, é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, público ou privado, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional. Tal inserção requer uma supervisão sistemática que será feita pelo professor, supervisor acadêmico e pelo profissional assistente social, supervisor de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e unidade campo de estágio.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (Lei nº 11.788 de 2018) (FACIP, 2009).

Em alguns cursos de serviço social, o estágio supervisionado curricular não-obrigatório está presente nos projetos pedagógicos, sendo possível contabilizar a carga horária realizada como atividade complementar. Já no curso de serviço social da UFU, essa possibilidade não existe no projeto pedagógico.

A carga horária mínima será de 480 horas distribuídas durante o curso, consiste em um processo planejado, visando a integração entre conhecimentos práticos e teóricos que complementam a formação acadêmica do aluno.

A divisão da carga horária é desenvolvida semestralmente, totalizando em quatro semestres contando com 120 horas de estágio em cada semestre nas instituições campo de estágio. Em relação às disciplinas teóricas do curso, que diz respeito ao período do estágio, são divididas também em quatro semestres, as quais são: Supervisão de Estágio I; Supervisão de estágio II; Supervisão de Estágio III e por fim Supervisão de Estágio IV.

A disciplina de Supervisão de Estágio tem como premissa, através do supervisor acadêmico, assistente social docente, acompanhar, refletir a realidade

profissional nos campos de estágio, elaborar plano de estágio junto do estagiário e conduzir a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral.

Nesta perspectiva, compreendemos que o processo de ensino-aprendizagem, materializado no estágio supervisionado, deve impulsionar a articulação dos conteúdos que compõem os diversos componentes curriculares, abrangendo a concepção de estágio e supervisão e sua importância no processo de formação profissional; a apreensão da realidade dos campos de estágio e da dinâmica da atuação do(a) assistente social nestes espaços sócio-institucionais; a construção, operacionalização e avaliação de projeto de intervenção, a elaboração de relatório técnico-científico da experiência de estágio (PNE, 2010, p. 26-27).

No curso de serviço social da FACIP/UFU é recomendado que o estagiário possa cumprir até seis horas diárias no campo de estágio, no entanto, no caso da atribuição do estágio da UFU ser realizado em quatro semestres com 120 horas cada, o estagiário não tem a necessidade de apresentar-se ao campo de estágio diariamente, sendo oportuno ir ao estágio duas vezes por semana. Assim, de acordo com a PNE:

Seguindo, ainda, as Diretrizes Curriculares, o estágio curricular obrigatório deve ser oferecido em diferentes níveis (totalizando entre 02 e 04 semestres), distribuídos, de forma equilibrada, no decorrer dos últimos anos de integralização do curso. A carga horária das atividades de campo deve ser de, no máximo, 30h semanais (conforme lei do estágio), além da realização de, no mínimo, 03 horas/aula semanais de supervisão acadêmica. As exigências de cada nível de estágio devem seguir especificidades e atividades progressivas, coerentes com os demais componentes curriculares e objetivos próximos aos conteúdos do período cursado. (PNE, 2010, p. 29).

No que diz respeito a implementação da política de estágio do curso de serviço social da FACIP/UFU, cabe ao coordenador do curso nomear um professor para ser coordenador de estágio por um período de dois anos. Dessa forma, de acordo com o projeto pedagógico do curso, o coordenador de estágio tem algumas atribuições, as quais são:

- a) orientar e acompanhar a execução dos estágios;
- b) planejar, coordenar, executar e avaliar o pleno desenvolvimento dos estágios;

- c) providenciar os contatos de confirmação da aceitação dos estagiários nas empresas/instituições;
- d) elaborar com o corpo docente a organização seqüencial dos estágios e o cronograma de atividades;
- e) orientar o corpo discente sobre o planejamento e a estruturação dos estágios;
- f) manter os registros e arquivos dos estagiários em ordem e em dia;
- g) contatar as empresas/instituições com o intuito de verificar o andamento das atividades de estágio;
- h) elaborar e encaminhar ao coordenador do curso os registros semestrais (fichas, atas, comprovantes, etc.) de atividades desenvolvidas;
- i) promover reuniões de planejamento e avaliação. (FACIP, 2009, p. 15).

É necessário que haja a celebração do Termo de Compromisso entre o estudante e campo de estágio (concedente) através do setor de estágio do curso de serviço social da UFU para inserção do estudante no campo de estágio além de haver a celebração do Termo de Convênio com as instituições públicas, privadas, terceiro setor, quando necessário.

Ressalta-se que para a abertura de campo de estágio é fundamental o contato com o assistente social da instituição para fins de conhecimento do trabalho profissional, as perspectivas para o estágio supervisionado e o processo de supervisão.

Outra questão relevante no processo do estágio supervisionado se faz através das documentações entregues obrigatoriamente ao setor de estágio pelos estudantes, como termo de compromisso, relatório, plano de estágio, avaliação do supervisor de campo, instrumental de anotações das horas de estágio, declaração de cumprimento de carga horária de estágio assinada por todos envolvidos no processo dessa atividade e comprovante de matrícula no semestre letivo.

O diário de campo também constitui um dos instrumentos para a elaboração das reflexões, questionamentos e dúvidas do estudante em relação ao desenvolvimento da atividade de estágio, a partir dele se elabora os relatórios, pesquisas e artigos, não sendo entregue ao setor de estágio.

Esses documentos são avaliados e revisados constantemente pela coordenação de estágio e coordenação do curso para que se possa atender, compreender e avaliar o processo de ensino-aprendizagem do estudante.

O princípio da unidade teoria-prática é destacado, uma vez que o estágio como atividade acadêmica, evidencia como processo dialético entre dimensões. Já o

princípio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o curso de serviço social da FACIP/UFU preconiza, sendo possível uma articulação de totalidade.

No que diz respeito a supervisão de campo e supervisão acadêmica, ambas integram planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem perfazendo também através da atividade didático-pedagógica, o estudante desenvolver a capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social.

Em conformidade com o projeto pedagógico do curso de serviço social da FACIP/UFU, atribuições aos sujeitos do processo de estágio são elencadas:

Atribuições do supervisor de campo (na empresa/instituição):

- a) Acompanhar o estagiário em seu local de desenvolvimento;
- b) Orientar os alunos, dirimir dúvidas, sugerir soluções e recomendar bibliografias;
- c) Avaliar o estagiário após a conclusão do estágio.

Atribuições do supervisor acadêmico:

- a) Orientar e avaliar o correto preenchimento das fichas de acompanhamento do estágio supervisionado;
- b) Levar ao conhecimento do Coordenador do Curso, quaisquer dificuldades que venham ocorrer no desenvolvimento do estágio.

Atribuições do estagiário:

- a) Escolher a empresa ou instituição em que irá desenvolver suas atividades de estágio;
 - b) Elaborar um plano de atividades juntamente com o orientador da entidade concedente do estágio;
 - c) Submeter o plano de estágio à apreciação do professor orientador;
 - d) Executar o plano dentro do prazo vigente nas normas do Estágio Supervisionado;
 - e) Procurar, sempre que for necessário, aconselhamento do professor orientador;
 - f) Manter contato com o professor orientador ou coordenador, deixando-o a par do andamento das atividades do estágio;
 - g) Concluído o relatório administrativo analítico, o aluno deverá entregar uma via ao professor responsável pela disciplina Supervisão de Estágio;
 - h) Apresentar o relatório na disciplina Supervisão de Estágio.
- (FACIP, 2009, p. 15-16).

O estágio curricular oportuniza ao acadêmico a reflexão sobre os saberes trabalhados durante o curso de graduação além de assegurar o contato deste com situações, contextos e instituições/empresas diversas, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais.

Em relação a supervisão acadêmica, o acompanhamento e orientação é conforme orientações da PNE, realizando a divisão da turma em grupos com até 15

estudantes em cada, em razão de qualidade na supervisão, tendo como objetivo aproximação entre estagiários e supervisores acadêmicos bem como vínculo entre supervisor acadêmico e de campo, possibilitando encontros, fóruns e seminários para elaboração de estratégias teórico-metodológicas.

Da mesma maneira que o estágio supervisionado nos projetos de extensão acontece no curso de serviço social da FCHS/UNESP, é realizado no curso de serviço social da FACIP/UFU, fortalecendo a articulação teoria-prática oportunizando interação entre estudantes e profissionais de outras áreas.

Sendo relevante mencionar que a realidade dos estudantes de serviço social da FACIP/UFU são trabalhadores e com isso no período no estágio há dificuldades para cumprimento, desta maneira, esses estudantes que trabalham cumprem as atividades do estágio nos projetos de extensão.

Soma-se a isso a dificuldade de participar das atividades acadêmicas, também às demais como a participação em eventos científicos, eventos da categoria profissional e para a realização da atividade de estágio.

De acordo com a PNE (ABEPSS, 2010) em geral, para viabilizar ao estudante trabalhador permitem-no que realizem seus estágios no próprio local de trabalho sem esclarecimentos dos objetivos desses estágios, papéis desempenhados, atividades desenvolvidas; em fins de semana; em períodos de tempo curtos, como nos horários de almoço, ou concentrando em um único dia da semana ou no mês de suas férias trabalhistas burlando às leis pertinentes ao estágio e orientações previstas, além da substituição dessa atividade pela participação em pesquisas ou por atividades de extensão.

Por tal necessidade, uma vez que a atividade de estágio é obrigatória, o estudante busca alternativas nos estágios remunerados que podem auxiliá-lo tanto no custeio das mensalidades do curso, no caso do ensino privado, quanto para cumprimento de carga horária de estágio. No entanto, a bolsa torna-se prioridade.

Cabe destacar que o estágio é reconhecido como possibilidade educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico e do percurso formativo do estudante, delineando a responsabilidade partilhada entre estagiário, instituição de ensino e campo de estágio com base em um plano de atividades que materializa a extensão no campo de estágio do projeto pedagógico desenvolvido nas disciplinas do currículo da graduação.

3.3 Aproximação dos Egressos em Relação ao Processo de Aprendizagem e Conhecimento no Período do Estágio

O estágio supervisionado nos cursos de serviço social das duas universidades, as quais são o cenário da pesquisa UNESP e UFU, tem o objetivo semelhante que se pauta na construção da identidade profissional diante à realidade social.

Neste processo são consideradas a Lei 11.788, de 25/09/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes no Brasil, a Resolução CFESS nº 533, de 29/09/2008, que regulamenta a supervisão direta do estágio no serviço social e a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE-ABEPSS), os quais são elementos fundamentais para a construção do projeto político pedagógico de cada curso.

São duas universidades públicas de qualidade, que possuem o curso de serviço social entre os cursos de graduação existentes e que são identificados maior relação de semelhanças do que diferenças.

O debate sobre o estágio na formação profissional tem se constituído em preocupação constante, e sua organização e operacionalidade ganham espaço como elementos constitutivos da formação profissional e de competência das unidades de ensino no processo formativo. O estágio ao ser abordado nos documentos pedagógicos se configura como atividade que compõe a grade curricular dos cursos, desenvolvida no espaço socioinstitucional com o mesmo objetivo de capacitar o estudante para o exercício profissional e que pressupõe supervisão direta pelas unidades formadoras e pelas instituições campo de estágio.

Cabe destacar que a concepção do estágio obrigatório caracteriza-se pela atividade teórico-prática, na capacitação dos estagiários nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional (ABEPSS, 2010). Nessa perspectiva, um dos desafios é a não sobreposição da dimensão técnico-operativa em detrimento da ético-política e da teórico-metodológica, visando a fortalecer a indissociabilidade entre essas dimensões e ultrapassar o estigma equivocado de que o estágio se reduz ao tecnicismo profissional.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi realizada pesquisa bibliográfica que proporcionou conhecimento acerca do objeto pesquisado, consistindo na leitura

de livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, propiciando fundamento teórico para a construção da pesquisa.

Também realizou-se pesquisa documental, que consistiu na leitura do projeto pedagógico do curso de serviço social das universidades FCHS/UNESP e FACIP/UFU, regulamento de estágio supervisionado em serviço social das duas universidades, legislação em geral e as específicas que normatizam essa temática.

Tendo em vista, a pesquisa de campo foi realizada com sujeitos egressos das duas universidades citadas a cima, as quais potencializam a atividade de estágio supervisionado obrigatório evidenciando o acompanhamento, orientações e reflexões acerca das atribuições dos supervisores de campo e acadêmico, além de priorizarem o compromisso do estagiário junto às atividades recomendadas no período do estágio supervisionado.

A pesquisa é de análise qualitativa pela própria necessidade de buscar conhecer a expressão direta dos sujeitos envolvidos na temática em questão e compreender como os sujeitos da pesquisa consideram a atividade de estágio supervisionado e de supervisão no processo de formação profissional, aprofundando o conhecimento da realidade de cada universidade estudada.

Dessa maneira, a proposta da pesquisa foi investigar a percepção de egressos de serviço social, que concluíram o curso nos anos de 2015 e 2016 nas duas universidades públicas, em relação ao processo de aprendizagem e construção do conhecimento originado no período do estágio supervisionado.

Vale ressaltar que o período escolhido foi pelo fato de conclusão da graduação da pesquisadora na UFU e período de elaboração do documento de regulamentação do estágio em serviço social da UNESP.

Com isso, uma divisão de subgrupos foi realizada acerca dos cenários da pesquisa, ou seja, para cada universidade é classificado um grupo específico para a execução da investigação e aproximação dos resultados.

Em vista disso, a divisão acontece pelo fato de haver programa de pós-graduação em serviço social na FCHS/UNESP e com isso um índice satisfatório de pesquisadores encontrados na Universidade e para o subgrupo supervisores de campo, entende-se que os egressos que concluíram o curso na FACIP/UFU estão atuando, visto que a cidade de Ituiutaba-MG apresenta demanda para contratação de novos profissionais.

Em síntese, os subgrupos ficaram divididos da seguinte forma: para os sujeitos da FCHS/UNESP predomina-se pesquisar egressos que estudam o tema estágio supervisionado e para os sujeitos da FACIP/UFU evidencia-se pesquisar os egressos que estão exercendo a função de supervisores de campo. Vale ressaltar que a opção de supervisor acadêmico não foi considerada pelo fato de estar recente a formação destes egressos e por fim não ter essa atribuição como função privativa no momento.

Inicialmente a proposta foi de pesquisar 03 egressos que pesquisam estágio supervisionado e 03 egressos que estão sendo supervisores de campo, totalizando em 06 egressos. No desenvolvimento da pesquisa, foi possível realizar a pesquisa com 04 egressos sujeitos da, ou seja, foi atingido 66,6% dos resultados esperados. No que diz respeito aos sujeitos que estudam estágio, foi possível atingir 33,3% do total esperado, resultado que ocasiona a refletir que o tema não está sendo problematizado de acordo com a importância significativa no ensino e aprendizagem profissional.

Em relação a estes sujeitos da pesquisa, os quais receberam nomes fictícios, a fim de assegurar-lhes o anonimato, tiveram seus relatos originais, ou seja, não foram corrigidos de acordo com a gramática da língua portuguesa, com o intuito de manter na íntegra os argumentos e reflexões dos egressos.

Considerando o perfil desses sujeitos, Marilda é supervisora de campo, é do sexo feminino e tem 24 anos. Concluiu o curso de serviço social no ano de 2015 na FACIP/UFU. É mestre em ciências sociais pela Universidade Federal de Uberlândia e Assistente Social na Unidade de Atendimento em Meio Aberto – UAMA / Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Governo do Distrito Federal. Em vista disso, trabalha na instituição há 9 meses e exerce a função de supervisora de campo há 1 mês.

Ivanete é supervisora de campo, é do sexo feminino e tem 25 anos. Concluiu o curso de serviço social no ano de 2016 na FACIP/UFU. É mestranda em serviço social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP e Assistente Social no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Tio Doc de Ituiutaba-MG. Está trabalhando na instituição há 11 meses e é supervisora de campo há 9 meses.

Vicente é supervisor de campo, é do sexo masculino e tem 50 anos. Concluiu o curso de serviço social no ano de 2016 na FACIP/UFU. É Assistente Social no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) do município de

Ituiutaba-MG. Está trabalhando na instituição há 3 meses e exercendo a função de supervisor de campo há 1 mês.

Alzira é pesquisadora do tema estágio supervisionado, é do sexo feminino e tem 24 anos. Concluiu o curso de serviço social no ano de 2015 na FCHS/UNESP. É mestranda em serviço social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP. Pesquisa estágio supervisionado há 5 anos, a partir do ingresso na graduação.

É importante ressaltar que a fala dos sujeitos propicia semelhanças e diferenças existentes no estágio supervisionado de cada instituição de ensino, também possibilita identificar como se dá o processo de supervisão de campo e a compreensão junto aos egressos referente às percepções originadas no processo de aprendizagem e construção do conhecimento no período do estágio supervisionado.

Para a pesquisa de campo construiu-se formulário para cada categoria de sujeito, isto é, um formulário para os supervisores de campo e outro para os pesquisadores de estágio supervisionado.

O formulário abarcou perguntas estruturadas capazes de explorar o objeto de estudo em debate, utilizando a técnica da entrevista, buscou-se “[...] obter os informes contidos nas falas dos atores sociais [...] que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (PAULO NETTO, 1994, p. 57).

A técnica de aplicação do formulário foi conduzida pela pesquisadora, tendo em vista que não foi utilizado gravador para registro das respostas, pois os sujeitos pesquisados redigiram as respostas diretamente no questionário.

É importante mencionar que anteriormente à realização da aplicação do instrumental, foi realizado contato telefônico com os sujeitos da pesquisa a fim de apresentar a proposta da mesma, esclarecendo quanto ao tema, objeto de estudo, os objetivos, a técnica que seria utilizada, o estabelecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e foi solicitada a participação dos mesmos nesse estudo.

O contato com os participantes da pesquisa aconteceu via email, porque os horários não estavam sendo disponibilizados para todos no mesmo dia, até porque são duas cidades diferentes.

O instrumental foi elaborado através da caracterização de categorias, proveniente das hipóteses sugeridas, as quais se destacam em Aprendizagem, visto

que nesta categoria foi permitido formular uma questão relacionada ao processo de supervisão, ou seja, como ele ocorreu. Já a segunda categoria Construção do Conhecimento permitiu conhecer o processo de aprendizagem do estudante, esclarecendo que toda fundamentação teórica é que constrói o conhecimento através da realidade vivenciada. Na terceira categoria Vivências, possibilitará averiguar a parte vivencial do estágio ressaltando a importância da supervisão e por fim a quarta categoria Identidade Profissional se fez necessária a fim de levar a reflexão na experiência do estágio no que se refere ao desenvolvimento da postura ética, responsabilidade e compromisso ao exercício profissional.

É importante destacar que para o desenvolvimento da pesquisa foi encaminhado para análise no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP, Campus Franca (CEP/UNESP/FRANCA) para que a pesquisa proposta fosse desenvolvida dentro dos padrões éticos, sendo aprovado sem restrições. Nesse sentido, esse estudo foi realizado de acordo com as normas que regem as pesquisas envolvendo seres humanos.

Compreende-se que o estágio supervisionado na grade curricular do curso de serviço social da FCHS/UNESP corresponde a carga horária total de 450 horas, as quais são divididas por ano, sendo 270 horas no 3º ano do curso distribuídas entre o 1º e 2º semestre (5º e 6º períodos) 135 horas em cada e no 4º ano (7º período) 180 horas para cumprir. Já no curso de serviço social da FACIP/UFU a carga horária total do estágio supervisionado corresponde a 480 horas, visto que são divididas por semestre, sendo dessa forma 120 horas em 4 semestres, iniciando no 5º período e finalizando no 8º período.

Segundo as DCs (1996), as duas universidades estão de acordo, em vista de distribuir a carga horária em até 4 semestres e cumprindo com as exigências relacionadas a horas semanais de estágio.

Entende-se que o exercício da profissão exige na contemporaneidade, profissionais competentes no sentido de propor e operacionalizar programas, projetos de intervenção, o que vai além das rotinas institucionais, através da utilização dos instrumentos para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e a criação de possibilidades de transformação.

A competência profissional está relacionada às perspectivas de transformação social, de superação do contexto desfigurado que envolve a formação

profissional e conseqüentemente o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado.

Dessa maneira, as características referente a competência profissional do supervisor de campo e do pesquisador de estágio se faz necessária, no que diz respeito ao significado do estágio supervisionado sendo pertinente destacar duas respostas, uma da supervisora de campo e outra da pesquisadora de estágio, visto que as respostas dos demais sujeitos estão no decorrer dessa dissertação:

Possibilitar experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo às demandas do mercado e desenvolva competências técnico-operativas (escuta, diálogo, mediação, trabalho em rede e equipe, intersectorialidade, análise e tomada de decisões), compromisso ético-político (garantia de direitos, emancipação e crescimento autônomo) e sustentação teórico-metodológica (textos bases – da área, jurídicos, de análise; instrumentais metodológicos e de intervenção). (Marilda).

O estágio supervisionado caracteriza-se como um componente da formação profissional, uma exigência curricular que vincula o ensino à prática profissional, cuja realização é imprescindível para a conclusão do curso de graduação. Inicia-se a partir da inserção do discente no espaço sócio institucional objetivando contribuir com o processo formativo e com a futura atuação profissional do estudante. Tem-se que no decorrer do estágio, a inserção do discente na instituição de campo, o atendimento das demandas, a elaboração e execução de ações possibilitam que o estagiário tenha uma aproximação com a realidade de atuação profissional do assistente social, propiciando, por meio da mediação entre teoria e prática, a compreensão das situações enfrentadas no cotidiano do trabalho profissional. (Alzira).

Pode ser observado na resposta de Marilda, que o significado do estágio supervisionado corresponde a uma experiência adquirida no trabalho profissional, ou seja, foi apresentado pela supervisora o processo de supervisão na execução de atividades cotidianas no período do estágio supervisionado.

Em relação a visão do significado do estágio supervisionado para Alzira, adequa-se a realidade que o sujeito se insere, de pesquisador, assumindo a justificativa através de referencial teórico.

O reconhecimento do significado do estágio supervisionado para Ivanete está relacionado ao seu papel de estagiária, ou seja, a mesma respondeu de acordo com a vivência enquanto estava na graduação.

No processo de formação profissional, as disciplinas de estágio na universidade e as orientações com o supervisor acadêmico me

permitiram dialogar sobre as problemáticas do estágio. Além dos debates que eram elaborados em sala de aula para o compartilhamento de momentos, dificuldades e ações do estágio. O processo de estágio na graduação trouxe contribuições para a minha prática profissional, porém foi um processo que encontrei muitas dificuldades. A relação de estagiária e supervisora de campo não foi muito bem estabelecida e encontrei resistência nesse período. Considero que nesse processo de formação profissional, além do estágio no campo de trabalho, a disciplina de estágio contribuiu muito nas discussões, nas dificuldades e no aprendizado do exercício profissional do (a) assistente social. (Ivanete).

Essas inquietações apresentadas por Ivanete permite reiterar que o processo de ensino e aprendizagem teve um caráter fragmentado, acerca da relação entre supervisor e estagiário. No entanto, identifica-se que é importante a socialização dos conhecimentos teóricos e práticos entre supervisor de campo e estagiário.

Ao considerar o estágio supervisionado no processo de formação profissional como momento específico em que o estudante aplica os conhecimentos teórico-metodológicos, em uma dada situação vivencial, é considerável a análise da realidade referente ao o que fazer, o que pensar, o que agir e em o que proceder. Nesta perspectiva, se faz presente as falas dos sujeitos supervisores de campo e pesquisador de estágio no que diz respeito à vivência no período do estágio proveniente da relação entre supervisor de campo e estagiário:

A relação é positiva e de muita troca. A estagiária é aberta para a escuta, a orientação, o processo educativo e de aprendizagem, ao mesmo tempo que traz uma postura proativa e propositiva, possibilitando também a troca teórica e atualização da supervisora. (Marilda).

Devido ao fato de ser o primeiro emprego como assistente social e consequentemente, a minha primeira supervisão de estágio, eu tento deixar tudo muito claro para as estagiárias. Sempre relembro que nesse campo de estágio todas nós estamos aprendendo. Acredito que essa comunicação ajudou muito na nossa relação, pela qual elas têm a liberdade de perguntar, criticar e sempre trazer leituras novas, dificuldades que estejam encontrando e questionamentos. Considero, em minha opinião, essa vivência muito saudável e horizontal. (Ivanete).

Estou com pouco tempo com o estagiário, mas como princípio básico de atuação e concepção dos papéis ali definidos confio plenamente em uma relação de profissionais. (Vicente).

Observa-se que a medida em que o estudante se aproxima do trabalho do supervisor, poderão surgir dúvidas sobre a instituição, os desafios e as possibilidades presentes na atuação profissional do

assistente social e até sobre o Serviço Social e, diante desses questionamentos, o supervisor pode deixar a rotina e refletir acerca dessas indagações. Nesse sentido, o estagiário está em processo de formação profissional e o supervisor de campo em processo de formação continuada, ambos estão aprendendo um com o outro, por meio de uma troca mútua de experiências. Destarte, para que a supervisão propicie esse momento de troca de, o assistente social enquanto supervisor deve buscar construir uma relação horizontal com o estagiário, compreendendo que ninguém sabe mais que ninguém, eles possuem apenas conhecimentos e experiências diferentes. (Alzira).

Os discursos são diferentes, de acordo com a vivência de cada sujeito pesquisado, embora estejam nessa perspectiva de diferenciados, revelam qualificação teórico-política no processo de participação e organização referente as vivências concedidas no período do estágio ocasionando atribuições semelhantes aos egressos de duas universidades distintas.

É perceptível que a supervisão é um espaço de ensino-aprendizagem, um espaço de enfrentamento das situações que permeiam o trabalho profissional na perspectiva da construção de saberes, conhecimentos, é uma relação de reciprocidade.

Compreende-se que a dicotomia teoria-prática é um dos desafios enfrentados na efetivação do estágio. A prática é subordinada à teoria, visto que a responsabilidade é voltada para a instituição campo de estágio que descarta na maioria a formação profissional para o pensar, refletir, inovar e recriar (BURIOLLA, 2006, p. 42).

Quanto aos supervisores de campo, ao serem questionados acerca das dificuldades encontradas para articulação entre prática e teoria no estágio:

Conciliar os momentos de maior dedicação específicos no momento de formação educativa da estagiária com as demandas do campo profissional. (Marilda).

A resposta não estará no empirismo por tempo de atuação e sim na verificação de outros profissionais e relatos constantes. Dificuldade física (local) estrutura material, por modo geral temos sempre que lutarmos por espaço na construção de uma identidade profissional, mas posso relatar que avanço veem acontecendo. (Vicente).

Observa-se semelhança nos relatos, considerando que a demanda institucional potencializa a ausência de reflexões entre prática e teoria tornando

fragmentado o processo de análise crítica da realidade, no que diz respeito a visão do estagiário e supervisor de campo em relação as necessidades e potencialidades de intervenção profissional.

Sobre a relação entre Unidade de Formação Acadêmica (UFA) e instituição campo de estágio, os sujeitos da pesquisa relatam que:

Pelo tempo curto de estágio, essa relação ainda não foi estabelecida. Mas existem potencialidades, uma vez que alguns professores da UFA estão também em atuação nessa Secretaria, e têm proposto a articulação. (Marilda).

Enquanto supervisora considero essa relação com o supervisor acadêmico muito necessária e importante. É nessa relação que construímos um diálogo sobre o estágio, e discutimos as dificuldades de cada estagiária/discente que podem ser trabalhadas no campo de estágio e/ou em sala de aula. Algumas vezes, marquei reuniões com as supervisoras acadêmicas a fim de discutir sobre esse processo de estágio das discentes e elaborarmos estratégias para maior participação e interesse das mesmas. Essa relação entre supervisores é muito positiva e contribui até mesmo no meu processo como supervisora. (Ivanete).

Boa, partindo do princípio que o estagiário atendido é da mesma unidade formadora, com relação ao tempo de atuação não é possível realizar este diagnostico mais detalhado. (Vicente).

É necessário ter interação entre as Unidades de Formação Acadêmica e Instituições de Ensino Superior, vejo também que é muito importante a ação de visitas dos membros do núcleo de estágio aos campos de estágio. Em relação aos supervisores acadêmicos, é de extrema importância que os mesmos compareçam na Universidade para fóruns de debate, seminários e eventos acerca de debates referente a temática. (Alzira).

As contradições existentes nas respostas dos sujeitos pesquisados, relacionam-se a ponderar que são questões que devem ser problematizadas em fóruns de discussões e maior incentivo das UFAs em relação aos supervisores de campo para participarem de rodas de conversa e debates, a fim de possibilitar reflexão do trabalho profissional e concretizar trocas de experiências.

Observa-se que Marilda e Vicente relatam que não foi possível estabelecer esse contato com os professores das UFAs, podendo ser identificado que nem todos os cursos de serviço social preconizam as atribuições provenientes da PNE.

Vale ressaltar aqui, que de acordo com os projetos pedagógicos dos cursos de serviço social da FCHS/UNESP e FACIP/UFU, essa ação é fundamental sendo

possível estudar e refletir a dialética da totalidade, acontecendo uma vez em cada semestre.

Pode-se compreender que os egressos de serviço social da FACIP/UFU, enquanto supervisores de campo são capazes de identificar no exercício profissional, as atribuições privativas de um supervisor de campo e articulando ensino-aprendizagem. São inteiramente envolvidos no processo de estágio supervisionado, uma vez que demonstram cuidado ao estabelecer tarefas diárias aos estagiários e também fica evidente que estão sempre verificando o desempenho ético dos estudantes.

Nota-se apenas uma fragmentação no que diz respeito à relação UFAs e instituição campo de estágio, sendo considerado um desafio para fortalecer esta atividade. É fundamental que os supervisores de campo defendam o compromisso de supervisionar sendo relevante o conhecimento da teoria, metodologia, usuários, instituição e relações sociais.

No entanto, se faz necessário compreender a atual orientação do Estado capitalista para o ensino superior e para as instituições onde o assistente social atua, tendo em vista que a supervisão carrega em seu exercício os

[...] impactos causados de forma rigorosa sobre a formação e os espaços sócioocupacionais de todos os trabalhadores, na medida em que (o Estado) vem colocando novas configurações tanto para a formação do assistente social quanto para o exercício da profissão. (LEWGOY, 2009, p. 44).

Sob a ótica da pesquisa, compreende-se que a participante da pesquisa, que estuda estágio, proporcionou reflexões e amadurecimento de ideias acerca de contínuas discussões no que diz respeito a materialização e operacionalização do estágio supervisionado. Por base nessa perspectiva, a pesquisa tem o objetivo de desvelar as determinações e contradições, mas também pretende sistematizar o significado social da profissão.

Portanto, as discussões, debates e pesquisas realizadas sobre estágio supervisionado são indispensáveis, pois é necessário o olhar investigativo sobre situações que permeiam em uma dada realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado como exigência curricular obrigatória nas duas universidades públicas FCHS/UNESP e FACIP/UFU está configurado através do projeto pedagógico de cada curso de cada uma das universidades como um processo de formação profissional que possibilita o estudante capacitar ao trabalho profissional através da aproximação com o cotidiano profissional.

Também, o estágio nos dois projetos pedagógicos tem como objetivo oportunizar o estudante a entender as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional. É realizado concomitante ao ensino teórico e pressupõe supervisão sistemática.

Esta supervisão é feita pelo professor supervisor acadêmico e pelo profissional assistente social, supervisor de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e unidade campo de estágio.

O objetivo desse estudo: investigar a percepção de egressos de serviço social em relação ao processo de aprendizagem e construção do conhecimento originado no período de estágio supervisionado em duas universidades, federal e estadual, foi alcançado, porém não pressupõe que há conclusões definitivas.

Em vista disso, com a construção dessa dissertação procurou-se reflexões acerca da atividade de estágio supervisionado e o processo de supervisão a fim de enfatizar que o estágio é o espaço que possibilita a construção da identidade profissional e que a supervisão de campo influencia diretamente na qualificação da formação profissional.

Claro que não só a supervisão de campo, mas entende-se que o papel de tal função é primordial para que o estudante desenvolva com peculiaridade a construção do conhecimento do trabalho profissional.

Dessa maneira, pode-se identificar através das respostas dos sujeitos da pesquisa que o estagiário que teve vínculo fragilizado com o supervisor de campo no processo de estágio supervisionado, acarretou a fragmentação da dimensão teórico-metodológica.

Compreende-se que as duas universidades se comprometem com a formação profissional de qualidade, envolvendo-se com os interesses da sociedade na sua totalidade e suas transformações na contemporaneidade.

O perfil apresentado dos supervisores de campo, sujeitos da pesquisa, possibilitou apreender que são predominantemente profissionais jovens, recém-formados, porém responsáveis, procurando possibilidades de conhecimento acerca de uma atuação profissional de qualidade, no sentido de priorizar as demandas dos usuários numa perspectiva emancipatória. Em vista disso, no que se refere a relação com o estagiário, fica evidente que estes profissionais visam alcançar objetivos teórico-metodológicos, prevalecendo a não individualidade mas sim a coletividade.

Em relação ao perfil do sujeito pesquisador de estágio, observou-se comprometimento com a formação profissional continuada, a fim do aprimoramento das práticas profissionais. Considerando a prática do supervisor de campo, a atribuição da pesquisa é extremamente relevante, tendo em vista com a realidade que está em permanente transformação.

Reitera-se que é preciso desenvolver a pesquisa e torná-la predominante no cotidiano profissional. Isso requer aprimoramento no conhecimento teórico e prático-interventivo.

É notório através das argumentações dos participantes da pesquisa que não é satisfatório a articulação de relação entre as UFAs e instituições campo de estágio, mesmo que a supervisão esteja recente, de acordo com a maioria das respostas, não foi estabelecido contato, pois o contato entre supervisores de campo e supervisores acadêmicos acarreta na discussão de desafios existentes, na contribuição de estratégias operacionais e trocas de experiências. Sendo pertinente a prevenção de visitas em campos de estágio ou visitas nas unidades de ensino para que não se realizem apenas para atender casos esporádicos.

Os supervisores de campo compreendem a função pedagógica que devem exercer junto ao estudante, no entanto identificou-se que estes sujeitos não participaram de nenhuma capacitação específica para exercerem a supervisão de campo.

Nesse sentido, torna-se necessário que as UFAs propiciem essa condição, ou seja, é na esfera da coordenação de estágio que isso deve acontecer, isto é, é preciso oferecer cursos de capacitação para esses supervisores.

Vale ressaltar que é necessário que todos os sujeitos envolvidos no processo de formação profissional do assistente social se responsabilizem e conscientizem da importância da atividade de estágio, com o propósito de não compreender o estágio apenas como uma atividade curricular obrigatória.

É preciso esclarecer que as considerações aqui expostas acerca do tema estudado não se finalizam, pelo contrário, há princípios de que a discussão continue, em razão da necessidade de um olhar investigativo sobre outra realidade.

REFERÊNCIAS

ABESS. Formação do Assistente Social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 72-81, 2004.

ABESS; CEDEPESS. Capacitação, Assessoria e Consultoria em Políticas Pública. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2010.

_____. Estágio, ética e pesquisa: desafios para a formação profissional. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n. 17, jan./jun. 2009.

BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H. **Código de Ética do Assistente Social comentado**. Organizado pelo CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 2 abr. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Federal de Educação. Parecer nº. 412, DE 1982. Ante-projeto de reforma curricular. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 ago. 1982. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394compilado.htm>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BOSCHETTI, I. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, 2010, v. 79, 2004.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Supervisão em Serviço Social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

CFESS. **Manifesto CFESS, ABEPSS e ENESSO**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartaentidades_CFESS-ABEPSS-ENESSO_FINAL.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 out. 2008. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=107&data=01/10/2008>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

CFESS; CRESS. **Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social**. Brasília, DF, 1993.

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Franca, 2016. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/>. Acesso em: 6 abr. 2018.

_____. **Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social**. Franca, 2016.

FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Ituiutaba, 2009.

GUERRA, Y.; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

JUNQUEIRA, M. R.; REIDEL, T.; CUNHA, F. L. Experiência de Estágio Obrigatório em Serviço Social: a efetivação da tríade e da pesquisa na formação profissional. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 302-314, jul./dez. 2014.

KONNO, C. C. O estágio supervisionado na formação do assistente social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., 2004, Porto Alegre. **Anais....** Porto Alegre: PUCRS, 2004.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEWGOY, A. M. B.; SCAVONI, M. L. A. Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 1-9, 2002.

Disponível em: <http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano1/fundamentos_02pdf>
Acesso em: 4 abr. 2018

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999. (Núcleo de pesquisa 1).

_____. **Serviço Social identidade e alienação**. São Paulo, Cortez, 1989.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo, 1992.

_____. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 84, 2005.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, C. A. H. S. O estágio Supervisionado na formação profissional do Assistente Social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 80, p.59-81, nov. 2004.

SANTOS, C. M. **A dimensão técnico operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Na prática a teoria é outra?** Juiz de Fora: Rio de Janeiro, 2014.

TOLEDO, L. R. D. M. C. Considerações sobre a supervisão em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 5, n. 15, ago. 1984.

YAZBEK, M. C. Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social - PUC SP. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 14, 1984.

_____. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social**. mod. 2. Brasília, DF: UNB, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - FORMULÁRIO – PESQUISA DE CAMPO: SUJEITO – SUPERVISOR DE CAMPO

Sujeito da pesquisa:	
Sexo:	Idade:
Ano de formação/universidade:	
Instituição que trabalha:	

1) Há quanto tempo trabalha nesta instituição?

2) Há quanto tempo exerce a função de supervisor de campo?

3) Qual o significado do estágio supervisionado no processo de formação profissional do estudante de serviço social?

4) Você participou de algum curso de capacitação específica para o exercício da supervisão de campo? Se sim, qual?

5) Qual o papel da supervisão de estágio no processo de formação profissional do estudante de Serviço Social?

6) Em relação a acompanhamento e orientação do estagiário, como você realiza a supervisão?

7) Em relação a parte vivencial do estágio, como se dá a relação entre supervisor(a) de campo e estagiário(a)?

8) Sobre a relação entre Unidade de Formação Acadêmica e campo de estágio, como você considera?

9) No que diz respeito a interação entre supervisor de campo e estagiário, qual a contribuição para a aprendizagem e construção do conhecimento no período do estágio?

10) Quais são as dificuldades encontradas para o exercício da supervisão de campo?

**APÊNDICE B - FORMULÁRIO – PESQUISA DE CAMPO: SUJEITO – ESTUDA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Sujeito da pesquisa:	
Sexo:	Idade:
Ano de formação/universidade:	

1) O que motivou você estudar estágio supervisionado?

2) Há quanto tempo você pesquisa essa temática?

3) Qual o significado do estágio supervisionado no processo de formação profissional do estudante de serviço social?

4) O que você entende por atribuição do estagiário?

5) Qual o papel da supervisão de estágio no processo de formação profissional do estudante de Serviço Social?

6) Em relação a acompanhamento e orientação do estagiário, como você considera a supervisão?

7) Em relação a parte vivencial do estágio, como se dá a relação entre supervisor(a) de campo e estagiário(a)?

8) Sobre a relação entre Unidade de Formação Acadêmica e campo de estágio, como você estuda?

9) No que diz respeito a interação entre supervisor de campo e estagiário, qual a contribuição para a aprendizagem e construção do conhecimento no período do estágio?

10) Quais são as dificuldades encontradas para a articulação prática e teoria no estágio supervisionado?

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA FCHS/UNESP PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO



DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador (a) Mariane
Costa Moura (nome/RG) MG - 16.205.914,
está autorizado(a) a realizar pesquisa nesta
(Instituição/Endereço/Cidade/CNPJ) UNESP - CAMPUS DE FRANCA / AV. EUFRÁSIA
MONTEIRO PETRÁGLIA, 900 - JARDIM ANTONIO PETRÁGLIA - FRANCA/SP.
CNPJ: 18.031.918/0001-10.

Franca, 30 de JUNHO de 2017.

Nome/RG. do Diretor ou responsável pela Instituição

Profª Drª. Eliana Bolorino Canteiro Martins
Coordenadora do Conselho de Curso
de Graduação em Serviço Social

ANEXO B – DECLARAÇÃO DA FACIP/UFU PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO



CEP
Comitê de Ética em
Pesquisas com Seres
Humanos

Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos
Universidade Federal de Uberlândia - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Bloco 1A - Sala
224 - Campus Santa Mônica Avenida João Naves de Ávila, 2121 Santa Mônica - Uberlândia - MG
38408-144 Email: atendimentocep@propp.ufu.br
Fone/Fax: (34) 3239-4131 (secretaria) e Fone: (34) 3239-4335 (coordenação)

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador (a) Mariome
Costa Nova (nome/RG) MG - 16.205.974,
está autorizado(a) a realizar pesquisa nesta
(Instituição/Endereço/Cidade/Estado/CNPJ) Universidade Federal
de Uberlândia - UFU
CNPJ 25.648.387/0001-18.

Ituiutaba, 14 de julho de 2017.

Nome/RG. do Diretor ou responsável pela Instituição

Universidade Federal de Uberlândia
Profa. Dra. Edileusa da Silva
Coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social
FACIP - Portaria R N.º 715/2016